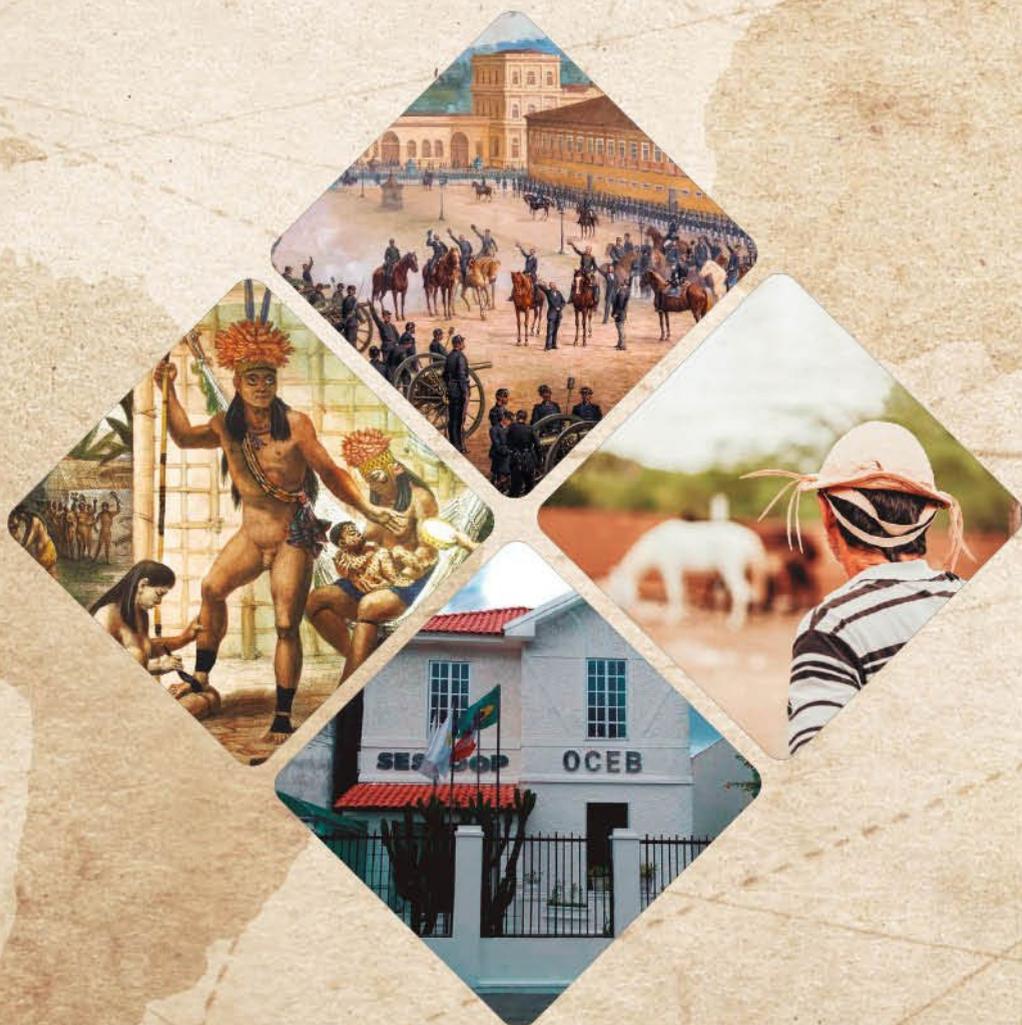


# COOPERATIVISMO NA BAHIA: UM OLHAR HISTÓRICO



Ricardo Caribé  
Genauto Carvalho de França Filho  
Ariadne Scalfoni Rigo

# COOPERATIVISMO NA BAHIA: um olhar histórico

parceria institucional



Salvador – Bahia  
Dezembro 2021

### **Conselho Administrativo do SESCOOP/BA**

Cergio Tecchio (Presidente)  
Antônio José Tarciso de Assunção (Conselheiro)  
Maria Vandalva Lima de Oliveira (Conselheira)  
Taíse da Cunha Cersosimo (Conselheira)  
Verônica Alves Oliveira (Conselheira)  
Augusto Marques Guimarães (Conselheiro suplente)  
Luciano Moreira Tavares (Conselheiro suplente)  
Marcelo Leomar Kappes (Conselheiro suplente)  
Sônia Regina Coelho Sabino (Conselheira suplente)

### **Conselho Diretor da OCEB**

Alaerte Arônia Miranda Martins (Conselheira)  
Alexandre Teixeira de Cerqueira (Conselheiro)  
Jair Romualdo de Oliveira (Conselheiro)  
Jaymilton Gusmão Cunha Filho (Conselheiro)  
João Reis de Miranda (Conselheiro)  
Marília Cavalcante Reis (Conselheira)  
Sílvio Porto de Oliveira (Conselheiro)  
Vandealdo Teixeira Rios (Conselheiro)

Cergio Tecchio (Presidente)  
José Alberto Batista (Superintendente)

### **Universidade Federal da Bahia**

João Carlos Salles Pires da Silva (Reitor)  
Paulo César Miguez de Oliveira (Vice-Reitor)  
João Martins Tude (Diretor da Escola de Administração-EAUFBA)  
Genauto Carvalho de França Filho (Coordenador NPGA-EAUFBA)

### **Conselho Deliberativo da FAPEX**

João Carlos Salles Pires da Silva (Reitor - UFBA)  
Fábio Josué Souza dos Santos (Reitor - UFRB)  
Eduardo Luiz Andrade Mota (Pró-Reitor PROPLAN - UFBA)  
Sérgio Luis Costa Ferreira (Pró-Reitor PROPCI - UFBA)  
Fabiana Dultra Britto (Pró-Reitora PROEX - UFBA)  
Denise Scheyerl (Comunidade Extensionista - UFBA)  
Carlos Henrique de Oliveira Passos (Comunidade Externa - SINDUSCOM)

Antonio Fernando de Queiroz (Diretor executivo)  
Rosalba Oliveira (Superintendente)

**SESCOOP/BA:** O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo é integrante do Sistema Cooperativista brasileiro, liderado pela OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. Sua unidade estadual, SESCOOP/BA, fundado em 01.11.1999, tem como missão *promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da governança e da gestão para o desenvolvimento das cooperativas baianas*. E para cumpri-la, investe recursos arrecadados junto às cooperativas e que lhe são assegurados pela Constituição Federal, em atividades de monitoramento do desempenho e resultados das cooperativas; formação profissional dos conselheiros, dirigentes e empregados de cooperativas; e promoção social dos cooperados e suas comunidades.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável, o SESCOOP/BA realiza e promove diversos projetos, programas e publicações voltados à capacitação de cooperados e empregados e à promoção da cultura cooperativista nas comunidades.

**EAUFBA / NPGA:** Fundada em 1959, a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - EAUFBA é uma das pioneiras na formação de professores de administração no Brasil e tem se destacado nacionalmente por suas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para compreender as especificidades das organizações e suas relações com a sociedade e os poderes locais. Além de contribuir com o aprimoramento de sua gestão e de suas transformações.

Por meio de seu Núcleo de Pós-graduação em Administração - NPGA, alcançou a excelência em estudos, pesquisas e intervenções sociais, protagonizados pelos alunos e professores de seus cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, apoiados em acordos institucionais de cooperação, nacionais e internacionais, além de órgãos de fomento como a CAPES, CNPq, FINEP, FAPESB e outros.

Em inédita parceria institucional com fins de pesquisa, SESCOOP/BA e EAUFBANPGA produziram o presente trabalho **Cooperativismo na Bahia: um olhar histórico**, por meio da **Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES**, coletivo de pesquisadores voltado para projetos de pesquisa e extensão no âmbito da solidariedade, economia, democracia e gestão; gestão social e economia solidária; Inovação e tecnologias sociais. Os pesquisadores responsáveis pelo trabalho que originou essa publicação são os seguintes:

Ariadne Scalfoni Rigo, Doutora em Administração (UFBA)

Genauto Carvalho de França Filho, Doutor em Sociologia (Université Paris VII) (coordenador geral)

Ian Requião de Castro, Mestre em Administração (UFBA)

Juliana Fonseca Oliveira de Melo, Mestre em Ciências Sociais (UFBA)

Laís Francine Nascimento de Jesus, Graduada em Administração (UFBA)

Magno Willams de Macêdo Farias, Mestre em Administração (UFS) (Coordenador administrativo)

Ricardo Caribé Cavalcante, Mestre em Administração (UFBA)

Simaia Santos Barreto, Mestre em Ciências Sociais (UFBA)

Victor dos Santos Oliveira, Mestre em Administração (UFES)

#### **Projeto gráfico, diagramação e arte de Capa**

Robson Santos | Tikinet

#### **Revisão**

Lucas Giron | Tikinet

---

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP**

---

**C277** Caribé, Ricardo; França Filho, Genauto Carvalho de; Rigo, Ariadne Scalfoni. *Cooperativismo na Bahia: um olhar histórico* / Ricardo Caribé, Genauto Carvalho de França Filho e Ariadne Scalfoni Rigo. – Salvador: SESCOOP/BA; EAUFBANPGA, 2021. 144 p.; IL.

*Parceria institucional SESCOOP/BA, EAUFBANPGA e Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES*

#### **ISBN**

1. Administração. 2. Cooperativismo. 3. História do Cooperativismo. 4. Cooperativismo na Bahia. 5. Economia Solidária. 6. Gestão Democrática. 7. Inovação Social. 8. Tecnologia Social. 9. Pesquisa Histórica. 10. Decolianismo. 11. BA. I. Título. II. Um olhar histórico. III. Antecedentes históricos do cooperativismo: revisitando o legado das culturas e povos ancestrais na história da Bahia. IV. Primórdios do cooperativismo na Bahia. V. Formação de um cooperativismo baiano. VI. O cooperativismo contemporâneo. VII. Retratos de um olhar: constatações e proposições finais. VIII. Rigo, Ariadne Scalfoni. IX. França Filho, Genauto Carvalho de, Coordenador Geral. X. Castro, Ian de. XI. Fonseca, Juliana. XII. Macedo, Magno, Coordenador Administrativo. XIII. Caribé, Ricardo. XIV. Barreto, Simaia. XV. Oliveira, Victor. XVI. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/BA. XVII. a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - EAUFBANPGA. XVIII. Núcleo de Pós-graduação em Administração - NPGA. XIX. Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES.

---

**CDU 334**

**CDD 334**

Catalogação elaborada por Regina Simão Paulino - CRB 6/1154

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

## INTRODUÇÃO

- 12 Pressupostos analíticos da pesquisa
- 14 Considerações sobre objeto e objetivos da pesquisa
- 16 Considerações sobre recortes temporais e organização do trabalho

## FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

- 19 Considerações sobre a natureza, o tipo e a estratégia de pesquisa
- 20 A pesquisa histórica nas investigações em estudos organizacionais
- 25 A opção decolonial e a “desobediência epistemológica” da pesquisa
- 27 A construção e o uso do banco de dados das cooperativas baianas

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO COOPERATIVISMO: REVISITANDO O LEGADO DAS CULTURAS E POVOS ANCESTRAIS NA HISTÓRIA DA BAHIA

- 33 Refletindo sobre o legado de nossas culturas ancestrais
- 37 Organizações e solidariedade nos povos indígenas na Bahia
- 39 Modos de vida e resistência indígena na Bahia
- 43 Organizações e solidariedade no povo negro na Bahia

## PRIMÓRDIOS DO COOPERATIVISMO NA BAHIA

- 51 Brasis do século 19: de Colônia à república
- 54 O Império descobre o cooperativismo
- 56 Dos estertores do século 19 à Revolução de 1930
- 61 Sociedades baseadas em solidariedade

## FORMAÇÃO DE UM COOPERATIVISMO BAIANO

- 88 Cooperativismo: uma questão de estado

## **O COOPERATIVISMO CONTEMPORÂNEO**

- 104 Indústria, agroindústria e cooperativismo: economia da Bahia em transformação
- 112 Constituição de 1988 e os impactos no cooperativismo
- 117 Cooperativas como empreendimentos da economia solidária
- 120 A OCEB do século 21

## **RETRATOS DE UM OLHAR: CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES FINAIS**

- 128 O que o olhar revela
- 130 Por uma agenda de pesquisa sobre cooperativismo na Bahia

## **REFERÊNCIAS**

## APRESENTAÇÃO

A pesquisa **Cooperativismo na Bahia: um olhar histórico** é uma iniciativa do Sistema Cooperativista da Bahia (formado pela OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia; pelo SESCOOP/BA - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado da Bahia; e pela FECOOP SULENE - Federação dos Sindicatos das Cooperativas dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina), concebida em 2018 para ser realizada no período 2019/2020, ano do cinquentenário da OCEB, entidade máxima de representação sindical patronal, política e institucional das cooperativas da Bahia.

Sua pertinência se inscreve no conjunto de preocupações e compromissos do cooperativismo baiano com a compreensão dos fenômenos culturais, sociais, políticos e econômicos que influenciam o agir cooperativo e solidário em nosso estado; e a formação, sobrevivência e crescimento das cooperativas dos mais distintos ramos, as quais desempenham importante papel como agentes de desenvolvimento dos cooperados, das comunidades e da Bahia.

Como se viu em todo o mundo, a pandemia de COVID-19 afetou diretamente o projeto de pesquisa, exigindo ajustes e adaptações. Sua concretização, portanto, se deve à resiliência e determinação de todos os envolvidos, muitos dos quais humanamente atingidos pela catástrofe.

O SESCOOP/BA, instituição vocacionada para a educação e qualificação; promoção social de cooperados e comunidades; e para o monitoramento e gestão de cooperativas; muito se orgulha de protagonizar a parceria institucional com a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia para a realização desse projeto.

**Conselho Administrativo do SESCOOP/BA**



## INTRODUÇÃO

O presente estudo se debruça sobre a temática do cooperativismo na Bahia e se propõe a apresentar, sobre ela, um olhar histórico. Este não parece um esforço trivial diante do acervo de conhecimento neste âmbito – ainda limitado. A Bahia não dispõe de volume significativo de pesquisas sobre o cooperativismo. Não há, por exemplo, um centro de estudos sobre essa temática nas universidades baianas. E ainda, as pesquisas sobre história do cooperativismo são raras. Um dos únicos trabalhos com esta finalidade foi produzido apenas recentemente, através da pesquisa de Vasconcelos (2021).

O baixo volume de produção científica sobre o tema contrasta com sua importância crescente ao longo da história. Um processo de invisibilização epistêmica parece então explicar esse aparente paradoxo, já que a temática não tem ocupado maior centralidade em áreas como economia e administração, e menos ainda em outros campos de estudos como a sociologia, a educação, a antropologia ou a comunicação. Na área da administração, o estudo do cooperativismo enquanto fato organizacional aparece sombreado pela primazia atribuída à empresa como objeto privilegiado do conhecimento, que acaba servindo também de referência para os estudos sobre as instituições públicas governamentais. Enquanto isso, o cooperativismo na Bahia conhece um processo de expansão significativo ao longo das últimas décadas, influenciando fortemente a dinâmica da economia regional.

Se então as razões para esta pesquisa sobre a história do cooperativismo se justificam tanto pela importância do objeto quanto pela ausência significativa de outros estudos a respeito, importa então se indagar sobre como fazer o estudo. Essa reflexão é importante de ser colocada diante de um conjunto de ideias prontas existentes acerca desse tema, conformando uma série de preconceitos: o cooperativismo seria fundamentalmente obra e graça de

imigrantes europeus, logo a Bahia teria muito pouco a dizer sobre essa história e suas experiências locais seriam necessariamente tributárias da chegada de cooperativas e lideranças oriundas do Sul e Sudeste do país, entre outras percepções. Escapando as formulações pouco embasadas e buscando superar preconceitos arraigados, esta pesquisa assume que a história do cooperativismo na Bahia é mais complexa.

Para dar conta de tal complexidade, o presente estudo propõe uma ampliação ou alargamento desse objeto. Nossa visão sobre a história do cooperativismo na Bahia, embora tenha caráter exploratório, se baseia numa dupla premissa: trata-se de reconhecer a natureza singular do cooperativismo enquanto objeto organizacional, bem como de admitir sua profundidade histórica.

Se tais premissas se apresentam de modo indissociável neste estudo, é porque a natureza singular do cooperativismo diz respeito a sua especificidade enquanto fato organizacional e a como se aplica na realidade histórica do contexto baiano. Essa especificidade reside precisamente no fato do cooperativismo mobilizar dois registros da ação organizacional que se afastaram historicamente: o aspecto econômico, de um lado, e o aspecto político-democrático, do outro. Na sua origem, remontando sobretudo à primeira metade do século XIX na Europa, o cooperativismo surge ao lado do associativismo e do mutualismo numa dinâmica de efervescência associacionista como expressão da chamada economia social nascente. (VIENNEY, 1994) Ela representava naquela ocasião processos organizacionais de resistência dos excluídos contra a pauperização em plena expansão que assolava àquelas sociedades. O intuito fora de fortalecer mecanismos de solidariedade democrática na base de processos de organização econômica visando a emancipação de grupos sociais subalternizados. (LAVILLE, 1994) Do ponto de vista de um fato organizacional, o cooperativismo operava uma síntese entre as noções de empresa e de associação. (LAVILLE, 2010) Ao trazer a cooperação para o centro de suas práticas organizativas, o cooperativismo indicava formas de operar a solidariedade tanto na economia quanto na gestão.

Essa especificidade do fato cooperativo enquanto fato organizacional propicia então um alargamento da nossa visão: trata-se de estudá-lo num escopo ampliado que é precisamente aquele das relações entre organizações e solidariedade. Mas, se as cooperativas ocupam assim um lugar privilegiado

numa reflexão sobre as relações entre solidariedade e organizações, por outro lado, a solidariedade tem se constituído como uma dimensão invisibilizada na história do conhecimento sobre a gestão. (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020) Restando aos poucos estudos sobre o cooperativismo, em grande medida, um exercício de emulação das formas empresariais de gestão.

De todo modo, se o estudo das relações entre solidariedade e organizações deve necessariamente levar em consideração as características do seu contexto histórico, então, quando aplicamos essa concepção alargada do cooperativismo enquanto fato organizacional à história da Bahia, vem à tona imediatamente sua profundidade histórica, que deve ser melhor abordada em uma dupla dimensão: 1. a antiguidade histórica do cooperativismo na Bahia, e 2. as variadas expressões da relação entre solidariedade e organizações na história da Bahia.

A primeira dimensão diz respeito à antiguidade histórica do cooperativismo na Bahia, cujos primeiros registros de experiências são anteriores ao período republicano. Importa então entender quais eram as características do cooperativismo baiano nos seus primórdios e como tal fenômeno se desenvolve ao longo do século XX até suas formas atuais. Algumas questões que orientam as análises nessa dimensão são: quais influências o movimento cooperativista baiano recebeu? Quais desafios se apresentaram na trajetória histórica do cooperativismo na Bahia? Como o cooperativismo se disseminou no estado e quais contornos específicos adquire na contemporaneidade?

A segunda dimensão é ainda mais profunda em termos históricos. Ela diz respeito às variadas expressões da relação entre solidariedade e organizações na história da Bahia. Essa dimensão guarda relação direta com as tradições das culturas e povos ancestrais, como os negros e indígenas. Entender as características dessas formas de organização baseadas em solidariedade, implica visitar os antecedentes históricos do próprio cooperativismo na Bahia. Se tais antecedentes históricos são fundamentais para o entendimento da especificidade do contexto baiano, eles também nos permitem identificar conexões possíveis entre esta história pretérita e aquela do cooperativismo. Além disso, compreender melhor o que aqui podemos chamar de história pré-cooperativista na Bahia contribui não apenas para indicar continuidades, mas também rupturas ou descontinuidades, ambas conformadoras dos caminhos próprios assumidos na história contemporânea do cooperativismo baiano.

## Pressupostos analíticos da pesquisa

A partir de tais premissas de estudo, a presente pesquisa sobre a história do cooperativismo na Bahia se insere numa agenda renovada de produção do conhecimento no campo mais abrangente da administração e suas relações interdisciplinares. Essa agenda enfatiza as implicações da relação entre solidariedade e organizações para a gestão em sentido amplo. O intuito é entender como processos organizativos baseados em mecanismos de solidariedade influenciam a dinâmica das relações humano-sociais e de desenvolvimento local-territorial em suas múltiplas esferas: econômica, sociocultural e política ou ambiental.

A importância dessa agenda reside primeiro na falta de estudos sobre a relação entre solidariedade e organizações. De fato, na história do conhecimento em administração temos constatado um afastamento desses dois termos (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020), cuja consequência é a enorme lacuna de estudos que abordem essa relação.

Tal lacuna não parece ocorrer sem razão. Os motivos estão relacionados às lentes cognitivas utilizadas pelo arcabouço teórico convencional da administração, o que indica a importância epistemológica dessa agenda de produção de conhecimento. De fato, a solidariedade não parece constituir uma dimensão relevante em assuntos de gestão. O compromisso histórico da gestão com resultados exteriores à condição humana nas organizações fez do tema da solidariedade não simplesmente um aspecto ausente da análise devido a sua invisibilidade, mas na maioria das vezes algo mesmo indesejado.

De fato, tendo sido a produção do conhecimento em gestão muito influenciada pelos imperativos e exigências do universo da empresa privada de mercado, temáticas como a solidariedade parecem causar estranheza num mundo empresarial cuja racionalidade da gestão é guiada fundamentalmente pela expectativa de resultados contábeis-financeiros. (CUMMINGS et al., 2017; FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020)

Sendo então a solidariedade um fardo a ser administrado nesse padrão de racionalidade, torna-se conveniente remetê-la para fora do ambiente institucional do mercado. O paradoxo neste caso é que quando no universo fora do mercado, seja através da prática de organizações da sociedade civil, seja através da dinâmica das instituições públicas de Estado (ambas vocacionadas a tratar da solidariedade), o modelo de referência para a gestão passa a ser

justamente aquele da racionalidade empresarial; a solidariedade de fato deixa de ter lugar na administração.

É justamente numa crítica à unidimensionalização da visão das organizações e da gestão (GUERREIRO RAMOS, 1989) que se impõe uma tal agenda de pesquisa. Neste sentido, resgatar a especificidade das formas de organizações cuja identidade tem sido marcada pela dimensão da solidariedade constitui um esforço de pesquisa relevante para entendermos quais implicações ou lições podem ser compreendidas em termos de produção de mudança social num contexto em que nos falta soluções inovadoras para lidarmos com grandes dilemas da contemporaneidade.

De todo modo, se a história dessa relação entre solidariedade e organizações não está presente nos compêndios e anais mais conhecidos em termos de conhecimento formal da administração, cumpre resgatá-la. Mas esse é um esforço singular em termos históricos e teóricos. Por esta razão, trabalhos dessa natureza participam da construção de uma contranarrativa histórica sobre organizações e gestão que apropriamos aqui neste trabalho ao olhar para as cooperativas baianas.

Assim, a busca em compreender o lugar da solidariedade na relação com as organizações – além de desafiar o que conhecemos sobre gestão – nos coloca em confronto com a necessidade de estudos sobre a história de um amplo inventário de práticas organizativas desconhecidas da literatura sobre administração. Se tais práticas são e foram reais, por outro lado, sua compreensão tem sido inacessível em razão da sua invisibilidade e ocultação em termos analíticos. As formas de organizações baseadas na solidariedade constituem um amplo e diversificado acervo de experiências, sobretudo de natureza associada, cooperativada ou comunitária, representando, em grande medida, formas de resistência de grupos sociais à margem do processo e dinâmica do desenvolvimento estabelecido pelos padrões institucionais formalmente em vigência.

Nesta pesquisa, em específico, estaremos particularmente interessados em salientar três aspectos analíticos. Em primeiro lugar, trata-se de mostrar que a história do cooperativismo é parte importante da relação entre solidariedade e organizações. E neste aspecto é também valioso salientar que estamos diante de um fenômeno de amplitude internacional, se considerarmos a importância histórica do cooperativismo em outras sociedades, como é o caso especialmente de inúmeros países da Europa.

Todavia, e em segundo lugar, cumpre salientar que no caso do nosso contexto regional, esse fenômeno adquire contornos próprios. Segundo nossa abordagem, a história do cooperativismo na Bahia é indissociável de uma outra história que a precede: a do associativismo ou das formas de organizações coletivas baseadas em variados mecanismos de associação humana. Essa é uma abordagem cujas raízes estão em processos históricos que são constituidores da nossa própria formação enquanto sociedade. O resgate dessas origens nos coloca em face da compreensão das formas mais antigas de organização dos nossos povos ancestrais. Razão pela qual nos parece valioso compreender desde as modalidades de organização e gestão oriundas dos povos indígenas ou das comunidades quilombolas, para em seguida observar como uma série de outras práticas de organização vão se constituindo, ou se metamorfoseando, ao longo da história até os dias atuais.

Se então a história do cooperativismo na Bahia não se compreende fora de uma leitura sobre a história do associativismo, nem fora da nossa própria história regional, um terceiro aspecto que estaremos salientando diz respeito aos contornos próprios e mais específicos dessa história. Ou seja, qual(quais) fisionomia(s) assume o cooperativismo na Bahia ao longo da sua história – dos primórdios até os últimos 50 anos? Neste terceiro eixo, o objetivo é singularizar o cooperativismo na Bahia enquanto forma de manifestação organizacional e suas características de gestão.

Ao cabo da pesquisa, o propósito geral é apreender o legado dessa história em nossa realidade baiana. Quais foram suas contribuições e desafios, seus avanços e limites, assim como sua potencialidade para o desenvolvimento em tempos atuais.

## Considerações sobre objeto e objetivos da pesquisa

Se olharmos a experiência cooperativa como o conteúdo, a história da Bahia será o continente. Logo, faz sentido que este último (o continente) seja o campo onde se busque encontrar o primeiro (o conteúdo), ainda que muitas vezes ele esteja disperso, escondido, confundido, malcompreendido ou simplesmente invisibilizado.

Estamos diante de uma pesquisa que se pretende exploratória e descritiva, de natureza quase “arqueológica”, ou seja, com energia predominantemente dedicada à “busca das pedras espalhadas pela planície, mas que ninguém vê”; e daquelas outras, levemente enterradas no solo (ou seja: que já desapareceram), trazendo-as para a história, a suscitar o interesse dos que virão a explorar os sítios. Para além desse garimpo, assumimos o compromisso com o levantamento de indícios de vínculos entre essas pedras preciosas e o que ocorreu nesses “lugares e gentes” historicamente.

De forma bem sucinta e objetiva, a descrição geral dessa pesquisa consiste na identificação de experiências cooperativas (ou, de outro jeito: experiências associativistas proto-cooperativistas e organizações cooperativas factuais) que tenham ocorrido no contexto da evolução histórica da Bahia, de forma que seja possível estabelecer relações entre essas experiências e a formação social, cultural, política e econômica do estado .

Resta evidente, portanto, que o objeto primordial dessa pesquisa é a experiência cooperativa enquanto núcleo fundante do associativismo e das cooperativas enquanto organização.

O objetivo geral, como é pertinente a uma pesquisa exploratória, é identificar em um campo ainda inexplorado, hipóteses preliminares que possam desencadear um *continuum* de investigação científica e tecer, assim, as bases de um novo campo de pesquisa. No nosso caso, essas hipóteses serão direcionadas para a relação provável entre experiências cooperativas (ou associativistas proto-cooperativistas e organizações cooperativas factuais) e a dinâmica histórica da sociedade baiana.

Relacionados a esse propósito maior da pesquisa, temos os seguintes objetivos específicos:

1. resgatar referências de cooperativas e de experiências análogas às cooperativas no estado da Bahia durante o seu processo histórico de formação;
2. identificar e/ou estabelecer relações possíveis entre essas experiências cooperativas localizadas no território e a dinâmica de formação social, econômica, política e cultural do povo baiano;
3. contribuir com um mapa de experiências cooperativas na Bahia, que longe de se limitar à sua mera localização espacial e temporal, apresente um painel de hipóteses e sugestões de pesquisa sobre a relação que elas estabelecem com a dinâmica do desenvolvimento regional em suas múltiplas dimensões.

## Considerações sobre recortes temporais e organização do trabalho

Mas de que história estamos falando? Certamente nos interessa aqui a história da formação social, cultural e econômica do povo da Bahia, contemplando sua complexidade e diversidade que o coloca em lugar de destaque na formação do próprio povo brasileiro. Ao mesmo tempo, nos interessa, igualmente, a história do associativismo ou das formas de organizações coletivas baseadas em cooperação e solidariedade em suas variadas formas de associações humanas, as quais encontram raízes em processos constituidores da nossa formação enquanto sociedade. Na imbricação dessas “duas histórias”, portanto, reside o que podemos chamar de *olhar histórico peculiar da pesquisa*.

Reconhece-se como premissa, nesse trabalho, de forma inexorável, a importância do resgate de dimensões históricas da cooperação e da solidariedade invisibilizadas no processo de formação da identidade e da cultura do nosso estado, bem como no arcabouço de legados dessas formas de organização. Nesse sentido, o *olhar histórico peculiar da pesquisa* compreende uma delimitação temporal que se negue a aceitar que a história do Brasil começou no ano de 1500, e admita que nossos povos ancestrais originais – indígenas – constituíram experiências sociais relevantes, baseadas em cooperação e merecedoras de serem observadas, respeitadas e incluídas nesse olhar que se reconstrói. Os tempos atuais, nos quais o cooperativismo parece ter ganhado contornos de movimento institucionalizado – ainda que preserve em si formas e dimensões da invisibilidade da relação solidariedade e gestão –, são nosso ponto cronológico de chegada.

A organização do tempo histórico em fases permitiu, de um lado, que o exercício exploratório se valesse de abordagens metodológicas variadas que dialogam e se complementam. De outro lado, favoreceu a emersão das contribuições dos pilares de nossa estrutura cultural, a saber os povos indígenas, os europeus colonizadores e os negros vindos de África, sem que precisássemos adotar necessariamente um recorte étnico para a pesquisa. Nesse sentido, propõe-se um faseamento estruturante que organizou o trabalho da pesquisa em quatro grandes blocos: o primeiro se dedica aos antecedentes históricos do cooperativismo e revisita aspectos das culturas e povos ancestrais na história da Bahia; o segundo está centrado nas formas de cooperação na República Velha, permitindo identificar os primórdios do cooperativismo na Bahia; o terceiro explora o desenvolvimento do cooperativismo na Bahia de

1930 a 1970; e o quarto bloco apresenta a consolidação do cooperativismo nos últimos 50 anos, ou seja, de 1970 até nossos dias.

O faseamento estruturante e os quatro blocos organizam também esta obra. No primeiro – os antecedentes históricos do cooperativismo – refletimos sobre o legado dos nossos povos ancestrais por meio da compreensão das organizações baseadas em solidariedade e os modos de vida dos nossos povos indígenas e negros. Trazemos, ainda, aspectos das cosmovisões indígenas buscando associá-los a uma nova forma de compreender a cooperação, a noção de sujeito, de propriedade e de território. Mostramos, ainda, como movimentos de resistência dos povos negros historicamente marginalizados podem indicar formas de cooperação mais solidárias e inovadoras. O segundo bloco, ao qual chamamos de primórdios do cooperativismo na Bahia, centra-se nos indícios da existência de sociedades cooperativas desde a segunda metade do século XIX até a Revolução de 1930, enfatizando o contexto e a forma como, no final do Segundo Reinado (1840 a 1889) e na República Velha (1889 a 1930), esse tipo de organização coletiva era concebido. Nesse mesmo bloco ou fase estruturante, ao alcançarmos o contexto da Revolução de 1930, apresentamos como o cooperativismo começou a assumir formas estreitamente vinculadas aos impulsos e às proibições do Estado. Os contornos mais claramente visíveis do cooperativismo como o conhecemos hoje são apresentados na terceira e na quarta fases estruturantes, que compõem, respectivamente, o terceiro e o quarto capítulos deste livro. No terceiro, explora-se o desenvolvimento do cooperativismo na Bahia entre 1930 e 1970, enfatizando o papel do Estado no movimento cooperativista que assumia limites cada vez mais claros e legítimos. No quarto e último capítulo, nos preocupamos com os últimos 50 anos (1970 a 2020). Nesse momento, optamos por manter os olhares atentos na economia da Bahia, em constante transformação, e em alguns marcos fundamentais, como a Constituição de 1988, o surgimento das entidades de representação e o retorno às formas mais solidárias de gestão, como cooperativismo popular no campo da economia solidária.

Por fim, antes de apresentarmos o conteúdo histórico do cooperativismo na Bahia, apresentamos nos próximos tópicos os fundamentos metodológicos e epistemológicos que nortearam nosso percurso. Orientados por uma pesquisa do tipo exploratória, de natureza qualitativa e ancorados numa perspectiva decolonial, procuramos contribuir com o cooperativismo tanto em termos teóricos quanto em termos da sua prática e do seu movimento no contexto baiano.



## FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

### Considerações sobre a natureza, o tipo e a estratégia de pesquisa

Levantamentos bibliográficos preliminares sobre a história do cooperativismo na Bahia apontam uma enorme lacuna de conhecimento, sobretudo na perspectiva teórico-analítica que há pouco foi assumida como norte desse trabalho. Como resultado, o que se constatou foi a necessidade de se empreender uma “arqueologia”, aqui entendida em sentido figurado, ou seja: enquanto busca de vestígios, indícios, notícias e outros elementos objetivos e subjetivos que, dispersos e permeados em nosso passado e presente, possam ajudar a lançar luzes sobre esse fenômeno/movimento – o cooperativismo – em sua especificidade sociogeográfica – na Bahia. Nesse sentido, a presente pesquisa tem um caráter eminentemente exploratório, ou seja, ela é comprometida com o levantamento multitemporal de informações que, uma vez reunidas e relacionadas, originam uma narrativa que serve de base para futuras investigações. (ANDRADE, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2001) O que ajuda a narrar e conformar uma visão geral inédita do cooperativismo na Bahia, que possibilite e estimule a constituição de um campo de estudo mais robusto e incentive mais estudos, pesquisas, investigações e debates enriquecedores.

Dadas essas características, só havia cabimento uma pesquisa cuja natureza fosse essencialmente qualitativa, ou seja: caracterizada por ser holística, aberta às realidades possíveis, integrativa e não excludente, sensível a todo e quaisquer fatos, ideias, visões – ou se preferirmos, cosmovisões –, narrativas ou fenômenos que possam vir a contribuir.

Em geral, as pesquisas qualitativas podem se valer da combinação de várias técnicas de coleta de dados. (VIEIRA, 2006) Nesta pesquisa, em particular, após os ajustes restritivos ao projeto inicial, impostos pelo advento da pandemia do novo coronavírus, iniciada quase em simultâneo, em 2020, foi utilizada a combinação

das técnicas de pesquisa e análise bibliográfica e documental, de um lado; e de realização de seminários em profundidade com especialistas, de outro.

Não obstante, a investigação também se valeu de dados estatísticos descritivos como suporte às análises qualitativas, a partir da construção de um banco de dados considerável que compatibilizou levantamentos de cooperativas baianas de cinco fontes diferentes. Este banco de dados conta com 2.420 cooperativas baianas constituídas entre 1924 e 2019. O detalhamento da construção e uso do banco de dados será apresentado posteriormente, na quarta fase, momento em que sua leitura é mais profícua para compreensão do uso dos dados.

As informações objetivas e subjetivas que reunimos e os indícios que encontramos, estavam dispersos nas falas, na literatura e nos documentos específicos, desafiando a equipe de pesquisa em suas habilidades de captura, de interpretação, de descrição e de sistematização. Enquanto estratégia de pesquisa, procuramos nos guiar pela noção de pesquisa histórica, especificamente em como ela vem sendo entendida e empreendida pelos estudos organizacionais. Nesse sentido, o esforço se traduziu em uma espécie de gênese de organizações sociais baianas caracterizadas pela solidariedade e pela cooperação, que de algum modo vieram a dar origem às cooperativas baianas, como são conhecidas hoje; e ao cooperativismo como movimento e fenômeno organizacional contemporâneo.

## A pesquisa histórica nas investigações em estudos organizacionais

Enquanto método, a pesquisa histórica, de modo geral, é aquela que identifica, coleta, organiza e avalia criticamente fontes documentais que têm relação com ocorrências do passado. Esta estratégia metodológica tem sido cada vez mais valorizada no campo da administração e, em particular, no âmbito dos estudos organizacionais, desde os anos 1990. Neste trabalho, estamos, em sentido amplo, adicionando uma outra narrativa à história da administração. De modo específico, nos apoiamos na pesquisa histórica como método de investigação para buscar (re)construir a história do cooperativismo – e das organizações cooperativas – no estado da Bahia. A escolha da pesquisa histórica como método se apoia no fato de ela compreender que estruturas contemporâneas são resultado de processos históricos. Além disso, os resultados das pesquisas históricas são vistos como importantes fontes de informação

para apontar tendências. (COSTA; SILVA, 2019) Essas duas características da pesquisa histórica contribuem diretamente para os propósitos da pesquisa.

Procuramos adotar, nessa empreitada investigativa, uma pesquisa histórica integracionista, ou seja, aquela que entende que as formas e arranjos organizacionais são moldados por eventos do passado e que seu desenvolvimento é resultado de um contexto mais amplo. (ÜSDIKEN; KIESER, 2004 apud COSTA; SILVA, 2019) Como apresentamos anteriormente, a construção da história do cooperativismo no estado da Bahia, ainda que exploratória, não pode ser realizada apartada dos eventos históricos que viveu nosso passado e das formas de organização dos povos que originaram a sociedade baiana, em particular, e a brasileira, de modo geral. Nosso intuito é, então, integrar a história no movimento cooperativista da Bahia, buscando indícios do que poderiam ter originado formas de cooperação, de solidariedade e de organizações cooperativas.

Há três conceitos que norteiam o processo de pesquisa histórica que importa esclarecermos aqui:

(a) o fato histórico, que são os acontecimentos que deram origens às diferentes interpretações históricas acerca do ocorrido; (b) o documento e a fonte histórica, ou seja, os vestígios do passado que servem para compreender sua época; e (c) a operação histórica, isto é, o processo crítico pelo qual é submetida uma fonte de modo que possa suportar o pesquisador a responder suas inquietações. (COSTA; SILVA, 2019, p. 101)

Os fatos históricos são os fundamentos do historiador para construir ou reconstruir sua interpretação que, aliás, é sempre posicionada no tempo. Não se trata de uma verdade definitiva, mas de uma narrativa legítima, pois ela se baseia na possibilidade de verificações daquilo que está sendo afirmado. Sendo assim, há sempre a possibilidade de que várias interpretações sejam construídas e legitimadas diante da verificação e interpretação das mesmas fontes por outros pesquisadores. (COSTA; SILVA, 2019) Nesse sentido, a narrativa da história do cooperativismo no estado da Bahia que construímos é sempre provisória, embora legítima. Como dito anteriormente, esperamos que ela contribua para a construção de outras narrativas e que seja vista como fonte histórica ou documento para outros pesquisadores interessados.

Na pesquisa histórica, o documento é a fonte histórica por excelência. No entanto, ela assume uma noção bastante ampliada do que é documento.

Estes são registros que podem ser encontrados na forma de “livros, relatórios, diários, cartas, pinturas, esculturas, fotografias, filmes, mitos, lendas, falas, espaços [...]”. (SAMARA; TUPY, 2010, p. 117 apud COSTA; SILVA, 2019, p. 101) Além disso, o documento é sempre uma construção social, e quem decide o que é um documento e, portanto, uma fonte de informação em determinada pesquisa histórica, é o pesquisador. De acordo com Lipartito (2014 apud COSTA; SILVA, 2019, p. 105),

é o historiador quem constitui em fontes históricas evidências do passado, a partir do diálogo que estabelece com elas. Ou seja, é o historiador quem dá voz às fontes, questionando-as a respeito daquilo que elas podem revelar acerca das sociedades e épocas às quais pertenceram.

Diferente das pesquisas qualitativas no campo dos estudos organizacionais, que entendem como dados primários aqueles construídos no momento da pesquisa a partir de entrevistas, por exemplo, na pesquisa histórica os documentos diversos são compreendidos como fontes primárias, por terem sido criados no período da história que interessa à pesquisa em andamento.

O primeiro passo no processo de pesquisa histórica é a identificação (ou localização) das fontes que interessam à investigação. Como vimos, os fatos históricos só assumem esse *status* a partir do olhar do observador, no caso, o historiador. Da mesma forma, é o pesquisador-historiador quem transforma um documento em fonte histórica. (COSTA; SILVA, 2019)

Nesta investigação, a pesquisa bibliográfica (como é comumente denominada no âmbito da pesquisa qualitativa em ciências sociais) se destaca dentre as fontes históricas e a noção de documento no entender da pesquisa histórica. Isso porque nossas fontes foram encontradas, notadamente, na forma de livros, artigos e outros produtos bibliográficos. Sendo assim, elas foram compostas principalmente por: 1. um conjunto de bibliografias sobre os quatro períodos históricos definidos; 2. um conjunto de documentos com registros históricos que foram disponibilizados em formato impresso pelo sistema cooperativista baiano; 3. informações encontradas em formato digital na *web* como registros de sociedades cooperativas e análises do cooperativismo brasileiro e baiano de décadas anteriores; e 4. fontes orais de informação que foram obtidas por meio de entrevistas e seminários com estudiosos e especialistas dos temas que envolvem as quatro fases estruturantes da investigação.

Especificamente sobre as fontes orais de informação, foram realizados seminários virtuais em profundidade, com oito destacadas personalidades em suas respectivas áreas de conhecimento. durando em média três horas, cada encontro.

Tendo em vista a necessária imersão na subjetividade dos povos e da cultura indígena, no Brasil e na Bahia, foram realizados seminários com três referências da antropologia em nosso estado: a professora doutora Fátima Tavares, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA/UFBA); o professor doutor Carlos Caroso, ex-diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA e fundador do PPGA/UFBA; e a professora doutora Jurema Machado, antropóloga, presidente do conselho diretor da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e grande conhecedora e estudiosa da realidade dos povos indígenas na Bahia.

A busca dos elementos históricos e socioantropológicos que vinculam os povos africanos escravizados às experiências de cooperação e solidariedade na Bahia, ao longo de sua constituição como território, contou com a inestimável colaboração – em forma de seminários – dos professores doutores André Santos (EAUFBA), estudioso da salvaguarda do patrimônio cultural afro-brasileiro e seus lugares de memória, poder e redes de solidariedade; e Eduardo Oliveira (Faculdade de Educação da UFBA), pesquisador e autor de obras sobre a cosmovisão, história e cultura africana e afro-brasileira, movimentos sociais populares, educação popular e economia solidária.

Para compreender mais profundamente sobre o movimento cooperativista baiano, considerando sua história mais recente, a equipe de pesquisadores realizou e participou de seminários com três profundos conhecedores: Cergio Tecchio, reconhecida liderança com quase 40 anos de vivência cooperativista, 25 deles na Bahia, estado onde tem sido protagonista de profundas transformações no sistema de representação político-institucional das cooperativas e na promoção do seu desenvolvimento; José Paulo Crisóstomo Ferreira, expressiva liderança cooperativista do segmento de microcrédito e finanças solidárias e grande incentivador do movimento de cooperativas populares na Bahia; e o doutor Nilton Vasconcelos, professor titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA) e que, à frente da Secretaria de Estado de Trabalho da Bahia (2007–2014), foi o principal protagonista da formulação e execução de políticas públicas de incentivo ao cooperativismo na Bahia em nosso século.

O Quadro 1 oferece um resumo da relação entre o faseamento estruturante proposto nessa pesquisa e as técnicas de coleta de dados empreendidas em cada uma delas.

**Quadro 1** – Faseamento histórico estruturante e as técnicas qualitativas da pesquisa histórica

Faseamento histórico estruturante		Técnicas de pesquisa empregadas
Período	Descrição geral/possibilidades	
Antecedentes históricos do cooperativismo e os aspectos das culturas e povos ancestrais na história da Bahia	A partir de estudos antropológicos que tratam dos povos indígenas e dos povos negros na Bahia (cosmovisões, lutas de resistência e suas formas de organizações e gestão), seria possível identificar indícios de práticas de cooperação e solidariedade que se fizeram presentes como legado para o movimento cooperativista no estado?	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Seminários com especialistas
Formas de cooperação na República Velha – primórdios do cooperativismo na Bahia	A partir de estudos sobre o contexto histórico de formação da sociedade baiana, especialmente no período da República Velha, quais são as características desses primórdios do cooperativismo na Bahia?	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Seminários com especialistas
O desenvolvimento do cooperativismo na Bahia de 1930 a 1970	A partir de análises sobre a dinâmica econômica, social e política da sociedade baiana ao longo do século XX, além de registros históricos importantes, como se desenvolve o cooperativismo na Bahia neste período de 1930 a 1970?	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Seminários com especialistas Análises do banco de dados das cooperativas baianas (1924-2019)
A consolidação do cooperativismo nos últimos 50 anos (1970-2020)	A partir dos registros e documentos variados sobre o cooperativismo baiano, bem como seus estudos mais recentes e algumas fontes valiosas de consulta na forma de entrevistas e seminários, quais contornos definem as características do cooperativismo nos últimos 50 anos na Bahia?	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Seminários com especialistas Análises do banco de dados das cooperativas baianas (1924-2019)

**Fonte:** Elaborado pela equipe a partir do andamento da pesquisa (2020-2021).

## A opção decolonial e a “desobediência epistemológica” da pesquisa

O colonialismo é uma política de dominação – social, econômica, cultural, ideológica etc. – praticada por determinadas nações sobre outras ou sobre outros povos contra a vontade deles. De acordo com Costa (2006 apud BALLESTRIN, 2013), todo processo colonizador é opressor, seja por questões raciais, de gênero ou étnicas. Pensando apenas em termos históricos, houve um longo período (séculos XVI ao XX) em que parte do mundo, notadamente países europeus, colonizou (ou, se preferirmos, invadiu e dominou) outras partes do mundo, como a América Latina, a África, a Austrália, a Índia, entre outros continentes e territórios, incluindo alguns dentro da própria Europa. No entanto, apesar de, historicamente, considerarmos que o período colonial acabou, não é exagero afirmar que as diferenças entre “dominantes e dominados” permanecem até os dias atuais. Significa dizer que as relações de colonialidade, ou seja, de formas coloniais de dominação, estão ainda arraigadas nas estruturas do nosso sistema-mundo. Vista dessa maneira, a modernidade capitalista é resultado direto de relações de colonialidade que supostamente desapareceram mas que, na realidade, estão presentes em diferentes formas de pensar e explicar a sociedade contemporânea.

Em ciência sociais, a opção decolonial é um movimento não apenas epistêmico, mas também teórico e político. (BALLESTRIN, 2013) Ele parte da crítica latino-americana acerca das relações de colonialidade econômicas, políticas e do conhecimento que persistem mesmo após o fim do período colonial (mas não necessariamente do colonialismo) e são reforçadas pela estrutura da modernidade ocidental europeia e norte-americana. A opção decolonial pode ser compreendida como uma “desobediência epistemológica” (MIGNOLO, 2008) ao se desvincular do conhecimento hegemônico ocidental que reproduz e aprofunda as relações de colonialidade nos países do Sul do mundo, em especial na América Latina, colocando as nossas experiências ancestrais singulares no lugar de subdesenvolvimento, ignorância e esquecimento.

Assim, a opção decolonial evoca a valorização e o reconhecimento das experiências e conhecimentos próprios dos países do Sul a partir de um olhar de dentro e levando em consideração seu contexto social, cultural e histórico. Pretende mostrar que, para além do que há no ocidente, em termos de

geopolítica do conhecimento, existe um mundo “no qual muitos mundos podem co-existir.” (MIGNOLO, 2008, p. 296)

Fleuri (2014) aponta para uma decolonialidade fundamentalmente anti-capitalista, em que a resistência não é geograficamente local, *per se*, mas politicamente anti-ideológica. A rebelião dos povos ancestrais na América Latina pavimenta um caminho político contrário ao caráter racista da formação dos Estados e da concepção única do conhecimento. “Os povos originários reconhecem criticamente os processos de subalternização a que foram submetidos historicamente e assumem as lutas por fortalecer suas identidades e auto-gerenciar seus territórios.” (FLEURI, 2014, p. 103) Para Fleuri (2014), o pressuposto racista da colonização impõe às interações interculturais do saber um caráter supressor, no qual os saberes ocidentais afogaram as sabedorias tradicionais originárias, nos obrigando a reconhecer a necessidade de ressignificação epistemológica do conhecimento.

Os entendimentos que compõem a opção decolonial partem do engajamento de vários teóricos como Aníbal Quijano (colonialidade do poder), Walter Dignolo (diferença colonial e geopolítica do conhecimento), Boaventura de Sousa Santos (sociologia das ausências e emergências), dentre outros autores e conceitos. Além de envolver temas importantes como a hierarquia étnico-racial na relação dos países periféricos com os centrais (GROSFOGUEL, 2008 apud BALLESTRIN, 2013), aponta para a necessidade de uma identidade em política, e não uma política identitária, para desconstruir identidades criadas pela modernidade europeia originada de uma matriz racial colonial que reforça a ideia de superioridade. (MIGNOLO, 2008) Dessa forma, a opção decolonial está sendo utilizada na renovação crítica de diversos campos do conhecimento dentro das ciências sociais, sendo pouca explorada nas ciências sociais aplicadas, como a administração.

No âmbito desta pesquisa, a desobediência epistemológica da opção decolonial se apresenta no entendimento de que a história do cooperativismo brasileiro vai muito além do legado dos imigrantes europeus e da concepção formalista de cooperativismo que nos foi importada. Nesse sentido, é necessário romper (ou desobedecer) com o conhecimento até então consolidado na literatura e evidenciar o legado dos nossos povos e organizações ancestrais para a história e contemporaneidade. Pretendemos, assim, inaugurar um olhar

decolonial sobre as organizações cooperativas e reconectar a gestão e a solidariedade na sua trajetória no estado da Bahia.

Essa postura epistemológica guiou o desenvolvimento da pesquisa, cujo processo metodológico, estruturado numa periodização meramente didática, possibilitou um movimento dialógico que nos permite identificar os indícios de cooperação a partir do contexto socio-histórico baiano, extrapolando a literatura convencional em administração e economia e dialogando com especialistas dos mais diversos campos do saber e do ser. Pois, assim como Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 248), acreditamos na “libertação das realidades alternativas” ao rejeitarmos a linearidade temporal da racionalidade ocidental que impõe a “ideia de que a história tem um sentido e direção únicos e conhecidos”.

## A construção e o uso do banco de dados das cooperativas baianas

O banco de dados que apoiou as descrições e análises desta pesquisa é composto por cinco bases distintas: um banco de dados digital e outro construído a partir de registros impressos arquivados, ambos disponibilizados pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (Oceb). Um terceiro banco de dados foi construído pelo Conselho Estadual do Cooperativismo; um quarto foi disponibilizado pela União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); e, por fim, um quinto banco de dados foi construído a partir de registros históricos encontrados no Diário Oficial da União de 1943.

Os dados da Oceb, obtidos em maio/junho de 2020, somavam 992 cooperativas, sendo estas consideradas suspensas, ativas ou inativas. Neste banco de dados constam as seguintes informações: sigla, nome da cooperativa, CNPJ, se é matriz ou filial, situação do registro (ativo, suspenso ou inativo), data da constituição (DD/MM/AA), data da abertura, data do registro, produtos ou serviços oferecidos, endereço, município, CEP, telefones, e-mail, site, número de funcionários e número de associados.

Os dados do Conselho Estadual somam 1.976 cooperativas no total. As informações relativas a cada uma das cooperativas são: nome, sigla, endereço, CEP, município, seguimento e data da constituição (DD/MM/AA).

As primeiras observações nos dados desses dois bancos disponibilizados apontaram para a necessidade de algumas alterações importantes. Estes ajustes demandaram tempo, tendo em vista a quantidade de cooperativas em cada um deles. Primeiro, foi importante identificar e descartar informações que não seriam necessárias. Por exemplo, o número do registro, CNPJ, o endereço, o CEP, entre outras. Estas informações puderam ser resgatadas quando necessárias para descrever casos específicos, mas não foram adequadas para a construção de gráficos e tabelas que são parte das análises aqui empreendidas. Outras informações precisaram ser ajustadas pois, na forma como constavam no banco de dados original, deixavam os gráficos e tabelas ilegíveis. É o caso da data de fundação e da atividade desenvolvida pela cooperativa, por exemplo. No que diz respeito à data de fundação, optou-se por defini-la por ano e por década. E, no caso das atividades desenvolvidas, optou-se por padronizar todas a partir dos ramos do cooperativismo definidos em 2019 pela OCB. Para estas padronizações – data de fundação e atividades desenvolvidas –, optou-se por manter a coluna com os dados originais e criar outras com os dados novos inseridos (ano e década da fundação e o ramo do cooperativismo atualizado).

Mais especificamente sobre a segmentação do cooperativismo, vale lembrar que, recentemente, a Resolução OCB nº 56/2019 regulamentou os ramos do cooperativismo, que eram treze e passaram a ser sete: Agropecuário; Consumo; Crédito; Infraestrutura; Trabalho, Produção de Bens e Serviços; Saúde; Transporte. A Figura 1 mostra didaticamente os agrupamentos propostos pela OCB em 2019 e que definem os ramos do cooperativismo atualmente no Brasil.

**Figura 1** – Reorganização dos ramos do cooperativismo brasileiro pela OCB em (2019)



**Fonte:** Organização das Cooperativas Brasileiras (2019, p. 5).

Ainda sobre as alterações nos bancos de dados, julgamos importante para nossas análises adicionar duas regionalizações adotadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). As Mesorregiões e Microrregiões Geográficas e os Territórios de Identidade. A primeira forma de compreender o estado da Bahia é através das Mesorregiões e Microrregiões; é importante porque é a divisão adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e alguns cruzamentos com informações deste órgão nacional podem ser necessários nas análises. Já os Territórios de Identidade são específicos do estado e agregam não apenas aspectos geográficos, mas simbólicos e de pertencimento, que podem ser importantes na compreensão de características culturais, notadamente quando analisamos formas de organização social e coletivas, como o caso das cooperativas. Tanto os Territórios de Identidade quanto as Regiões Administrativas seguiram classificações oficiais no estado da Bahia, através dos documentos disponibilizados no site da SEI. O território é um elemento importante para pesquisa, visto que historicamente foram mapeados processos de resistência e organização produtiva sob a perspectiva da solidariedade que permeiam a ocorrência de alguns ramos cooperativos em determinados territórios.

Feitos todos estes ajustes, adições e supressões nos bancos de dados da Oceb e do Conselho Estadual, os juntamos. Os bancos somaram 2.788 itens (992 da Oceb e 1.796 do Conselho). Ao fazer isso, identificamos as coincidências (500 casos), padronizamos as informações em cada coluna e chegamos a um quantitativo de 2.288 cooperativas baianas.

A partir daí, construiu-se mais três bancos de dados que também foram adicionados desconsiderando as coincidências. Um foi enviado pela Unicafe e completado pela equipe da pesquisa; outro foi construído a partir de registros do Diário Oficial da União de 1943 e um quinto foi construído a partir de arquivos impressos disponibilizados também pela Oceb, mas que foram tratados separadamente.

O banco de dados da Unicafe conta com 53 registros de cooperativas baianas. Dentre estes, conferimos 24 coincidências. Sendo assim, 29 registros foram agregados às bases da Oceb e do Conselho. Todas essas bases juntas, somam 2.316 cooperativas.

Ao longo das buscas, identificamos uma lista de 1.960 cooperativas publicadas em 1943 pelo Ministério da Agricultura, sendo 69 no estado da Bahia. Notamos que este banco de dados apresenta diferentes nomenclaturas devido à época da sua publicação. Sendo assim, nas análises algumas denominações dos ramos podem aparecer diferentes, tendo sido feitas as devidas observações no próprio texto ou nas notas de rodapé.

Por fim, ao transpormos os dados impressos de 58 cooperativas dos arquivos também da Oceb, somamos mais 34 itens e atualizamos 24 coincidências. Ao final, chegamos a um total de 2.420 cooperativas constituídas no estado da Bahia de 1924 a 2019.

O Quadro 2 detalha o quantitativo de cooperativas por fonte de informação que contribuiu para as análises desta pesquisa.

**Quadro 2** – Identificação das bases de dados mapeadas

Origem dos dados	Período da coleta dos dados	Fonte da coleta para elaboração	Quantitativo de cooperativas inseridas
Catálogo de cooperativas baianas	2012	Conselho do cooperativismo baiano, Juceb, Oceb e Unicafe	1.298
Oceb	2020	Registro na entidade	989
Unicafe	2021	Unicafe	30
Departamento de Economia Rural/Diário Oficial da União	1943	Não identificado, mas supõe-se que é por meio de registros oficiais	69
Oceb-documentos impressos	2020	Documentos em papel arquivados na entidade	34
<b>Total de cooperativas</b>			<b>2420</b>

**Fonte:** Elaborado a partir da base de dados da pesquisa (2020-2021).

É importante ressaltar que apenas a base da Oceb identifica cooperativas ativas e inativas. Optou-se por manter ambas categorias na base, pois o intuito é ter uma ideia do fomento e do movimento cooperativista baiano.



## ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO COOPERATIVISMO: REVISITANDO O LEGADO DAS CULTURAS E POVOS ANCESTRAIS NA HISTÓRIA DA BAHIA

A colonização do território brasileiro foi marcada não só pela invasão dos portugueses, mas sobretudo pela importação de povos africanos escravizados e diversas tentativas de invasão e ocupação por holandeses e franceses. Esses povos e suas interações tiveram influência marcante (ainda que com pesos distintos) na formação do povo brasileiro e, como nos interessa em específico, na constituição identitária do território do estado da Bahia.

A escravização de índios e negros, a catequese e o emprego desses povos nos diversos ciclos de atividade econômica da Bahia colonial, no período entre os séculos XVI e XIX; a divisão da Bahia em cinco capitanias hereditárias, primeiro exercício de regionalização do território; a formação de comunidades quilombolas; os demais movimentos sociais de resistência como insurreições e revoltas; bem como a existência de corporações com papel de destaque em episódios e regiões da Bahia (maçons, artesãos, profissionais liberais, irmandades, produtores rurais e pequenos comerciantes) oferecem vestígios de experiências cooperativas a se investigar.

### Refletindo sobre o legado de nossas culturas ancestrais

A princípio, pode causar estranhamento pensar que nossas culturas ancestrais – indígenas e negras – nos deixaram algum legado valioso sobre

cooperação e solidariedade nas organizações. Seguramente, esse não é um modo habitual de se pensar. No entanto, uma mirada atenta rapidamente nos revela a multiplicidade das contribuições, seja no campo dos princípios e valores (aquilo que chamamos de cosmovisão), seja no campo das tecnologias ou das práticas e formas organizativas em si mesmas. Afinal, esses mesmos povos, indígenas e negros, no decorrer da história da Bahia e do Brasil, criaram e recriaram práticas de cooperação e formas de organizarem-se coletivamente que certamente podem ter contribuído com modalidades ulteriores de organização e solidariedade econômica, seja através de práticas associativistas, mutualistas ou cooperativistas. Se há um nexos histórico neste ponto, um dos caminhos para decifrá-lo começa pelo entendimento sobre a forma como esses povos compreendem o mundo e a vida, ou seja, suas cosmovisões.

As cosmovisões indígena e dos povos negros são bastante heterogêneas e múltiplas. Dizem respeito a diversas formas de ver e compreender o mundo, o humano, o outro, os espíritos e outras questões sobre a vida no planeta. Ou seja, as cosmovisões são conjuntos de concepções sobre a realidade e o porquê das coisas. É a maneira pela qual se explicam a vida.

Especificamente sobre os povos indígenas, de acordo com Viveiros de Castro (1992), é possível falar de um pensamento indígena, de modo geral, ainda que reconheçamos que cada povo tem uma forma de pensar particular. De acordo com ele, encontra-se de Norte a Sul nas Américas ideias e práticas com semelhanças significativas (assim como diferenças também), e são justamente essas semelhanças que tornam possível falar de cosmologia indígena. Além disso, essas semelhanças podem ser diretamente contrastadas com nossa própria visão de mundo.

Uma forma de compreender esse modo de viver dos povos indígenas é nos atentando às críticas em relação ao modo de viver branco ou ocidentalizado. Em *A vida não é útil*, lançado em 2020, Ailton Krenak (liderança indígena que participou da Constituinte em 1987-1988 em prol das causas indígenas no país e uma das vozes mais eloquentes e importantes no Brasil sobre o assunto) resume bem o pensamento crítico indígena sobre o modo de viver ocidental e suas consequências. Para ele, a humanidade caminha a passos largos em direção a sua própria extinção: somos “a praga do planeta” e seremos extintos com “a facilidade com que os mosquitos de uma sala são, depois da aplicação de um aerossol. Nós não estamos com nada, essa é a declaração da Terra.” (KRENAK, 2020, p. 9-10)

A ideia de que a vida não é útil, para Krenak (2020), está ligada às cosmovisões indígenas, seu modo de viver e de compreender a vida e as relações que a constituem. Para entendermos essa noção de não utilidade da vida, temos que entender a cosmovisão indígena. Para começar, de acordo com Krenak (2020), a vida é fruição, uma “dança cósmica”. Ela é algo tão único e maravilhoso que tentar dar utilidade para ela, num ritmo determinado, é algo incompreensível para o modo de viver indígena. E é justamente o que os brancos e a sociedade fizeram ao longo da história, nos diz ele. Nós impomos uma coreografia: “alguém nasceu, fez isso, fez aquilo, inventou o fordismo, fez a revolução, fez um foguete, foi para o espaço [...]. Por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando a sobrevivência.” (KRENAK, 2020, p. 109)

A noção de sujeito na concepção indígena é outro aspecto que podemos relacionar com formas solidárias de organizar a vida. Para os povos indígenas, de modo geral, o sujeito é sempre coletivo. Isso fica claro na entrevista que Ailton Krenak dá para a série “Vozes da Floresta” (VOZES DA FLORESTA..., 2020). Podemos avançar compreendendo também as noções de povo, etnia, família, parentes (eles chamam todos os povos indígenas de parentes), os brancos e todos os outros. Ele relata que a experiência enquanto consciência coletiva é a forma de preservar a integridade e a ligação cósmica.

O corpo é entendido como a base da perspectiva, sua origem. Aquelas espécies que se veem como humanos também entendem possuir cultura humana. Ao invés de um cosmo composto de uma natureza única e múltiplas culturas, pessoas indígenas pensam em algo composto por uma única cultura e múltiplas naturezas. (VIVEIROS DE CASTRO, 1998) Em termos formais, há apenas um tipo de sujeito, o humano. A forma indígena de expressar essa identidade formal é associar uma “alma” (ou almas) a estes humanos auto-identificados. O corpo, que é a base da distinção, envolve as almas como uma peça de roupa ou traje de mergulho passível de ser removido ou mudado. A alma pode ser transferida ou transformada em outro corpo de animal, planta ou espírito. (VIVEIROS DE CASTRO, 1998, p. 138)

Outra concepção que nos ajuda a compreender formas organizacionais baseadas na solidariedade é a de propriedade, ou melhor, a ausência da noção de propriedade na cosmovisão dos povos indígenas. De acordo com Krenak (2020), as noções de propriedade, de herança e de aposentadoria, entre

outras, são, no mínimo, estranhas. O uso da terra e da natureza pelos povos indígenas necessita de um ecossistema completo para se realizar, ou seja, um território comum. (ALARCON, 2018) Então, entre a propriedade privada individual e a gestão do bem comum por um povo, temos a propriedade coletiva, mais próxima do ideário cooperativista que se constituiu depois.

Ainda refletindo sobre as cosmovisões, dessa vez em relação ao povo negro, alertamos mais uma vez ao perigo da história única, salientado pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie. (CHIMAMANDA ADICHIE..., 2009). Para ela, contar uma história de uma forma única rouba das pessoas sua dignidade, traz dificuldade em percebermos nossa humanidade compartilhada, além de ressaltar nossas diferenças e não nossas semelhanças. Ela nos lembra que as histórias importam e assim como as formas de contá-las têm sido utilizadas para expropriar e tornar maligno, elas podem também ser usadas para capacitar e humanizar, reparando nossa dignidade perdida.

Nesse sentido, cabe destacar a importância dos estudos das cosmovisões para contar a história da cooperação baiana, incluindo os povos negros, que estão presentes e participam da sua construção. Oliveira e Machado (2018) chamam atenção para o lugar que tem sido dado às culturas afro-brasileiras, relegando-as ao campo do folclore e confinando-as nas memórias. Ele descreve como “*folclorizar*” tem significado a redução de uma cultura a representações estereotipadas, em geral, construídas em contexto externo àqueles que produziram essa cultura.

Assim como são diversas as cosmovisões indígenas, também são variadas as dos povos negros. Os negros mais numerosos que se instalaram na Bahia eram de origem iorubá e bantu. Aqui vamos destacar uma categoria na visão iorubá, a noção de pessoa. Os povos iorubá são provenientes da África Ocidental, principalmente da Nigéria Daomé e Togo, e nas Américas, na Bahia e em Cuba sua linguagem e religião foram largamente preservadas, conforme salienta Abimbola (2012). Para este autor, na estrutura da cosmologia iorubá, os elementos físicos são divididos em dois planos de existência: *ayé* – a terra, domínio da existência humana, rios, montanhas, insetos, bruxas, animais etc. – e *òrun* – o céu, domínio das divindades, os orixás, e também dos ancestrais. Nessa cosmovisão, a personalidade humana é constituída pelo elemento físico, *ara*, o corpo, e o elemento espiritual, que não perece junto ao corpo físico, mas passa a ocupar um lugar junto aos seus ancestrais. Assim como nas

cosmovisões indígenas, pode-se observar a presença da vinculação espiritual e coletiva junto aos povos iorubás.

Na visão bantu, originada nos povos da África Subsaariana, especialmente àqueles ligados a Angola, Congo e Moçambique, Fu-Kiau (1991) destaca a relação com a floresta. Segundo ele, para os bantu, não é possível criar uma família sem o vínculo do trabalho com a terra e com a floresta, pois são nelas que se encontram os alimentos e os remédios. Ele destaca ainda a não distinção entre alimento e remédio, pois entende que primariamente a comida também é medicina. Na visão bantu, a floresta é entendida como biblioteca da vida natural, de onde vem o alimento, o remédio, o lazer e a informação. Nesse sentido, os humanos não passam de prateleiras vazias dessa biblioteca que tem suas estantes preenchidas pela matéria-prima da floresta. Essa perspectiva aponta também noções que diferem bastante do conceito de propriedade e apontam para necessidade de organização do trabalho de forma cooperativa.

A seguir, buscamos articular algumas evidências encontradas na literatura que nos permitem repensar a história do cooperativismo baiano. Essas evidências estão relacionadas às formas de cooperação e de emancipação, permeadas pelas cosmovisões, notadamente os aspectos apontados anteriormente (sobre a vida, o sujeito coletivo, a ausência da noção de propriedade) que apontam para a construção e manutenção da solidariedade nas suas formas de organizar as lutas, a resistência e a vida.

## Organizações e solidariedade nos povos indígenas na Bahia

Trataremos aqui da história indígena na Bahia que é possível ser contada. De acordo com o antropólogo brasileiro João Pacheco de Oliveira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Museu Nacional, os povos indígenas da região Nordeste do Brasil não foram, durante muito tempo, interesse nos estudos etnológicos do país. Sendo assim, são raros os trabalhos relativos às etnias e aos modos de vida dos povos daquela região.

Utilizamos, portanto, alguns estudos específicos sobre etnias indígenas que viveram na Bahia junto com ideias gerais a partir das contribuições de um referencial da historiografia, etnologia e antropologia brasileira, como Pacheco de Oliveira, Manuela Carneiro de Cunha, Maria Hilda Paraíso e tantos

outros pesquisadores que assumem os povos indígenas do Nordeste enquanto sujeitos com histórias próprias, “por pertencerem ao Nordeste, enquanto conglomerado histórico e geográfico.” (OLIVEIRA, 1998, p. 52)

Como ressaltado por João Pacheco Oliveira (1998), ainda no final do século XX, a partir de uma série de trabalhos feitos sobre indígenas na Bahia, começa a se delinear a ideia de “Índios do Nordeste” como um “conjunto étnico e histórico” integrado pelos “diversos povos adaptativamente relacionados à caatinga e historicamente associados às frentes pastoris e ao padrão missionário dos séculos XVII e XVIII.” (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 433 apud OLIVEIRA, 1998, p. 51)

Nesse sentido, o patrimônio cultural dos povos indígenas do Nordeste foi (e é) constantemente atualizado por diferentes fluxos e movimentos de territorializações que nunca são de mão única. (OLIVEIRA, 1998) Ao contrário, cada grupo étnico, ele mesmo, “repensa a mistura” e se constrói como coletividade a partir da própria “mistura”.<sup>1</sup> Afinal, “para que sejam legítimos componentes de sua cultura atual, não é preciso que tais costumes e crenças sejam, portanto, traços exclusivos daquela sociedade”. (OLIVEIRA, 1998, p. 61)

Sendo assim, o sentido de etnia não está preso à ideia de origem, mas está relacionado sobretudo com os processos de atualização histórica e com as identidades (re)construídas ao longo desse processo. A territorialização, as imposições culturais, os sentidos e os valores, a religiosidade e muitos outros aspectos são fundamentais para dar sentido a uma etnia, um povo indígena. (OLIVEIRA, 1998) Para os povos indígenas e, claro, para os “Índios do Nordeste” (ou misturados), como queira, a etnicidade se relaciona com o território, por um lado, e com as características físicas, por outro.

Entretanto, é interessante destacar algumas especificidades sobre etnias que se desenvolveram na Bahia, como, por exemplo, os Tupinambás e Aimorés, que representavam boa parte do contingente indígena concentrado ao longo de toda a costa. Essa localização pode ter sido fruto tanto de um processo de

---

1 “A ideia da ‘mistura’ está presente também entre os próprios índios, sendo acionada muitas vezes para reforçar clivagens faccionais. Assim é que os Xukuru e Xukuru-Kariri, dentre outros, fazem distinção entre os ‘índios puros’ (de famílias antigas e reconhecidas como indígenas) e os ‘braiados’ (produto de intercasamento com brancos ou outros já mestiçados) (vide, respectivamente, Fialho 1992; Martins 1994).” (OLIVEIRA, 1998, p. 61)

deslocamentos e expulsões, verificado entre os povos do sertão e do litoral baiano antes da chegada dos portugueses (SOARES DE SOUZA, 1971 apud DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992), quanto pode estar relacionado a processos mais antigos de dispersão no litoral brasileiro, que datam de 5 ou 6 mil anos atrás, como é o caso das famílias linguísticas do Macro-Jê. (URBAN et al., 1992)

Segundo o Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju, mais de 30 etnias habitaram a Bahia entre os séculos XVI e XX, dentre eles, os já citados Tupinambás e Aimorés, como também os Pataxó, Kariri e Kamakã. Essa relação nos permite ter a noção da diversidade dos povos indígenas da Bahia, mas não representa seu quadro geral, dada a carência de registros históricos sobre esses habitantes.

Compreendemos que as diversas formas de organização (produtiva, política, religiosa etc.) e lutas de resistência do passado, apesar de ter escassos registros e pouco a contribuir para entender como esses povos são hoje (OLIVEIRA, 1996), podem indicar pistas para melhor entendermos como o processo de cooperação indígena na Bahia ocorreu e as divergências ou semelhanças desta em relação ao movimento cooperativista europeu inserido na Bahia no século XX.

## Modos de vida e resistência indígena na Bahia

Os poucos registros dos povos indígenas do Nordeste nos dois primeiros séculos da colonização, que seria momento privilegiado para observar as diversas culturas, são considerados por Oliveira (1997) como uma das razões para o pouco interesse da etnologia e a pouca compreensão de como eram suas culturas nos primórdios da colonização. Além disso, a própria concepção de unidade cultural dos povos da região Nordeste, a partir do processo histórico de territorialização e mistura realizado desde as missões religiosas até a ação dos órgãos indigenistas, construiu uma concepção de homogeneidade cultural e política desses povos. (OLIVEIRA, 1997) Contudo, registros históricos levantados por pesquisadores brasileiros possibilitam identificar alguns elementos da organização dos povos indígenas registrados no início do período colonial.

Em relação à organização social dos Tupinambás, Fausto (1992) identifica nos registros históricos que, nos dois primeiros séculos da colonização, as suas aldeias eram ligadas por laços sanguíneos ou alianças que formavam

um *Zconjunto multicomunitário*:<sup>2</sup> uma “rede” de relações pacíficas entre várias aldeias de diferentes nações que realizavam atividades em conjunto, como rituais, grandes expedições de guerra e auxílio na defesa do território. Porém, essa rede não era constante, podendo se expandir ou se contrair a depender das amizades ou inimizades produzidas; não possuíam fronteiras rígidas, pois as aldeias podiam ser distantes entre si; e não havia uma autoridade comum. (FAUSTO, 1992)

Cada aldeia era composta de quatro a oito malocas, em volta de um pátio (centro), podendo conter uma população de 500 a 3 mil índios em cada maloca. (FAUSTO, 1992)

Para Fausto (1992), a organização política dos Tupinambás não era centralizada. Havia uma estrutura de chefia difusa: em uma aldeia poderia ter vários chefes (principais e pajés, morubixaba e caraíba), mas entre eles não havia uma hierarquia, sendo os chefes atuantes no mundo físico e os xamãs no mundo espiritual. Alguns dos guerreiros Tupinambás se tornavam chefes da aldeia pela sua fama, mas a constituição de chefia acontecia também por outras circunstâncias e eventos reconhecidos pela aldeia. (FAUSTO, 1992)

A forma de reprodução da vida indígena explicita a lógica dos bens comuns, do pertencimento e do usufruto em que não importa a propriedade de um pedaço de terra, mas de um território onde todos possam extrair o que precisam, cuidar e fazer com que a terra continue os sustentando – no caso, um sustentando o outro. Krenak (2020) ressalta a generosidade desse sistema, porque ao cuidar da floresta, os indígenas, e outros povos que vivem em comum, como os seringueiros, também cuidam daqueles que estão fora da floresta, mas também dependem dela.

Para Krenak (2020), quem nasce fora do indigenato tem dificuldade em compreender o modo de vida dos índios. A base da vida indígena não é a mercadoria. Essa forma de vida nos remete a noções de “propriedade coletiva” e cooperação na constituição de um modo de vida em comum. Ainda que tentar descrever dessa forma é apenas um exercício de tradução, visto que a propriedade em si não é inerente ao modo de vida, mas sim o seu usufruto, o direito de uso.

---

2 De acordo com Fausto (1992), a noção de “conjunto multicomunitário” foi elaborada por Clastres (1978) e utilizada por Albert (1985) em relação aos Yanonamis.

Essas formas de entender e organizar o modo de vida indígena estiveram em constantes embates com a sociedade desenvolvida pelos portugueses. O projeto colonial se fez presente durante séculos no Brasil, culminando na morte e escravização de povos indígenas, além de provocar processos históricos de desterritorialização dos povos indígenas do Nordeste. (OLIVEIRA, 1998) Foi ainda no século XVI que ocorreram os primeiros ataques dos colonos aos Tapuias, em busca de mão-de-obra, na região das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus. Foram criados diversos aldeamentos em Tinharé, Boipeba, Camamu, Ilhéus, Una e Valença, acompanhados de inúmeras reações indígenas.

As reações indígenas foram constantes, representando mecanismos de resistência, como as revoltas e alianças com outras etnias e segmentos sociais.<sup>3</sup> Na Bahia, uma das primeiras revoltas que se tem registro é a que ocorreu em 1550 como reação dos Tupiniquins à escravização implementada pelos colonos portugueses através do sistema produtivo da cana-de-açúcar. Os índios incendiaram engenhos, vilas e canaviais, causando vários prejuízos à colônia. A rebelião Tupiniquim foi duramente combatida por Mem de Sá, resultando na chamada Batalha dos Nadadores, em que aldeias indígenas foram incendiadas e a servidão por dívida foi imposta como forma de ressarcimento aos prejuízos. (FAUSTO, 1990; PARAÍSO, 1992)

Outra forma de resistência ocorria com o movimento de líderes indígenas no Recôncavo da Bahia no final do século XVI. Estes movimentos eram chamados de "Santidades" e seus líderes anunciavam profecias e incentivavam a realização de práticas contrárias àquelas colocadas pelo poder colonizador e missionário como o "não trabalho, a guerra e o canibalismo" (descritos em 1549 pelo padre Manoel da Nóbrega), assim como a prática de casamento fora do padrão colonizador. (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992) Registros evidenciam que uma dessas Santidades foi acolhida por um senhor de engenho de

---

3 Dantas, Sampaio e Carvalho (1992) identificam algumas revoltas protagonizadas pelos índios na região Nordeste, como: a Guerra dos Bárbaros, Levante Geral dos Tapuia ou Confederação dos Kariri, de 1687 até século XVIII na Paraíba; as reações dos Janduí na Paraíba, Pernambuco e Piauí em 1655, com posterior participação dos Payaku, Kratiú e Ikó no Ceará e Xukuru, Pega, Panatii, Korena e Icozinhos na região do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí; a rebelião dos índios aldeados no Ceará em 1713 envolvendo os Tupis, Payaku, Anacé e outras etnias; a Guerra dos Cabanos em Alagoas e Pernambuco entre 1832 e 1835 de diversos segmentos étnicos sociais; e outros movimentos, para além dos que ocorreram na Bahia.

Jaguaripe em 1585, anunciando, entre outras coisas, a futura escravização dos portugueses no Brasil. Essa Santidade teve bastante fama, mas foi duramente combatida pelo governo colonial, assim como seus adeptos no sertão. (CALAZANS, 1952 apud DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992)

Com o início da conquista do Sertão, os “tapuias” protagonizaram diversas reações contra a ação dos missionários e escravização pelos colonos que ocasionaram em diversos conflitos e deflagrações de “guerras justas” contra eles. Entre esses povos, os Gueren foram responsáveis por muitas reações ao longo do século XVII através de ataques as aldeias de Tinharé, Boipeba e Camamu. (PARAÍSO, 1992) Entre 1651 e 1725 esses índios realizaram diversas alianças com outros povos da região, como os Kiriri, Payayá, Mongoió, Aramarizes, Orizes, Procazes, Kiriri e outros, para combater os colonos. Essas alianças são conhecidas como Confederação dos Índios de Gueren. (PARAÍSO, 1992)

Em 1834 acontece a revolta dos Kiriri-Sapuyá no Aldeamento Pedra Branca como resultado da expansão da cultura fumageira para o território indígena e a insatisfação com os diretores da aldeia. (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992) Documentos históricos indicam que se tratou de uma revolta armada, envolvendo a participação de não-índios da região.

Os documentos oficiais, sobretudo a correspondência enviada aos presidentes de província, dão conta que os índios “amotinados excedem a mais de trezentos homens armados e entre eles se acham muitos que não são índios”, sugerindo desse modo alianças entre índios e moradores da região. Atacados no aldeamento, os índios fogem para as matas, onde continuam o movimento rebelde engrossado por “outros grupos também desprovidos de terras, como escravos fugitivos e pardos”, advertindo os encarregados da repressão para o perigo de aí instalar-se uma “segunda guerra dos cabanos”. (PARAÍSO, 1985 apud DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 448)

No início do século XVIII identifica-se diversas reações dos povos indígenas na região de Vitória da Conquista, em razão da distribuição de sesmarias às margens dos rios para a introdução da pecuária e criação de corredores de comércio entre a região e Minas Gerais, resultando na decretação de “guerra justa” contra esses povos em 1808.

Os combates com os vários grupos indígenas da região – Botocudo, Pataxó, Kamakã e Mongoyó – são claramente percebidos na toponímia local: Batalha, Conquista, Sucesso, a capela de Nossa Senhora da Vitória e a Imperial

Vila da Vitória, depois conhecida por Vitória da Conquista. Os pedidos de ajuda ao governo provincial eram constantes: machados, facas, facões, carapuças vermelhas, enxadas, chumbo, pólvora e tecidos para que pudessem atingir os objetivos de combate e aldeamento dos índios. (PARAÍSO, 1992)

Esses processos de revolta representam a luta por emancipação, que resultou no extermínio indígena, mas também na manutenção de famílias a partir de estratégias próprias de sobrevivência. No Nordeste, os territórios indígenas “foram incorporados por fluxos colonizadores anteriores, não diferindo muito as suas posses atuais do padrão camponês e estando entremeadas à população regional”. (OLIVEIRA, 1998, p. 53)

Com os elementos que acabamos de trazer, vale salientar a forma de organização política não centralizada e as ideias de pertencimento e usufruto em relação ao seu território, extrapolando assim a noção de propriedade, que passa a ser vista mais através da ideia de território compartilhado. Os processos constantes de resistência em busca de emancipação e sobrevivência parecem conter algo em comum com a história do cooperativismo nascente na Europa desde a primeira metade do século XIX, enquanto estratégias de formação de coletivos ou grupos sociais em busca de autonomia das suas formas de organização e gestão. Além disso, as redes de cooperação entre povos indígenas e a fraca ou inexistente hierarquia dentro de comunidades indígenas ou determinadas etnias (chefia difusa) indicam relações possíveis com princípios autogestionários de organizações sociais, típicos nas formas mais recentes de sociedades cooperativas e mesmo na origem do movimento cooperativista europeu na metade do século XIX.

## Organizações e solidariedade nos povos negros na Bahia

Durante quatro séculos, homens e mulheres de África constituíram a primeira mão de obra estrangeira do Brasil, especialmente na Bahia, que foi o primeiro lugar de escravização negra no país. Dessa forma, a cultura negro-africana foi definitiva em todas as esferas sociais e está para além da ordem simbólica, representada pela culinária, vestuário, dança etc., pois também diz respeito à cultura material do país. (OLIVEIRA; MACHADO, 2018) A exemplo das contribuições dos saberes do povo negro para o desenvolvimento de técnicas singulares em diversos ramos do conhecimento, como na metalurgia,

arquitetura, medicina e farmacologia, entre outras<sup>4</sup>. Contudo, diferente do processo de imigração europeia que se intensificou no início do século XX, a diáspora africana foi uma imigração forçada. Verdadeiros sequestros de negros e negras de suas terras para a realização de um trabalho tão miserável e desumano: o trabalho escravo. (GOMES, 2019)

O processo histórico de escravização negra no Brasil pode não ser nenhuma novidade, mas permanece sendo invisibilizado mesmo quando o tema diz respeito às formas de organização do trabalho, tal qual a construção da narrativa sobre cooperativismo no Brasil, em especial na Bahia, que não discute as contribuições do povo negro e indígena nesse percurso. Assim, a compreensão a respeito das formas de organização anteriores do povo negro se traduz num importante reconhecimento das experiências e movimentos de resistência desse povo, como os terreiros, quilombos, irmandades religiosas e as diversas revoltas no contexto da sociedade escravista do período colonial e imperial.

Jacob Gorender (1985) descreveu a contribuição forçada que o povo negro deu à história do capitalismo como modo de produção do escravismo colonial. Isso reforça o entendimento de que o povo negro não apenas contribuiu ou participou da história do capitalismo, mas é parte constituinte da acumulação primitiva necessária aos estágios posteriores desse sistema.

“Complexa e perversa”. Esses são os adjetivos que João José Reis utiliza para descrever a hierarquia social baseada na escravidão na província Bahia. No topo estavam os senhores de engenho, proprietários dos meios de produção e de imenso prestígio e poder social. Na base, “a principal categoria de trabalhadores”: os negros escravizados. (REIS, 2010, p. 20) Entre o topo e a base havia ainda um conjunto de atores de alta e baixa importância social, tais quais os grandes funcionários do Estado e da Igreja, militares, comerciantes, pequenos funcionários públicos, pequenos profissionais liberais, como quitandeiros e vendedores ambulantes, dentre outros. (MATTOSO, 1978 apud REIS, 2010)

Os negros escravizados, traficados para a Bahia desde o século XVI, pertenciam a diversas nações que, em tese, representavam seus respectivos locais de origem em África. Segundo Maria Inês Côrtes de Oliveira, a

---

4 Para saber mais sobre as origens e influências dos povos negros no Brasil e nas Américas, sugerimos os vídeos da série *Mojubá*, do Canal Futura, que podem ser encontrados no YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/3poDTVN>. Acesso em: 2 dez. 2021.

historiografia tradicional convencionou quatro fases/períodos de tráfico na Bahia: o Ciclo da Guiné (século XVI); o Ciclo de Angola (século XVII); o Ciclo da Costa da Mina e do Golfo de Benin (século XVIII até 1815); e a fase da ilegalidade (até 1851). (OLIVEIRA, 1997) A historiadora desconstrói essa periodização e o significado de determinados “nomes de nação” que acabaram sendo assumidos na identificação de diversos grupos africanos, a exemplo dos nagôs, jejes, minas, angolas e tantos outros. Para ela, as origens étnicas dos africanos escravizados foram muito mais diversas do que os registros da época ou do que a historiografia convencional tem apresentado. (OLIVEIRA, 1997)

Para Oliveira (1996), por mais que os novos nomes de nações e seus respectivos conteúdos sociais, forjados pelo sistema escravista, tenham sido “aceitos” pelo conjunto dos africanos na Bahia, estes continuavam se distinguindo internamente – os ijexás, os ijebus, os de Oyo, os de Keto etc. – criando processos de reconstrução das identidades africanas e novas formas de se reorganizarem coletivamente em torno dos “laços de nação”. Na comunidade africana na Bahia, os “laços de nação” ou sua reconstituição eram representados pelos seguintes aspectos:

[...] recomposição dos vínculos familiares, a escolha dos parceiros sexuais, as relações de compadrio, a compra de escravos de origem africana pelos africanos libertos, além das relações estabelecidas por estes últimos com seus agregados e vizinhos. (OLIVEIRA, 1996, p. 177)

Segundo a autora, as irmandades, os candomblés, as juntas de alforria e os cantos de trabalho seriam algumas das categoriais de organização social das comunidades afro-americanas formadas a partir da afiliação étnica dos seus membros na Bahia. (OLIVEIRA, 1996) Embora preferissem “viver entre os seus a integrarem-se na sociedade baiana”, essas comunidades também envolviam um outro tipo de relação para além das nações, pois acabavam também sendo representadas pelas relações com os crioulos, com os pardos e até com os brancos. (OLIVEIRA, 1996 p. 193) Ou seja, as organizações e movimentos de resistência negra não eram definidos somente pelas relações entre nações. Ela envolvia a atuação e formação de novas identidades que se faziam presentes na própria composição da sociedade baiana.

No século XIX, por exemplo, na cidade de Salvador, a identificação das “nações” não era a única forma de distinção dos negros na sociedade baiana.

Ela era utilizada especificamente para os negros que não nasceram no Brasil, ou seja, os africanos. Já os considerados brasileiros eram distintos pela cor da pele: o negro era sempre chamado de crioulo; o mulato era chamado de pardo; e o cabra era o mestiço de mulato com o crioulo. Independente dessas distinções, os negros e mestiços, escravos ou não, representavam a maioria da população da Bahia, especialmente no caso de Salvador que, em 1835, eram 71,8% da população. (REIS, 2010)

Assim, mesmo sendo significativos numericamente, o contexto de escravização dos negros na Bahia, ou mesmo a situação de pobreza e inferioridade social dos negros libertos no século XIX, resultou em diversas revoltas e organizações de resistência da população negra ao longo do período colonial e imperial, dentro e fora das fazendas e engenhos de açúcar, café e tabaco. Reis (1996) chama atenção para a visão unilateral e historicamente errada que coloca os negros escravizados numa categoria social completamente passiva.

As evidências são claras: o escravo africano soube dançar, cantar, criar novas instituições e relações religiosas e seculares, enganar seu senhor, às vezes envenená-lo, defender sua família, sabotar a produção, fingir-se doente, fugir do engenho, lutar quando possível e acomodar-se quando conveniente. [...] Como poderia um povo que inventou o jazz, o rock, o reggae, o samba e o afoxé ter tido um passado passivo? O objeto é outro. Toma-se de barato que este povo resistiu e se buscará as formas, mecanismos e dinâmica da resistência, em especial da escravidão mais completa e profunda: a revolta escrava. (REIS, 1996, p. 107-108)

Reis (1996) considera que a formação da comunidade de escravos fugidos – os quilombos – e a rebelião aberta foram uma das principais formas de resistência escrava no Brasil. Das comunidades de escravos fugidos, o Quilombo dos Palmares foi o mais famoso, chegando a ter uma população estimada de 20 mil habitantes e resistência de quase 100 anos. De forma geral, a existência dos quilombos foi uma grande ameaça ao sistema escravista, com suas formas próprias de sociabilidade.

Nessas comunidades, homens e mulheres trabalharam a terra e montaram estruturas novas de parentesco; ali, africanos de diferentes grupos étnicos forjaram novos laços de solidariedade social, cultural e religiosa.

É verdade que não viviam em nenhum paraíso perdido; para sobreviverem às ameaças externas e manter a coesão interna, os fugitivos algumas vezes tiveram de estabelecer rígidas normas e hierarquias sociais. Chegaram mesmo a ensaiar formas domésticas de escravidão entre eles. Contudo, da perspectiva da classe senhorial e seus governos, a existência dessas sociedades escondidas simboliza uma alternativa que os escravos como um todo poderiam aspirar. (REIS, 1996, p. 107-108)

Entre os quilombos da Bahia, tem-se o registro do Quilombo do Urubu, formado em torno do Parque São Bartolomeu, conhecido anteriormente como Floresta do Urubu, em Salvador, no ano de 1826. (SERPA, 1996) Esse é o quilombo da famosa guerreira Zeferina que foi capturada, junto com outros negros, nas matas do Urubu. (NASCIMENTO, 1980 apud SERPA, 1996) O Quilombo do Urubu mantinha relações de comercialização com as aldeias vizinhas a partir dos excedentes dos plantios, principalmente de árvores frutíferas, como mangueira e jaqueira, que são abundantes nessa região. Possivelmente, as relações estabelecidas com os descendentes de índios Tupinambás na região, pois no mesmo local também havia sido estabelecido anteriormente um aldeamento indígena, resultaram na incorporação da ancestralidade indígena no candomblé através do culto aos caboclos. (SERPA, 1996)

A partir dos estudos feitos pelo historiador Flávio dos Santos Gomes (1995), é possível identificar grande diversidade de mocambos e quilombos na Bahia entre 1575-1808, que se estabeleciam a partir de uma variedade de relações econômicas com o seu entorno, não raro convivendo em enfrentamentos, como no caso das expedições antimocambos. Tratavam-se de iniciativas espalhadas por todas as regiões da Bahia, conforme mostra o trabalho de Stuart Schwartz (1987), que identifica a formação de quilombos desde o Recôncavo e Salvador até o sul e as regiões do sertão.

Os variados quilombos diferiam em tamanho ou na forma como se relacionavam com seu meio externo, mas, de maneira geral, possuíam algumas características em comum. Para o pesquisador Edson Carneiro, especializado em temas ligados à cultura afro-brasileira, "os quilombolas viviam em paz, numa espécie de fraternidade racial. Havia, nos quilombos, uma população heterogênea, de que participavam em maioria os negros, mas que contara também com mulatos e índios." (CARNEIRO, 2001, p 14)

Ainda de acordo com Carneiro (2001), embora a propriedade da terra fosse comum aos integrantes dos quilombos, ela era organizada em pequenas propriedades de acordo com as condições das famílias. Portanto, existia, “como escreveu Duvitiliano Ramos, a ‘posse útil’ da terra.” (CARNEIRO, 2001, p 16) Ainda assim, para Clóvis Moura, outro estudioso do tema, os quilombos possuíam uma economia distributiva e comunitária, “capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus membros.” (MOURA, 1993, p. 34)

As revoltas abertas também foram significativas na Bahia. São consideradas por Reis (1996) a mais direta forma de resistência coletiva à escravidão negra. O autor cita uma série de fatores sociais desenvolvidos por Orlando Patterson que poderiam explicar as revoltas jamaicanas, assim como em outros locais que se organizavam através do sistema de *plantation*, a exemplo da Bahia:

1. os escravos constituem a maioria absoluta da população, comparada a uma minoria constituída de senhores e homens livres;
2. reduzido número de escravos nascidos na América (crioulos e mulatos) com relação aos nascidos em África;
3. concentração de escravos africanos da mesma origem étnica;
4. condições geográficas favoráveis a guerra de guerrilha;
5. alta taxa de absenteísmo dos proprietários;
6. predomínio de empresas monopólicas de grande porte, exigindo congregação de grande número de escravos na mesma unidade produtiva;
7. pouca transação cultural entre senhores e escravos;
8. muito homem e pouca mulher na população escrava.

Na Bahia, as revoltas entre 1807 e 1835 são consideradas pelo autor como aquelas que “ameaçou a estabilidade do domínio senhorial naquela região”. (REIS, 1996) Foi o período da Revolta dos Malês.

A Bahia estava marcada por profundas desigualdades sociais, agravadas pela rápida expansão da população livre e escrava. A recessão econômica das décadas de 1820 e 1830 e o processo turbulento de descolonização e formação do Estado Nacional convergiram para romper a relativa apatia política que caracterizara a sociedade colonial. Então houve momentos de violência. (REIS, 2010, p. 43)

Para além desses processos de revoltas, os negros libertos e escravos africanos também organizavam sua inserção no mercado de trabalho, de forma

que “o sistema de ganho gerou os cantos de trabalhadores libertos e escravos. Os cantos eram instituições formadas por ganhadores que se organizavam por etnia para ocupar locais específicos da cidade.” (REIS, 1996, p. 202) Tais instituições tiveram papel de assegurar uma “organização solidária entre os trabalhadores africanos”, impedindo a competição individual e mantendo viva a tradição de trabalho coletivo. (REIS, 1996, p. 203) Tais estratégias coletivas se desenvolviam de formas diferentes,

Os africanos procuraram promover alforrias agindo coletivamente. Para isso criaram instituições de crédito a que chamavam *Juntas de alforria*, onde se reuniam, uma vez mais, de acordo com seu grupo étnico. A junta consistia numa caixa de poupança para a qual contribuía os membros escravos e os já libertos. Cada qual retirava num sistema rotativo a soma necessária à sua alforria e continuava a pagar o saldo deixado até completar o valor retirado, mais os juros que se faziam necessários em face da desvalorização da moeda. (REIS, 1996, p. 204, grifo do autor)

Como vimos, a situação de opressão em que viviam os negros, ainda que libertos, impulsionou uma série de revoltas, mas também formas coletivas de organização visando potencializar as chances de sobrevivência, manter vivas as tradições e buscar inserção no mercado de trabalho, ainda que de forma precária. Essas formas organizativas, de acordo com vários estudiosos, privilegiavam concepções e práticas voltadas para a ação coletiva, a ajuda mútua, a conexão com o território e a distribuição comunitária dos resultados do trabalho, como no caso dos quilombos. Assim, ao revisitar o legado e a cultura dos povos ancestrais na história da Bahia, pudemos encontrar aspectos fundamentais que certamente se fazem igualmente presentes na história do cooperativismo, tais como as noções de sujeito coletivo e de não-propriedade, como visto no caso dos povos indígenas.



## PRIMÓRDIOS DO COOPERATIVISMO NA BAHIA

Para a apreciação do fenômeno brasileiro da cooperação e da solidariedade, que dá lugar ao surgimento de organizações baseadas em colaboração e associação de pessoas com interesses comuns, a fim de obter vantagens coletivas compartilháveis, sugere-se aqui um recorte histórico-temporal que remonta ao efervescente início do século XIX, marcado pela transição do Brasil colonial para o imperial; pelo surgimento do que se pode chamar de Estado brasileiro, cujo marco foi a proclamação da Independência; e a promulgação de sua primeira Constituição, em 1824. Esse período prolongar-se-á por todo o século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando um outro conjunto de transformações delimitará novos contextos para a história do cooperativismo no Brasil.

### Brasil do século XIX: de Colônia a República

O panorama político e econômico brasileiro do século XIX é de fundamental importância para entendermos processos que deram origem - no país, mas sobretudo na Bahia - a centenas de empreendimentos associativistas baseados em cooperação e solidariedade. Nesse sentido, vale lembrar que a economia brasileira, historicamente agrária e baseada em extrativismo e nas monoculturas (pau-brasil, açúcar, café, nessa ordem), adentrou o século XIX observando o surgimento e crescimento do café como novo eixo de suas exportações. Ainda assim, a produção se mantinha de base escravagista e com enorme atraso tecnológico, em comparação com outros países agro-exportadores. O desenvolvimento econômico do Brasil colônia não parecia estar nos planos da corte portuguesa, como se depreende do alvará assinado em 5 de janeiro de 1785 por D. Maria I, a Louca, rainha de Portugal, proibindo

a produção de têxteis no Brasil (exceto a produção de panos grossos para uso de escravos e trabalhadores), para preservar interesses comerciais da indústria têxtil europeia. (BRAZIL, 1785) Esse período de privação começou a ser revertido apenas a partir de 1808, com a chegada da família real ao Brasil, fugindo de Napoleão, sob a proteção dos ingleses, de quem a realeza lusitana ficou devedora. A partir daí, deu-se a revogação do alvará, a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior e a adoção de políticas tributárias que normatizaram o fluxo de bens e mercadorias com outros países, sobretudo com a poderosa Inglaterra. A criação da primeira faculdade de medicina do Brasil (em Salvador) e do Banco do Brasil (Rio de Janeiro) foram algumas das medidas que impactaram esse período. Em 1815, o Brasil deixa a condição de colônia portuguesa para alçar ao *status* de reino, passando a integrar o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. A primeira metade do século XIX foi marcada por uma política de taxas de importação deliberadamente forjada em favor dos ingleses – era parte do acordo de proteção dada pelo britânicos à família real lusitana, contra Napoleão – e que impediam qualquer iniciativa de produção local de substitutos ou concorrentes; mas que, com o retorno da família real à Europa (em 1821) e a proclamação da Independência (em 1822), foi aos poucos sendo substituída por políticas tarifárias menos agressivas que permitiram o surgimento, ainda que de forma incipiente, de iniciativas industriais no Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX, com o mercado internacional do café se mantendo em crescimento contínuo, essa cultura se desenvolveu no país influenciando a distribuição do poder político – em um Brasil agora imperial e independente – pelas regiões onde se concentrava o poder econômico oriundo da cafeicultura – notadamente, São Paulo e Minas Gerais, mas também Rio de Janeiro e Espírito Santo. Enquanto, em um intervalo menor que 75 anos, a sociedade brasileira teve que se adaptar a transformações vertiginosas – de colônia a Reino, de Reino a Império, de Império a República – a economia de base agroexportadora e escravagista experimentou os primeiros passos de sua industrialização. (ARRUDA, 1984; TAVARES, 1963) Este fenômeno fora acompanhado da influência de fluxos migratórios de origem não ibérica mais visíveis, auxiliando na constituição de uma classe trabalhadora formada por ex-escravos, artesãos, profissionais liberais, operários, pequenos agricultores, comerciantes e funcionários

públicos, que em oposição à realidade da nobreza e dos grandes produtores rurais, experimentavam tempos de pobreza e muitas dificuldades. Este contexto nos permite estabelecer paralelos com o cenário em que surgiu e ganhou corpo o cooperativismo na Europa, com história profundamente ligada à revolução industrial e ao surgimento de classes trabalhadoras mais ou menos organizadas.

A Bahia ocupou certa centralidade nesse conjunto de transformações verificadas entre o apagar das luzes do século XVIII e o decorrer do século XIX. Salvador foi a sede administrativa e também o centro econômico, político e cultural do país desde sua fundação, em 1549, mas sentiu os efeitos a transferência da sede para o Rio de Janeiro, em 1763. Uma das cidades mais fulgurantes e efervescentes do Ocidente à época, com forte conexão com ideais iluministas e movimentos políticos emancipacionistas, como os que levaram à independência dos Estados Unidos (1776), à Revolução Francesa (1789-1799) e à independência do Haiti (1791-1804), Salvador foi palco de uma conjuração denominada Revolta dos Alfaiates (1798-1799), protagonizada por trabalhadores em geral, ex-escravos, artesãos – dentre eles, sapateiros, bordadores e alfaiates – militares e outros profissionais liberais, com o apoio de intelectuais locais.<sup>5</sup> Juntos, clamavam pela independência em relação a Portugal, igualdade racial, regime democrático com liberdades plenas, proclamação da república, livre comércio e abertura dos portos; além de reivindicações econômicas claras, como melhoria nos soldos dos militares. (TAVARES, 1963) Conforme destaca Laurentino Gomes (2007), ao escolher desembarcar primeiro em Salvador na transferência da família real de Portugal para o Brasil, Dom João VI o fez propositalmente, em reconhecimento da sua importância política e devido à necessidade de reconquistar o apoio da inquieta província à Coroa, que havia sufocado militarmente, há poucos anos, a Revolta dos Alfaiates. Também foi em Salvador que o rei Dom João VI anunciou a mais importante de suas medidas em todo o período que a família real esteve no Brasil: abertura dos portos ao livre comércio internacional entre nações amigas.

---

5 Pesquisadores brasileiros, investigando documentos da época, registraram contatos entre autoridade francesas e lideranças soteropolitanas cogitando apoio militar de forças revolucionárias à Revolta dos Alfaiates. (FERREIRA; PINTO, 2017)

## ○ Império descobre o cooperativismo

A centralidade da atividade agrícola na economia brasileira, inclusive em frente aos mercados internacionais, impunha ao poder central imperial responsabilidades cada vez maiores relacionadas ao impulso do desenvolvimento do setor. Porém, eram evidentes as limitações da ação do Império já em decadência, ou pelo menos sob forte pressão social, política e econômica para ceder à República. Em paralelo, tanto o que ocorria no setor agrário brasileiro localizado no Sudeste do país, quanto notícias vindas e trazidas da Europa, relacionadas ao surgimento e desenvolvimento de cooperativas, sugeriam e instauravam o debate, na corte imperial, sobre a possibilidade da adoção do modelo das sociedades cooperativas em solo brasileiro. De acordo com Vasconcelos (2021, p. 96), a “Regente Princesa Isabel, em abril de 1876, editou um decreto autorizando o funcionamento de uma Cooperativa de Consumo no Rio de Janeiro” e, no ano seguinte, fez publicar “um novo decreto, alterando seu estatuto”.

Essa repercussão também se detecta na Bahia no final do século XIX, como nos conta ainda o autor: “naquele mesmo ano de 1876, a edição de 25 de setembro da Gazeta da Bahia noticiava a criação, na França, da Sociedade Cooperativa Universal”. (VASCONCELOS, 2021, p. 96) Tanto veículos de comunicação da capital da Bahia, quanto de cidades importantes do interior do estado, repercutiam, àquela altura, o surgimento de sociedades cooperativas dentro e fora do Brasil e suas virtudes, como o jornal sediado na cidade de Cachoeira denominado *O Guarany* e os soteropolitanos *O Monitor* e *Correio da Bahia*, já em 1876. (VASCONCELOS, 2021)

De acordo com o pesquisador Nilton Vasconcelos, em 1º de março de 1871 o Barão de São Lourenço, presidente da Província da Bahia, abriu os trabalhos da Assembleia da Bahia apresentando relatórios formulados pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, dentre os quais um em que se faz um diagnóstico sobre a produção agropecuária na Bahia. Ali se reconhece as limitações do estado para impulsionar os negócios privados na agropecuária e chegava-se a cogitar se o Império não deveria se dedicar a formar pessoas com capacidade de administrar essas atividades. Ainda de acordo com o pesquisador, em um desses relatórios indaga-se: “As associações poderiam tentar as reformas indispensáveis, mas como despertá-las e

promovê-las sem a prévia educação que patenteie as vantagens da ação cooperativa e forneça auxiliares seguros para a consumação da empresa?" e prossegue: "a solução apontada é a 'instrução agrícola'". Ou seja: "deveria o Governo Imperial dedicar-se a formar pessoas com capacidade de administrar essas atividades, numa referência superficial à ação cooperada" (VASCONCELOS, 2021, p. 95), o que equivale à detecção de alguns dos fatores motivadores do surgimento de cooperativas agrícolas na Bahia no século XIX.

Importante observar que, se de um lado, representantes do estado ainda no século XIX já percebiam as cooperativas como solução elogiável para o enfrentamento das dificuldades dos agricultores e criadores, por outro se evidencia a relação estreita que o estado e o cooperativismo brasileiro estabeleceram desde o início, se desenvolvendo ao longo de todo o século XX. Essa percepção positiva das cooperativas, aliás, certamente tem origem no contato cada vez mais intenso que a realeza mantinha com experiências cooperativistas bem-sucedidas na Europa, uma vez que, desde que a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale foi fundada, em 1844, na Inglaterra, essas experiências proliferaram no Velho Continente – especialmente naquele país, na Alemanha e na Itália, mas também na França, Espanha, Bélgica, Holanda e nos países nórdicos. E muitas delas foram visitadas por membros da corte real, conforme revelam periódicos da época:

O interesse do governo imperial do Brasil sobre o cooperativismo é expresso na notícia do Correio da Bahia, de 18 de julho de 1877, durante a terceira excursão internacional de D. Pedro II. Na França, onde foi se tratar de diabetes, visitou a fábrica de chocolate do deputado Menier, 'famoso milionário socialista'. Nesta visita, o Imperador demonstrou interesse em que o Sr. Menier discorresse sobre a associação cooperativa que ele instituiu para os seus empregados. (VASCONCELOS, 2021. p. 96)

No Brasil, cooperativas inspiradas nesses empreendimentos sociais europeus começaram a ter seu funcionamento autorizado pela Corte, conforme revelam vários decretos assinados pela Princesa Isabel<sup>6</sup> e também noticiados

---

6 Ver Decretos nº 6.186/1876, nº 6.447/1876 e nº 6.661/1877. (BRASIL, 1876a, 1876b, 1877)

na imprensa da época. Na Bahia, registros de jornal de 1890 já dão conta da existência e realização de reuniões regulares da Sociedade União Cooperativa dos Alfaiates (VASCONCELOS, 2021, p. 96), indicando ser a imprensa o principal meio de registro de atividade dessas iniciativas.

Um dos principais destinos do tráfico de escravizados africanos, Salvador – e de resto, toda a Bahia – recebeu populações inteiras provenientes das mais diversas etnias e regiões do continente negro, se transformando no celeiro de cultura africana no Brasil, com impressões indeléveis em sua cultura e identidade. (TAVARES, 1963; VICENTINO; DORIGO, 1997) Ao longo do século XIX, com a evolução da luta contra a tragédia escravagista e a consequente alteração progressiva na política de importação de mão de obra escrava, por força de pressões internas (movimentos sociais abolicionistas) e também internacionais, que redundaram na libertação formal dos escravos em 1888 (VICENTINO; DORIGO, 1997), o que se viu foi a conformação de uma classe trabalhadora de contornos inusitados, mestiça, pobre e oprimida; ao lado de senhores de engenho e outros produtores rurais se organizando em torno de seus interesses econômicos e da manutenção de seus poderes políticos locais, em frente aos novos arranjos trazidos pela república militarizada. Esses fenômenos certamente vieram a influenciar a formação de organizações e empreendimentos sociais baseados em cooperação e solidariedade, na Bahia das décadas de 1910 a 1930, conforme veremos a seguir.

## Dos estertores do século XIX à Revolução de 1930

Profundas transformações sociais e econômicas ocorridas no último quartil do século XIX no Brasil, relacionadas à crise do Império e a acontecimentos no cenário internacional, resultaram no golpe militar de 1889 que realizou a Proclamação da República. E elas adentraram o século XX acompanhadas de três outras grandes preocupações derivadas: a responsabilidade do novo arranjo de poder fazer a contenção para evitar a volta da monarquia; a contemplação das forças econômicas contrariadas com a abolição e o fim do antigo regime; e a necessidade de consolidar a mudança por meio de uma constituição republicana, cujo intuito seria abrigar e dar forma à abrangente reorganização da sociedade brasileira.

De forte inspiração norte americana, a Constituição Federal de 1891: 1. extinguiu o poder moderador e instituiu os três poderes vigentes até hoje – Executivo, Legislativo e Judiciário (sendo que o Legislativo era bicameral – Câmara dos deputados e Senado); 2. separou em definitivo o estado da Igreja Católica (inclusive com o fim da subvenção) e oficializou a liberdade de culto religioso; 3. estabeleceu a garantia do ensino primário obrigatório, laico e gratuito; 4. assegurou o voto universal para cidadãos brasileiros alfabetizados, maiores de 21 anos e; 5. fez surgir o poder legislativo provincial, ou seja: as câmaras de deputado e senadores estaduais, possibilitando a criação de leis e impostos específicos, e instituindo uma esfera de poder local mais autônoma e dinâmica em relação ao poder central. (BALEEIRO, 2012) O país fora rebatizado de Estados Unidos do Brasil.

Gomes e Ferreira (1989) afirmam que a República foi uma ideia. Um ideal construído teoricamente por intelectuais da época. Coube a esses intelectuais influenciar a vanguarda política e apontar novos caminhos para o país pós-Império.

A República Velha é um dos períodos históricos mais emblemáticos para as lutas políticas e o contraste econômico no contexto do Estado brasileiro. A abolição tardia e politicamente manipulada fez com que essas pessoas, anteriormente escravizadas, tivessem poucas oportunidades para ganhar a vida por meio do trabalho, já que a crise econômica que levou à queda do Império deixou muitas fazendas improdutivas. Ferreira e Pinto (2017) construíram uma análise bibliográfica dos estudos em diferentes campos científicos (ciências sociais, economia, história e geografia) e concluíram que há tantos *gaps* historiográficos quanto revelações sobre a sociedade brasileira, no que tange a produção científica sobre a Primeira República.

Jomini (1989), ao estudar a educação libertária no fim do século XIX, aponta que o período histórico da Primeira República foi um berço para o desenvolvimento brasileiro de pensamentos nascidos na consciência política do proletariado, como o Anarquismo. No entanto, os liberais brasileiros, embebidos do pensamento econômico europeu, criaram uma forte repressão política às organizações trabalhistas e forçaram um sistema educacional que ensinasse as crianças a serem mão de obra, sem pensamento crítico.

A forte presença dos militares no poder, na primeira fase desta que se convencionou chamar de República Velha, foi gradativamente dando lugar ao

fortalecimento das oligarquias políticas regionais, sendo que as de São Paulo e Minas Gerais, em especial, passaram a interferir de forma mais efetiva na política nacional ao longo das quatro primeiras décadas do século XX; e as dos demais estados, se mantiveram concentradas no enraizamento intrarregional, como se viu com destaque no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e na Bahia. (VICENTINO; DORIGO, 1997)

Consuelo Novais de Sampaio (1973) faz uma análise historiográfica detalhada dos partidos políticos na Bahia durante a República Velha, em um esforço de lançar luz sobre uma lacuna deixada pela história relativa às grandes decisões políticas no período, que se deram majoritariamente no circuito político Sul-Sudeste. Para a autora, enquanto no circuito majoritário, o republicanismo foi a lente ideológica que guiou o processo político de revolução, na Bahia, o movimento republicano foi ouvido apenas pelas elites, e os conservadores monarquistas continuaram a comandar o território baiano, mesmo se vestindo de republicanos.

Nesse sentido, a Bahia se desenvolveu sob o comando provinciano que a separava do circuito político brasileiro majoritário, localizando as demandas políticas e organizando de forma elementar um regime oligárquico na federação baiana, onde o estabelecimento político é tão peculiar quanto sua economia, sua história e seu povo. (SAMPAIO, 1973)

Negro e Brito (2013) apontam que no “teatro das oligarquias”, embora a Bahia fosse representada pela “mãe parálitica”,<sup>7</sup> não era pequena sua importância. No entanto o estado foi – e continuou sendo – repartido dentre as elites em territórios de produção específicos, e cada um deles travou uma guerra própria por espaço no circuito econômico.

Diferentemente de estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a Bahia sofreu um forte processo de involução industrial, a duras penas, enquanto resistia economicamente com a cultura e o refino da cana-de-açúcar, e o plantio do cacau, que era exportado em grande volume pelos portos de Salvador. (NEGRO; BRITO, 2013) Ainda assim, a crise do açúcar agravou instâncias econômicas dos poderes oligárquicos locais, característicos da política econômica territorialista baiana, de acordo com

---

7 A expressão remonta a um recurso ilustrativo dos autores, para tipificar estados de acordo com os papéis que suas oligarquias estaduais desempenhavam no jogo de poder que se configurava na primeira República. Ver Negro e Brito (2013, p. 866).

Sampaio (1973). Sérgio Buarque de Holanda (1995) aponta que, diferentemente dos estados do Sul, cujo terreno foi preparado para receber um regime de trabalho assalariado, os estados do Norte não tinham como intervir diretamente nas novas formas de produção que foram socialmente conquistadas, e a República simplesmente ignorou a todos.

Os poderes locais nos diversos territórios do estado da Bahia eram representados por personalidades políticas, famílias, estruturas simbólicas comumente observadas no coronelismo. Essas agremiações políticas possibilitavam rivalidades constantes, impediam estabelecimentos governistas de federalistas republicanos, e prejudicavam a Bahia nacionalmente. (NEGRO; BRITO, 2013; SAMPAIO, 1973) Ainda assim, o estado ocupou a segunda maior bancada no Congresso ainda no início do século XX, embora o saudosismo monarquista tenha feito com que a importância da Bahia no cenário nacional fosse diminuída. (NEGRO; BRITO, 2013)

O fim da escravidão formal e seu processo de absorção lenta e gradativa, na cultura brasileira, ao lado de todas essas transformações verificadas na República Velha, deram lugar a uma nova conformação da sociedade brasileira que determinou a reorganização da força de trabalho e modificou sobremaneira o modo como as populações urbanas e rurais passaram a se articular, seja em grupos de resistência ou de subsistência, econômica, política, social e cultural. (VICENTINO, DORIGO, 1997)

Na Bahia, essa efervescência se evidenciara por fortes tensões políticas e sociais. Ao todo, 20 governadores estiveram no poder estadual entre 1889 e 1930. Disputas entre parlamentares e políticos influentes ligados aos militares, de um lado; e poderosas forças oligárquicas regionais, de outro, levaram a um impasse sobre o governo da Bahia que resultou em intervenção de forças federais e no bombardeio à capital baiana em 1912,<sup>8</sup> com severos prejuízos à memória e ao patrimônio artístico e cultural do estado, além de vidas humanas. (TAVARES, 1963)

---

8 Tropas federais, a mando do Marechal Hermes da Fonseca, então presidente da República, usaram o bombardeio para forçar o governador Aurélio Viana a acatar *habeas corpus* impetrado pela oposição legislativa. O palácio do Governo, o Teatro São João, a Prefeitura e a Igreja da Sé foram seriamente atingidos por disparos feitos dos fortes do Barbalho e de São Marcelo. Conflitos entre a polícia militar e tropas do exército também ocorreram na Rua Chile. Ver Tavares (1963, p. 140-141).

Segundo Dias (2004), o cotidiano das ruas de Salvador era confuso e desordenado, quando comparado aos das grandes metrópoles mundiais na virada do século XX, o que gerou amplas mobilizações de higienização da capital, cujas ruas abrigavam muitos tipos de sujeitos sociais: de doutores, comerciantes e políticos (brancos, em sua maioria), até os pés descalços de quem vivia a vida um dia de cada vez (negros, em sua maioria). Para a autora, o que se viu no período da República Velha foi uma intenção nacional das elites de excluir e manter excluído o povo negro, recém liberto politicamente de seus algozes escravocratas.

Campos (2018), em seu estudo sobre a vida do povo negro em Salvador na Primeira República, narra a história de Manuel Raymundo Querino, um sócio da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) e homem influente e bem articulado na capital. Após ser visto pelas festas da cidade enquanto gozava do auxílio-saúde dado pela comunidade, a SPD decidiu, em plenária, cancelar seu benefício. O que consta é que Querino era apadrinhado pelos liberais republicanos, lutou e se posicionou como republicano, pois afirmava politicamente que a Liga Operária Baiana havia falhado e que os poderes oligárquicos estabeleciam uma relação de dominação com os trabalhadores.

A SPD, por sua vez, se beneficiava de uma relação harmoniosa com políticos monarquistas do Partido Liberal, especialmente os que cultivaram e incentivaram pautas abolicionistas, de educação e cidadania para a população negra. Mas Querino era referido constantemente como colecionador de desafeitos, pois seu posicionamento de crença na liberdade prometida na República era mais forte. (CAMPOS, 2018)

A história permite conceber que, ao mesmo tempo em que era necessário para a resistência social que houvesse uma relação de patronagem com políticos oligarcas – era uma forma de estabelecer perenidade e continuar a busca pela concretização dos ideais de libertação – alguns historiadores afirmam que essa relação desarticulou a mobilização racial política. O caso de Querino representa, em parte, essa desarticulação, uma vez que foi preciso que os interesses de um indivíduo fossem controlados e submetidos aos interesses de um grupo inteiro de pessoas, que na época, já representavam a maioria da população da capital baiana. (CAMPOS, 2018)

É nesse cenário que são observados alguns aspectos importantes de organizações sociais baseadas em cooperação, desde o último quartil do século XIX até o fim da terceira década do século XX, conforme nos evidenciam Nilton Vasconcelos (2021), em seus recentes estudos exploratórios sobre o cooperativismo no estado; e Valdiki Moura (1947, 1951), precursor da pesquisa sobre cooperativismo no Brasil e na Bahia.

## Sociedades baseadas em solidariedade

Há muitos elementos sugestivos de que as condições gerais e este quadro político, social e econômico que marcaram a transição do século XIX para o século XX, no Brasil, mas especificamente na Bahia, favoreceram a proliferação de sociedades mutualistas que, por sua vez, podem estar relacionadas ao surgimento e expansão de organizações sociais dos tipos sindical e cooperativo.

Ainda que não seja nosso foco a possível relação entre as sociedades mutualistas e os sindicatos, é preciso reconhecer que esse é um debate já estabelecido, conforme vemos em estudiosos como o sociólogo José Albertino Rodrigues (1968), que nos anos 1970 já defendia a ideia de que as sociedades mutualistas teriam sido simples embriões, antecessores diretos dos sindicatos. Em contraponto, Azis Simão (1966) publicou um importante estudo histórico sobre o sindicalismo em São Paulo, negando tal tese, conforme ilustra a seguinte passagem:

As mutuais contribuíram para a emergência do movimento operário, de um modo geral, mas não deram origem ao sindicalismo que apareceu na mesma época. De fato, no arrolamento feito das sociedades de trabalhadores, apenas quatro grêmios daquela espécie precedem o surgimento das ligas operárias propriamente ditas. Estas já deviam ter-se formado como primeiras e tímidas reproduções de modelos associativos elaborados no sindicalismo europeu. (SIMÃO, 1966 apud CASTELLUCCI, 2010, p. 41)

Não obstante, o debate sobre a hipótese de relação estreita entre o fenômeno de surgimento das sociedades mutualistas e a formação de sociedades cooperativas na Bahia parece ainda estar longe de se esgotar, e encontra

elementos que convidam a uma reflexão mais profunda como nos demonstra, mais uma vez, o pesquisador Aldrin Castellucci (2010, p. 41-42):

Uma estatística oficial, de 1917, serve bem para mostrar a extensão e a força do fenômeno que se quer analisar. Por ela, ficamos sabendo que, naquele ano, existiam, pelo menos, 3.505 sociedades de auxílios mútuos e de beneficência no Brasil, com o antigo Distrito Federal ocupando a posição de destaque, com 816 entidades desse tipo. Em seguida, vinham os estados de Minas Gerais (790), São Paulo (744), Bahia (165), Rio de Janeiro (144), Rio Grande do Sul (104) e Pernambuco (103). As demais unidades da Federação tiveram números inferiores a 100 entidades cada.

O mesmo estudo indica que no estado da Bahia, nos quase 100 anos que separam 1832 e 1930, surgiram “145 associações autodenominadas como de auxílio mútuo, beneficentes, filantrópicas e cooperativas, em Salvador e em várias cidades interioranas do estado”, sendo que a fundação dessas organizações estava profundamente ligada à “iniciativa dos trabalhadores, de seus patrões (caso típico das fábricas têxteis, de calçados, de cigarros e de charutos e das ferrovias), da Igreja Católica, de elementos de destaque das elites locais ou mesmo do Estado e de suas autoridades.” (CASTELLUCCI, 2010, p. 43)

Algumas dessas instituições mutualistas se notabilizaram, como é o caso da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), uma irmandade religiosa composta, exclusivamente, por brasileiros negros:

O ano de 1832, em Salvador, foi um marco no processo de constituição das primeiras associações de auxílio mútuo e de formação da classe operária na Bahia. No dia 16 de setembro daquele ano, depois de algumas reuniões preparatórias, um grupo de homens negros, liderados por Manoel Victor Serra, fundou a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos. Suas disposições estatutárias estabeleciam que a entidade seria formada por um ‘número ilimitado de sócios brasileiros natos de cor preta’. (CASTELLUCCI, 2010, p. 44)

Outro exemplo foi a de uma sociedade mutualista miscigenada:

Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia, fundada, em Salvador, no dia 16 de dezembro de 1832. Como seu próprio nome sugere, nasceu como

entidade laica e tinha, como critério associativo, os ofícios artesanais e não a nacionalidade, a cor, a etnia ou a religião, embora também possuísse um santo padroeiro (Nossa Senhora de Santana) e fosse proprietária de carneiros, no Cemitério da Quinta dos Lázaros, pertencente às irmandades católicas. (CASTELLUCCI, 2010, p. 44)

Já no final do Império, uma outra importante organização baseada em solidariedade, congregando artesãos de diversos ofícios, foi fundada na Bahia, e se destacou pelo crescimento e pela sua gestão:

Trata-se da Sociedade União Philantropica dos Artistas, instituída, em 7 de junho de 1889, tendo São Pedro como padroeiro. Em 1893, apenas quatro anos depois de criada, ela já possuía 645 sócios, número que subiu para 789, em 1894. Nesse ano, a União Philantropica dos Artistas socorreu 21 sócios enfermos e custeou os funerais de outros nove, gozando de boa saúde financeira, já que sua receita havia sido de 13:242\$814 e sua despesa de apenas 3:980\$635, restando-lhe um saldo de 9:262\$179 19. (CASTELLUCCI, 2010, p. 50)

Estudos históricos fornecem indícios que reforçam a caracterização dessas instituições como emblematicamente representativas de um emergente movimento mutualista na Bahia, cuja origem predominante girava em torno de artesãos, mestres de ofícios e outros profissionais liberais, geralmente negro-mestiços, possivelmente ligados ao surgimento de uma classe operária – mas sem determiná-la.

Esses traços fundamentais estiveram presentes, no longo período que se estende da primeira metade do século XIX até o final da Primeira República, em 1930, pois, como se sabe, não houve imigração estrangeira massiva para a Bahia e as dezenas de grandes fábricas que foram fundadas, no período, empregadoras de milhares de operários, conviveram com as centenas de pequenas oficinas e as obras públicas tocadas por pequenos empreiteiros, nas quais os artesãos continuaram a exercer seus ofícios por muito tempo. Na Bahia, o associativismo foi um fenômeno exclusivo dos artesãos, no período que vai da primeira metade do século XIX à primeira década do século XX. Foi apenas, nas décadas de 1910 e de 1920, que surgiram, com relativa força, as primeiras organizações sindicais dos operários do complexo portuário, dos setores de transportes urbanos, ferroviários, marítimos e fluviais e das fábricas. (CASTELLUCCI, 2010, p. 47-48)

A Tabela 1, que sistematiza levantamento realizado por Castellucci (2010), demonstra que dezenas de organizações mutualistas ou solidárias foram criadas na Bahia a partir de 1832.

**Tabela 1 – Sociedade Mutualista de Operários – Bahia (1832-1930)**

Nome	Fundação	Reorganização	P. Notícia	Cidade
Sociedade Protetora dos Desvalidos	16/09/1832	05/06/1929		Salvador
Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia	16/12/1832			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas	02/02/1853			Salvador
Sociedade Humanitárias dos Artistas	13/06/1856			Salvador
Sociedade Protetora e Beneficente dos Artífices Carpinteiros e Calafates	03/03/1860			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos	08/09/1861			Nazaré
Associação Tipográfica Baiana	16/04/1871	??/??/1904		Salvador
Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra da Bahia	08/05/1872			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses	08/09/1876			Feira de Santana
Sociedade Beneficente União das Classes	15/11/1895			Salvador
Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas	07/06/1889			Salvador
Clube Defensor e Beneficente dos Maquinistas	11/10/1889			Salvador

Continua

**Tabela 1 – Continuação.**

Nome	Fundação	Reorganização	P. Notícia	Cidade
Sociedade Cooperativa dos Alfaiates	01/01/1890			Salvador
Sociedade Bolsa dos Chapeleiros	12/09/1891			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas Cachoeiranos			??/??/1891	Cachoeira
Associação Protetora dos Homens do Mar			05/07/1892	Salvador
Centro Operário da Bahia	06/05/1894	09/07/1911		Salvador
Sociedade Beneficência 1º de Maio	??/05/1894			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas Amargosenses	13/05/1895			Amargosa
Sociedade Beneficente União das Classes	15/11/1895			Salvador
Sociedade Beneficente União dos Alfaiates	01/04/1898	03/06/1919		Salvador
Sociedade Beneficente Cachoeirana			??/??/1900	Cachoeira
Sociedade Montepio União Operária de São Félix			04/06/1901	São Félix
Sociedade Montepio dos Artistas Irapuaenses	24/07/1903			Irá
Sociedade Beneficente dos Mares			??/??/1903	Salvador
Sociedade Beneficente União das Artes	01/05/1904			S. A. de Jesus
Sociedade Cooperativa dos Operários Canavieirenses	09/05/1904			Canavieiras
Grêmio das Artes Gráficas	24/02/1905			Salvador
Sociedade Beneficente União Auxiliadora	22/04/1906	26/03/1916		Salvador

Continua

**Tabela 1** – Continuação.

Nome	Fundação	Reorganização	P. Notícia	Cidade
Clube Beneficente e Defensor dos Operários Mecânicos	01/11/1907			Salvador
Sociedade Beneficente dos Empregados nas Capatazias de Alfândega	14/06/1908			Salvador
Cooperativa dos Homens do Mar	11/06/1909			Salvador
União Operária Beneficente de Caitité			15/03/1912	Caitité
Beneficência Operária 23 de Novembro			12/11/1910	Salvador
Sociedade Beneficente União dos Padeiros	09/06/1912			Salvador
Sociedade União Defensora e Beneficente dos Pintores da Bahia	26/02/1919			Salvador
Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas	20/07/1919			Salvador
Beneficência Operária Sanfelixta	17/08/1919			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna	12/09/1921			Itabuna
Sociedade Beneficente dos Artistas e Operários da Cidade de Ilhéus			??/??/1922	Ilhéus
União Operária Beneficente			12/09/1922	Salvador
Sociedade Beneficente dos Artistas Santoantonienses	09/09/1929			S. A. de Jesus

**Fonte:** Castellucci (2010, p. 46-47).

Ainda que não haja elementos para se afirmar de forma categórica a tese de que houve, de fato, uma transição de organizações mutualistas para sindicatos (já nos referimos aqui antes a esse debate), é notório uma relação entre sociedades mutualistas e o que alguns autores chamaram de “organizações de resistência”, como nos demonstra, mais uma vez, Aldrin Castellucci (2010, p. 54-55):

Não sabemos se os tipógrafos foram bem-sucedidos em seu protesto. De todo modo, o que esse episódio diz-nos de mais importante é que algumas sociedades de auxílio mútuo podiam assumir funções próprias das associações de resistência, isto é, dos sindicatos. Como observou Claudio Batalha: “[...] a idéia de que as novas sociedades de resistência substituíram definitivamente as velhas sociedades mutualistas é falsa. O processo foi lento e bastante complexo. As sociedades mutualistas puras nunca desapareceram inteiramente. Por outro lado, algumas das velhas sociedades acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais. De fato, mesmo sem ter sido tão radical quanto se costuma supor, certamente houve uma mudança visível nas formas de organização operária no início do século XX.” (CASTELLUCCI, 2010, p. 54-55)

Funcionários de empresas privadas, de médio e grande porte, fundadas na Bahia ou que aqui vieram se instalar ao longo do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, também protagonizaram organizações baseadas em solidariedade. Contudo, “o surgimento das associações de auxílio mútuo (e sindicais) desses trabalhadores com pouca qualificação foi, relativamente, tardio quando comparada ao associativismo dos artesãos qualificados”. (CASTELLUCCI, 2010, p. 60) Há indícios de casos em que a influência dos empregadores e/ou gestores era notória, assim como em outros casos as organizações mantinham certa distância e autonomia em relação aos patrões.

**Tabela 2** – Sociedades mutualistas / beneficentes de / por empresas – Bahia (1890-1930)

Nome	Fundação	P. Notícia	Empresa	Cidade
Associação Geral de Auxílios Mútuos dos Empregados da Estrada de Ferro do São Francisco	10/09/1893		Estrada de Ferro do São Francisco	Alagoinhas
Sociedade Beneficente Vitória	22/08/1894		Fábrica de Charutos Vitória	Salvador
Sociedade Montepio Liga Operária dos Operários da Cia. Valença Industrial	??/??/1905		Cia. Valença Industrial	Valença
Sociedade Beneficente da Chapelaria Norte Industrial		03/12/1906	Chapelaria Norte Industrial	Salvador
Sociedade Beneficente 24 de Julho	04/04/1909		Cia. Empório Industrial do Norte	Salvador
Sociedade Beneficente Valença Industrial	08/12/1913		Cia. Valença Industrial	Valença
Sociedade Beneficente 11 de Março		??/??/1916	Companhia União Fabril da Bahia	Salvador
Sociedade Cooperativa e Auxiliadora dos Empregados da Compagnie Chemins de Fer	15/01/1918		Compagnie Chemins de Fer	Salvador
Sociedade Beneficente e Recreativa de São Brás		27/07/1919	Fábrica São Brás – Cia. Progresso Industrial da Bahia	Salvador
Sociedade Montepio dos Empregados da Estrada de Ferro de Nazaré		29/01/1918	Estrada de Ferro de Nazaré	Nazaré
Associação dos Empregados da Companhia Ferroviária Este Brasileiro	28/01/1921		Companhia Ferroviária Este Brasileiro	Salvador

**Fonte:** Castellucci (2010, p. 60-61).

Os funcionários públicos constituíam outro setor com dificuldades para se organizar de forma independente, dado que as contratações eram feitas sem obediência a critérios estritamente técnicos e, invariavelmente, refletiam redes de clientela. A posição politicamente fragilizada desses trabalhadores em relação aos governos refletia em suas organizações, dirigidas e controladas por altos mandatários do Estado e por elementos de destaque das elites. Algumas entidades foram fundadas através da iniciativa do próprio governo que as impôs aos trabalhadores. Esse foi o caso do Montepio dos Funcionários do Município da Cidade do Salvador, instituído por meio da Resolução nº 14/1893, do Conselho Municipal. (CASTELLUCCI, 2010, p. 65)

**Tabela 3** – Associações de funcionários públicos – Salvador (1884-1927)

Nome	Fundação	P. Notícia	Cidade
Associação de Socorros Mútuos dos Empregados Provinciais			Salvador
Sociedade Beneficente dos Empregados da Tesouraria de Fazenda	??/??/1884		Salvador
Associação Beneficente dos Funcionários Públicos	09/01/1887		Salvador
Sociedade Beneficente Montepio dos Empregados Municipais da Capital da Bahia	??/05/1890		Salvador
Montepio dos Empregados do Estado	??/08/1891		Salvador
Montepio dos Funcionários Municipais	15/04/1893		Salvador
Grêmio Beneficente do Professorado Baiano	25/03/1898		Salvador
Sociedade Beneficente Telegráfica	01/01/1898		Salvador
Sociedade Beneficente União dos Carteiros do Correio da Bahia	??/09/1904		Salvador
Sociedade Fraternal do Corpo de Bombeiros		03/11/1904	Salvador
Sociedade Beneficente do Regimento Policial	14/02/1905		Salvador
Sociedade Cooperativa dos Funcionários Públicos e Procuradores do Estado da Bahia	29/08/1905		Salvador
Sociedade Beneficente União dos Postilhões	16/07/1906		Salvador

Continua

**Tabela 3** – Continuação.

Nome	Fundação	P. Notícia	Cidade
Sociedade Beneficente dos Carteiros da Bahia		20/08/1906	Salvador
Sociedade Beneficente União dos Carteiros do Correio da Bahia	08/09/1909		Salvador
Cooperativa Municipal	06/01/1911		Salvador
Liga dos Funcionários Federais da Bahia	29/08/1914		Salvador
Sociedade Beneficente dos Empregados do Telégrafo Nacional na Bahia	17/09/1916		Salvador
Caixa Beneficente dos Funcionários da Faculdade de Medicina da Bahia	01/07/1917		Salvador
Sociedade Beneficente dos Funcionários da Justiça	13/05/1918		Salvador
Associação dos Funcionários Públicos do E. da Bahia	20/08/1918		Salvador
Sociedade Beneficente dos Sargentos da Força Policial do E. da Bahia	02/02/1927		Salvador

**Fonte:** Castellucci (2010, p. 65-66).

Um aspecto chama a atenção na formação de organizações baseadas em solidariedade, mutualismo e cooperação nesse período histórico, na Bahia: a despeito do baixo peso quantitativo dos imigrantes no conjunto da população da capital baiana, seu papel destacado nos contextos econômico e social também se fizeram revelar pela formação de organizações mutualistas ou baseadas em cooperação e solidariedade:

Diferente do que ocorreu em São Paulo ou no Sul, regiões que receberam boa parte dos 3.390.000 imigrantes estrangeiros que aportaram no Brasil entre 1871 e 1920, não houve fluxos migratórios internacionais significativos para a Bahia. Em 1920, os estrangeiros eram apenas 10.600 em todo o estado, ou seja, 0,3% da população total, formada por 3.334.465 habitantes. Em Salvador, esse percentual aumentava, pois a capital concentrava a maior parte dos imigrantes, mas não o suficiente para alterar, significativamente, o quadro acima mencionado. Os 7.763 estrangeiros que viviam na capital baiana representavam apenas 2,7% de sua população total.

As maiores e mais importantes colônias eram, sem dúvida, as de Portugal, Espanha e Itália, sendo que, em sua maioria, esses estrangeiros eram caixeiros ou comerciantes [...] Ainda assim, várias associações de auxílio mútuo de diversas nacionalidades foram criadas, na Bahia, no século XIX. A maior parte dessas entidades era muito pequena, refletindo o tamanho das colônias estrangeiras em solo baiano. (CASTELLUCCI, 2010, p. 69-70)

**Tabela 4 – Associações mutualistas étnico-nacionais (1849-1930)**

Nome	Fundação	Reorganização	P. Notícia	Cidade
Sociedade Italiana de Mútuos Socorros		28/06/1903	??/??/1849	Salvador
Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro	01/01/1857			Salvador
Sociedade de Beneficência Portuguesa	20/09/1857			Salvador
Société Suisse de Bienfaisance			??/??/1857	Salvador
Real S. Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro	14/08/1859			Salvador
Società Italiana di Recreazione e Beneficenza in Bahia	03/03/1861	??/??/1863		Salvador
Sociedade Beneficência Italiana	25/01/1863			Salvador
Société Française de Bienfaisance	09/02/1868			Salvador
Deutscher Hilfsverein	28/08/1868			Salvador
Sociedade Espanhola de Beneficência	01/01/1885			Salvador

**Fonte:** Castellucci (2010, p. 70).

No âmbito das atividades comerciais, o surgimento e proliferação de organizações baseadas em solidariedade também se mostrou visível, com a particularidade da participação de comerciantes itinerantes (mascates ou caixeiros viajantes) que visitavam as cidades do interior e as propriedades

rurais e, como tal, podiam se prestar a agentes disseminadores das práticas mutualistas, dentre as quais as de consumo.

Como já dito, as transformações políticas que se seguiram à Proclamação da República tomaram formas diversas nas diferentes regiões baianas. Enquanto na capital, Salvador, o clima político era complexo pela teia de relações sociais urbanas com forte participação de trabalhadores assalariados, artesãos e funcionários públicos, no sul do estado o clima era de tensão explícita entre as elites e os trabalhadores rurais. Segundo Lins (2007), os sopros do pensamento comunista na região do cacau formaram um forte levante – ainda que sigiloso – dos trabalhadores. Ali, a presença dos movimentos de resistência política era dispersa e clandestina. (LINS, 2007) No fim da Primeira República (1930), os produtores da região cacauzeira tinham um forte pacto colaborativo, e com os anos de glória econômica do cacau, organizaram uma frente política sindicalista exigindo auxílio do estado. (AGUIAR; PIRES, 2019) Essa organização política, embora aponte para resistência e solidariedade, apenas defendia os interesses da burguesia cacauzeira, e as organizações trabalhistas ainda eram frágeis, mas contavam com uma forte influência silenciosa de pessoas ligadas ao grupo que futuramente fortaleceria a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922. (LINS, 2007)

**Tabela 5 – Sociedades de empregados no comércio/serviços – Bahia (1832-1930)**

Nome	Fundação	Reorganização	P. Notícia	Cidade
Sociedade Montepio dos Caixeiros Nacionais (Depois convertida em Montepio Geral da Bahia)	22/11/1857	??/??/1870		Salvador
Clube Caixeiral	21/05/1876	16/03/1914		Salvador
Sociedade Beneficência Caixeiral	19/04/1885	30/03/1917		Salvador
Associação dos Empregados do Comércio da Bahia	21/01/1900			Salvador
Sociedade de Beneficência dos Empregados de Restaurantes	20/06/1900			Salvador

Continua

**Tabela 5** – Continuação.

Nome	Fundação	Reorganização	P. Notícia	Cidade
Associação B. dos E. no Comércio de Feira de Santana			29/10/1903	F. de Santana
Associação dos Empregados em Restaurantes			??/??/1903	Salvador
Clube Caixeiral Amargosense			11/06/1904	Amargosa
Clube Caixeiral de Santo Amaro			27/05/1905	Santo Amaro
Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus	23/01/1908			Ilhéus
Sociedade União Beneficente Caixeiral de Itabuna	31/10/1908			Itabuna
Associação dos Empregados no Comércio do Ventura			05/02/1909	Ventura
Beneficência Caixeiral de Belmonte			12/10/1911	Belmonte
S. União dos Empregados do Comércio Varejista	15/11/1915			Salvador
União Caixeiral da Bahia	01/06/1919			Salvador
União Caixeiral de Santo Antônio de Jesus	11/06/1920			S. A. de Jesus
Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus	01/08/1920			Ilhéus
Clube Caixeiral "Afrânio Peixoto"			27/09/1924	Salvador
Associação dos Caixeiros Viajantes da Bahia	17/11/1925	02-04/09/1936		Salvador

**Fonte:** Castellucci (2010, p. 65).

Nesse sentido, Falcón (1983), em estudo sobre o coronelismo na região do cacau, e Lins (2007), em sua análise sobre a organização comunista na região cacaeira, apontam que o coronelismo oligárquico deixou herança por todo o estado da Bahia, e na região do cacau, os coronéis se enfrentaram violentamente nesse período para controlar o eleitorado, as terras e, logo, o poder político, sem muita rigidez ideológica.

Eram conservadores e liberais durante um tempo, e constitucionalistas e federalistas na República Velha (1889 – 1930) – estes, denominados em Ilhéus de “adamistas” e “pessoistas”, em função dos seus líderes, os coronéis da Guarda Nacional, Domingos Adami de Sá e Antonio Pessoa da Costa e Silva. (LINS, 2007, p. 49)

Antonio Pessoa era um importante professor e advogado da região cacaeira. Era filho de coronel, muito popular entre os novos ricos da região, que frequentemente eram menosprezados pela elite de Ilhéus. Essa popularidade se dava pela sua defesa dos pequenos proprietários da região contra os escravocratas monarquistas e os invasores de terras, o que muito agradava os imigrantes europeus e migrantes nordestinos que haviam enriquecido com o cacau. Por sua vez, Coronel Domingos Adami representava a elite burguesa que lutava, a qualquer custo, para manter o domínio do poder e expropriava, por uso do que conhecemos hoje como grilagem, as terras de pequenos produtores para aumentar suas lavouras. (LINS, 2007)

Os escravocratas se fortaleceram na produção de cacau e, com a Primeira República, já ricos, ocuparam posições de destaque, especialmente a prefeitura de Ilhéus, entre 1890 e 1930. (FALCÓN, 1983; LINS, 2007) Com isso, se reforçavam politicamente trocando favores e controlando as agremiações burguesas, fantasiadas de sindicatos.

As elites locais se organizaram e construíram suas instituições de classe. A Associação dos Agricultores de Cacau, fundada em 1917 e transformada em 1920 no Sindicato dos Agricultores de Cacau, a Associação Comercial de Ilhéus, fundada em 1912, e a União Comercial de Itabuna, eram as mais fortes e representativas. (LINS, 2007, p. 58)

Da mesma forma, os trabalhadores deram seus primeiros passos no sentido de criar suas organizações de classe. A primeira de que tivemos notícia foi fundada em Itabuna e denominada “União das Classes”. Congregava

comerciários, funileiros, carpinteiros, pedreiros, e teve como principais líderes os marceneiros Flaviano Domingos Moreira e Manuel Vidal, os mesmos que anos mais tarde estariam à frente da fundação do Monte Pio dos Artistas (1919). (LINS, 2007, p. 58)

Os trabalhadores viviam um regime de semiescravidão, subsistindo sem salário nas fazendas, fazendo dívidas nas “despesas” (termo que classificava uma forma de mercado com preços mais caros que os praticados, onde os trabalhadores pagavam com o seu trabalho), e sem condições de higiene ou lazer. De forma geral, apenas os capatazes recebiam salários, além de não haver nenhuma forma de educação disponível para os filhos desses trabalhadores. (LINS, 2007) Com isso, no final da Primeira República (1930), a região cacauzeira estava perdendo sua mão de obra para os estados de São Paulo e Minas Gerais, que ofereciam melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. (FALCÓN, 1983; LINS, 2007).

No que se seguiu após o fim da República Velha, em 1935, atuavam no sul da Bahia 18 organizações trabalhistas, que tinham em suas lideranças representantes comunistas, que insistiam na prática da democracia direta, convocação de assembleias gerais, participação política, mutualismo e lazer como forma de vida. Assim, o que se vê do comunismo no sul da Bahia é que, embora os trabalhadores não fossem filiados ao partido, fundado oficialmente em 1922, faziam sua obra e acreditavam em seus ideais. A ideia de fortalecimento político dos trabalhadores e a luta contra o domínio violento das elites agrárias era um sussurro comunista constante do trabalho rural no sul da Bahia, que apenas se fortaleceu com o golpe militar da Revolução de 1930. (LINS, 2007)

Todo esse conjunto de cenários peculiares, em que as organizações baseadas em solidariedade e cooperação proliferaram, também foi o lócus do surgimento progressivo de organizações cooperativas, como se vê no Quadro 3.

**Quadro 3 – Cooperativas baianas citadas em periódicos (1890-1930)**

<b>Data</b>	<b>Cooperativa mencionada</b>	<b>Publicação</b>
04/03/1890	Notícia a reunião da Sociedade Cooperativa dos Alfaiates	Pequeno Jornal
11/03/1905	Cooperativa da Imprensa Econômica	Jornal A Semana
30/07/1908	Cooperativa de Cosumo do Regimento Militar da Bahia	A Revista do Brasil
10/10/1902	Cooperativa Universal de Produção e Consumo	Gazeta de Notícias
1903	Cooperativa Alcoólica de Santo Amaro	Mensagem do Governador da Bahia
23/10/1912	Cooperativa de mutualidade Escola de Aprendizizes Artífices	Gazeta de Notícias
08/01/1913	Cooperativa Universal de Produção e Consumo União Sociocrática	Gazeta de Notícias
05/12/1912	Cooperativa do Centro Operário da Bahia	Gazeta de Notícias
26/03/1913	União Cooperativa Postal	Gazeta de Notícias
18/06/1914	Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos da Bahia	A Notícia
02/11/1914	Sociedade Cooperativa a “União”	A Notícia
02/01/1915	A Sociedade Cooperativa Caixa Popular	A Notícia
02/01/1915	Sociedade de Pecúlios por Mutualidade e Cooperativa Predial	A Notícia
29/11/1915	Sociedade Cooperativa A Vencedora	A Notícia
14/01/1919	Cooperativa Alcoólica da Bahia	A Hora
21/05/1919	Cooperativa Operária	A Hora
11/01/1921	Cooperativa da Colônia dos Pescadores de Amaralina	A Manhã

**Fonte:** Adaptado de Vasconcelos (2021).





## FORMAÇÃO DE UM COOPERATIVISMO BAIANO

O período entre o segundo e o terceiro quartil do século XX foi marcado por grandes transformações sociais, políticas e econômicas no âmbito nacional e, por reflexo, na Bahia. Como não poderia deixar de ser, o surgimento e o crescimento de cooperativas no estado parecem ter sido fortemente influenciados pelos avanços no campo da educação, da urbanização e dos movimentos sociais e sindicais, mas também pelos sobressaltos econômicos e rearranjos políticos locais, decorrentes de quatro golpes de estado (1930, 1937, 1945 e 1964) e quatro constituições federais decorrentes (1934, 1937, 1946 e 1967). O elemento central da interseção entre esse cenário e o cooperativismo na Bahia, indubitavelmente, parece ser a forte dependência do estado, a relação estreita com o coronelismo, os eixos de atividade econômica agroexportadora e os movimentos sociais de resistência, como veremos a seguir.

O golpe militar de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, substituindo-o por Getúlio Vargas na presidência da República, teve impactos significativos na Bahia. Após experimentar o crescimento das exportações de açúcar e de cacau ao longo da segunda metade dos anos 1920, a Bahia foi impulsionada pela crise de oferta internacional decorrente da Primeira Guerra Mundial e adentrou os anos 1930 em uma curva de crescimento (de exportações e demográfico) relevante, como nos conta Tavares (1963, p. 141): “Em 1925, a receita do estado subira para 60 mil contos. Era de 400 mil o valor da exportação. Quanto à população, que estava pouco acima de um milhão no início do século, elevou-se para quase quatro milhões (3.770.000).”

O então tenente Juracy Magalhães, um dos articuladores do golpe, foi nomeado interventor federal<sup>9</sup> e representou o rompimento do governo da Bahia com estruturas de poder local remanescentes da República Velha, representadas por membros das elites oligárquicas civis, e oriundas de famílias tradicionais da capital e também do Recôncavo baiano, o que ocorre por meio da nomeação, para prefeituras e postos de destaque na estrutura do estado, dos chamados coronéis do sertão. (REIS, 2010) E foi sob o chamado governo provisório (de Vargas, no Brasil; e de Juracy Magalhães, na Bahia) que entrou em vigor o Decreto nº 22.239/1932, reformando o Decreto nº 1.637/1907 e, com isso, avançando na definição de novas bases legais para a formação e criação de cooperativas, definindo suas características e os critérios para a organização dessas sociedades. (BRASIL, 1932) Tal legislação, elaborada a partir de uma comissão de técnicos do Ministério da Agricultura, foi importante para induzir, orientar e disciplinar o surgimento de cooperativas, como parte de uma estratégia de Estado para organizar o setor agrícola, profundamente afetado pela crise econômica mundial de 1929. Isso foi evidenciado por Elpidio Serra, ao analisar o papel do estado Brasileiro na formação de cooperativas a partir dos impactos da legislação de 1932:

Pelo Decreto, as cooperativas que já existiam foram beneficiadas com isenções de impostos e as que estavam em formação com facilidades à sua fundação, mas em contrapartida o cooperativismo, particularmente o que estava vinculado à cafeicultura, deixou a partir daí de ser um movimento legítimo dos produtores para se transformar em instrumento da política agrícola do Estado. Como movimento legítimo era fomentado de baixo para cima, a partir das bases sociais; como instrumento do Estado, passou a ser imposto e controlado de cima para baixo, a partir dos interesses do próprio Estado. (SERRA, 2013, p. 16)

Entretanto, esse aparato legal teve vigência curta e conturbada, em face da turbulência política da época (revolta constitucionalista de 1932; nova

---

9 Permaneceu nesse *status* até 1935, quando já sob a égide da Constituição de 1934, foi eleito governador pela Assembleia Legislativa da Bahia, cargo que ocupou até 1937, quando renunciou por discordar do golpe que instaurou a ditadura Vargas, período conhecido como Estado Novo. (REIS, 2010; TAVARES, 1963)

Constituição de 1934; Estado Novo em 1937) e pela necessidade de ampliar, ainda mais, o controle estatal sobre as cooperativas:

O Decreto nº 22.239 teve sua vigência interrompida em 1934 (Decreto nº 24.647, de 1934. Revogou o Decreto nº 22.239) e tornou a vigor novamente em 1938 (Decreto-Lei nº 581, de 1938. Revigorou o Decreto nº 22.239), com alterações em 1945 (Decreto-Lei nº 8.401, de 1945. Revigorou o Decreto nº 22.239), vigendo até 1966 (Decreto nº 59, de 1966. Revogou definitivamente o Decreto nº 22.239), quando foi revogado definitivamente. A nova legislação, mediante decreto, trouxe ao sistema cooperativo brasileiro um novo conceito e uma nova forma de entender, com uma profunda reforma do agir cooperativo, isto é, a maneira como deveria ser fundada, organizada e gerida a sociedade cooperativa no Brasil. (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015, p. 25-26)

Vale ressaltar que, antes de revogar o Decreto nº 22.239/1932, o governo provisório de Getúlio Vargas vinculou o cooperativismo ao sindicalismo ao facultar a criação dos chamados consórcios profissionais-cooperativos, por meio do Decreto nº 23.611/1933.<sup>10</sup> Com a revogação do Decreto nº 22.239/1932, em 1934, trabalhadores agrários, empregados, profissionais liberais ou mesmo funcionários públicos que quisessem empreender uma cooperativa, deveriam primeiro vincular-se a um sindicato e sustentá-lo:

[...] pelo decreto n. 23.611 de 20 de dezembro de 1933, o govêrno revolucio-nário revogara o decreto legislativo n. 979 de 6 de janeiro de 1903 e facultara a organização dos chamados 'consórcios profissionais-cooperativos', como medida preparatória do decreto n. 24.647, de mais amplo alcance e repercussão bem mais desfavorável. [...] Por tais decretos, forjados em detrimento da mais pura ortodoxia cooperativista, deveriam as novas cooperativas vincular-se, obrigatoriamente, a certos sindicatos profissio-nais, conforme estipulava objetivamente o decreto n. 24.647 em seu art. 1º.: 'Dá-se o contrato de sociedade cooperativa quando sete ou mais pessoas naturais, e da mesma profissão ou de profissões afins, pertencentes a um

---

10 Fez isso revogando Decreto-Lei nº 1.637/1907, que facultava a criação de sindicatos de quaisquer profissões, assim como de cooperativas, desobrigando qualquer relação entre essas tipologias organizacionais e tipificando, com clareza, as condições para a criação de uma e de outra. (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015)

consórcio profissional-cooperativo, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços, etc.' 'Quer dizer que, quem não fosse previamente inscrito em um sindicato profissional (eram considerados sindicatos profissionais, para efeito desse regime, os agrários, os proletários, os liberais e os funcionários públicos) não poderia associar-se a qualquer cooperativa... 'É mais: 'Então teriam de previamente organizar o sindicato profissional, para depois vir o produto ilegítimo da cooperativa; mas o interessante era que a cooperativa se obrigava a sustentar o sindicato parasitário, mediante contribuição compulsória para um chamado Patrimônio dos Consórcios Profissionais-Cooperativos... Bem engendrado, sem dúvida, mas negação essencial do cooperativismo, por atentar contra o princípio básico de sua autonomia'. (MOURA, 1947, p. 4)

É possível observar os impactos de todas as transformações aqui relacionadas sobre o surgimento de cooperativas na Bahia por meio da análise dos dados do Ministério da Agricultura, a quem competia, à época, fazer o registro dessas organizações. Tomando como base o cadastro do ano de 1943, nota-se o quantitativo de 1.960 cooperativas registradas no Brasil, sendo que dessas, 3,52%, ou 69, estavam sediadas na Bahia.

**Tabela 6 – Cooperativas registradas no Ministério da Agricultura (1943)**

Estado	Total	%
São Paulo	438	22,35%
Rio Grande do Sul	251	12,81%
Pernambuco	199	10,15%
Rio de Janeiro	153	7,81%
Paraná	148	7,55%
Santa Catarina	109	5,56%
Distrito Federal	96	4,90%
Paraíba	94	4,80%
Minas Gerais	91	4,64%
Alagoas	90	4,59%

Continua

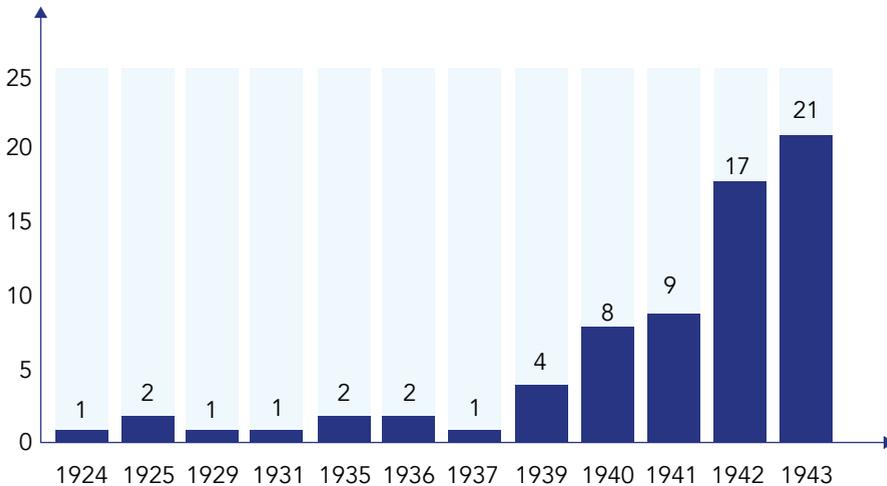
**Tabela 6** – Continuação.

Estado	Total	%
Bahia	69	3,52%
Ceará	53	2,70%
Rio Grande do Norte	51	2,60%
Espírito Santo	29	1,48%
Maranhão	21	1,07%
Sergipe	18	0,92%
Pará	17	0,87%
Piauí	8	0,41%
Amazonas	7	0,36%
Goiás	7	0,36%
Acre	6	0,31%
Mato Grosso	3	0,15%
Mato Grosso do Sul	2	0,10%
<b>Total de cooperativas</b>	<b>1.960</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Brasil (1943).

A Bahia, com 69 cooperativas (3,52% do total), apresentava tímida participação mesmo entre os demais estados do Nordeste, ficando atrás de Pernambuco, com 199 (10,15%), Paraíba, com 94 (4,80%), e Alagoas, com 90 cooperativas (4,59%). Entretanto, observando-se o ano de surgimento dessas cooperativas baianas, é possível perceber um crescimento significativo, cronologicamente associado ao período pós-1930. Foram originadas na década de 1920 apenas 4 cooperativas; na década de 1930, foram registradas mais 10; e na de 1940, 55 cooperativas foram registradas no estado (BRASIL, 1943), conforme se vê no gráfico da Figura 2.

**Figura 2** – Cooperativas na Bahia (1924 a 1943)



**Fonte:** Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2020-2021).

O empenho de autoridades baianas para estimular o surgimento de cooperativas de crédito rural no final dos anos 1920, relatado por Vasconcelos (2021), parece ter sofrido forte retração – ou pelo menos, descontinuidade – a partir do golpe de 1930. Segundo o autor, o apoio do engenheiro baiano e então ministro da Agricultura, Miguel Calmon du Pin e Almeida, fornecendo ajuda especializada para a criação de cooperativas financeiras em apoio aos produtores agrícolas por volta de 1925, resultou na “instalação de treze caixas rurais de crédito nos municípios de Itabuna, Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Nazaré, Santo Antonio de Jesus, Amargosa, Alagoinhas, Bonfim e Serrinha”. E que “Em 1929, o governador Vital Soares, em sua Mensagem anual à Assembleia baiana, menciona a existência de 39 Caixas Rurais e bancos populares”. (VASCONCELOS, 2021, p. 100-101) Não obstante, de acordo com o estudioso do cooperativismo Valdiki Moura, essas tentativas de criação induzida fracassaram nos anos seguintes: “as projetadas Caixas Rurais, em sua maioria, não chegaram a funcionar. E as quatro que lograram sobreviver, passaram a adotar o sistema Luzzatti”. (MOURA, 1947, p. 15) Não obstante, a Bahia tinha até uma relativamente boa distribuição geográfica de suas cooperativas.

**Tabela 7** – Sociedades cooperativas por município baiano (de 1924 a 1943)

Municípios baianos	1920	1930	1940	Total
Alagoinhas			2	2
Amargosa			1	1
Areia			3	3
Bonfim			1	1
Brumado		1		1
Cachoeira			2	2
Conquista			1	1
Cruz das Almas			1	1
Feira de Santana		1	1	2
Guanambi		1		1
Ilhéus	1	2	1	4
Irará			1	1
Itaberaba			1	1
Itabuna	1	2	2	5
Itiuba			1	1
Jacobina			1	1
Jaguapara			1	1
Jaguaquara			1	1
Jequié			1	1
Livramento do Brumado			1	1
Mundo Novo			2	2
Nazaré	1		2	3
Poções			2	2
Poções			1	1
Queimadas			1	1

Continua

**Tabela 7** – Continuação.

Municípios baianos	1920	1930	1940	Total
Rio das Contas			1	1
Ruy Barbosa			1	1
Santo Amaro	1			1
Salvador		2	13	15
Salvador			1	1
Santa Inez			2	2
Santo Amaro			1	1
Santo Antônio de Jesus			1	1
São Francisco do Conde			1	1
São Gonçalo dos Campos			1	1
Salvador		1		1
Serrinha			1	1
Una.			1	1
<b>Total geral</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>55</b>	<b>69</b>

**Fonte:** Brasil (1943).

Com base no que se depreende de Moura (1947), após as mudanças na legislação verificadas em 1932 e anos seguintes, a Bahia esperou até o início dos anos 1940 para usufruir de um novo estímulo do governo do estado para o cooperativismo, por meio da criação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, ligado à Secretaria de Agricultura:

O incremento ao cooperativismo começou, pròpriamente, a partir de 1941, quando foi fundado um departamento governamental no Estado. Coube-me ser o sistematizador de sua prática, no que pude, felizmente, contar com a colaboração e apòio de dedicados companheiros. Naquela época tínhamos apenas 22 cooperativas, das quais praticamente 1/3 apenas funcionava. Os elementos estatísticos mais pròximos que, no momento disponho, registram que este Estado possui 204 cooperativas com 31.587 associados e capital realizado de \$ 7.724.000,00. Os empréstimos concedidos pelas sociedades de crédito atingiram aproximadamente a 65 milhões de

cruzeiros. O movimento financeiro total, então apurado (setembro de 1944) atingia a \$ 371.000.000,00, valendo notar que no exercício anterior, o movimento global excedera de 480 milhões. (MOURA, 1947, p. 15)

O dirigente do governo do estado e titular do Departamento de Assistência ao Cooperativismo também foi o autor de um projeto de lei que estabeleceu a obrigatoriedade da constituição de cooperativas em escolas estaduais. Segundo ele, o chamado cooperativismo escolar teria o propósito de estimular uma cultura de cooperativismo e da solidariedade nas próximas gerações, conforme ele mesmo explica:

Como autor da lei, esclareço que nosso empenho não era levar uma organização compulsória ao seio das escolas, de resultados educativos contraproducentes. Não visávamos impor à coletividade escolar uma organização que por definição é voluntária. Os estudantes são sempre permeáveis às idéias generosas de solidariedade. Tínhamos apenas em vista impor ao professorado esta atividade extra-curricular, considerada subsidiária e de importância fundamental no preparo da mentalidade infantil. (MOURA, 1947, p. 16)

A política pública parece ter surtido efeito real, uma vez que dados trazidos pelo próprio dirigente apontam que:

Quando foi fundado o Departamento de Cooperativismo, as sociedades de crédito vinham quantitativamente na dianteira, porém já em 1943 desciam ao 4º lugar, para ceder o primeiro às cooperativas escolares, cuja obrigatoriedade foi estabelecida nas escolas oficiais mantidas pelo Estado [...] Segundo dados atualizados, há no Estado 120 cooperativas escolares abrangendo 5.183 associados, com o capital subscrito de \$ 17.712,00. Possivelmente hoje esta cifra terá excedido de uma centena de milhar. Essas sociedades se encarregam de adquirir artigos escolares e vestuário para fornecer a preço de custo. Neste setor destacam-se as Cooperativas Universitárias da Escola Agrônômica (Cruz das Almas) e da Faculdade de Direito (salvador), duas promissoras entidades que visam amparar economicamente estudantes universitários, incluindo também adequada hospedagem. (MOURA, 1947, p. 16-17)

## Cooperativismo: uma questão de estado

Como se vê, o aspecto jurídico é apenas um entre outros aspectos da relação entre o estado e o cooperativismo. E reflete um conjunto de preocupações. De acordo com Bursztyn (2008), a disseminação de cooperativas no Brasil ocorreu em representação a uma ambiguidade com a qual o estado teria que lidar: de um lado, a influência do que seriam “princípios socializantes”; de outro, objetivos “capitalizantes”. Para o autor,

ao mesmo tempo em que o estado incentiva a união de produtores individuais como uma maneira eficaz de tornar viável o desenvolvimento das forças produtivas no campo, ele define essa união com um instrumento de transformação dos produtos em empresários. (BURSZTYN, 2008, p. 76)

Essa concepção permeada por ambiguidade e fortemente influenciada por uma visão empresarialista, afastaria o cooperativismo brasileiro dos princípios originais de Rochdale. (BURSZTYN, 2008, p. 76) O autor segue uma linha de raciocínio com destacado poder explicativo:

[...] uma vez mais, o caráter paternalista do estado se manifesta por meio de uma série de mecanismos de incentivos econômicos de geração de infraestrutura e da formação de uma ‘mentalidade cooperativista’. Mas a tutela do estado visa também ao controle desta forma organizativa, de forma precaver-se de eventuais desvios dos objetivos ‘capitalizantes’ que possam levar a situações coerentes com os princípios ‘socializantes’. É então que o caráter autoritário do estado se manifesta, assumindo a forma de um esquema financeiro que visa evitar a emancipação financeira das cooperativas. (BURSZTYN, 2008, p. 76)

A partir da era Vargas, nota-se que os mecanismos indutores da formação de cooperativas, bem como o modo como se deu o fomento a elas, sugerem de fato a relação de *receio e controle*, que permite a caracterização do cooperativismo como *um filho predileto do estado, propositalmente não emancipado*, como metaforiza Bursztyn (2008). A transformação da Caixa de Crédito Cooperativo criada em 1943, em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), em 1951 (BRASIL, 1951), reforça esses argumentos: “a participação permitida às cooperativas no capital do BNCC havia sido fixada em 46%. Os outros 54% seriam

de responsabilidade do estado, pelo Ministério da Agricultura, que assegurava, assim, o controle financeiro efetivo das cooperativas.” (BURSZTYN, 2008, p. 78)

No universo cultural – e dentro dele, na perspectiva da organização autônoma dos movimentos sociais urbanos – o início dos anos 1930 na Bahia foi marcado por uma curiosa dicotomia: enquanto os clubes carnavalescos das elites não conseguiam se organizar para desfilar no carnaval, aparentemente afetados pelo deslocamento do poder político pós-revolução; notou-se o aparecimento das batucadas, espécie de agremiações carnavalescas populares de nítida influência das matrizes africanas, a ocuparem o espaço real (das ruas) e simbólico (da repercussão na imprensa) do carnaval na Bahia, atribuída por uma maior aceitação das tradições culturais pelo interventor Juracy Magalhães, na Bahia (1930-1936), e por Vargas na cena nacional, conforme nos mostra Ickes (2013, p. 213-214):

A julgar pelas matérias de jornais relacionadas ao carnaval, esta foi a ‘Era das Batucadas’, mas isso não poderia ter sido previsto duas décadas antes. As batucadas carnavalescas, para todos os intentos e propósitos, não existiam em Salvador antes de 1930. Em vez disso, Salvador ostentava inúmeros pequenos blocos e cordões com referências afrocêntricas em seus nomes, que, graças à iniciativa e ao protagonismo das classes trabalhadoras da cidade, proliferaram ao longo da década de 1920 (retomando onde haviam parado antes da proibição de clubes afrocêntricos entre 1905 e 1914). [...] A reação nos jornais foi muito positiva, especialmente entre 1930 e 1934, quando os clubes de elite não conseguiram desfilar. Em 1935, enquanto muito se fazia para o ‘renascimento’ dos grandes clubes e seu desfile oficial, houve também um significativo alarde em relação ao desfile semi-oficial dos pequenos clubes, dos quais havia mais de 40, descritos como ‘grupos musicais, clubes, grupos africanos, cordões e batucadas’.

Como nos demonstra Alcoforado (2003), em tese sobre o desenvolvimento econômico na Bahia, o impulso econômico do final dos anos 1920 ajudou o estado a enfrentar os efeitos da crise internacional de 1929, por meio do seu eixo de sustentação econômica, que foi a produção e exportação do cacau, protagonista por cerca de cinco décadas. Porém, a cacaucultura, amplamente disseminada na região sul da Bahia, que havia se tornado o principal produto de exportação a partir de 1925, não foi capaz de desencadear a implantação de outras atividades econômicas que possibilitassem a diversificação da estrutura produtiva do estado. (ALCOFORADO, 2003) A queda nos preços internacionais do cacau no idos dos

anos 1930 elevou o endividamento dos produtores, que se submetiam à intermediação feita por algumas poucas firmas comerciais da capital e que detinham o monopólio da compra e das relações com o mercado internacional. Os produtores reivindicaram do governo do estado uma intervenção, que veio sob a forma da criação, por decreto, da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada – Instituto do Cacau da Bahia –, doravante ICB, em 1931, conforme relatam Aguiar e Pires (2019). De acordo com Moura (1947), a intervenção estatal visava atenuar os impactos negativos para os produtores e chamar para si o monopólio da compra, primeiro com o Instituto do Cacau em sua forma jurídica de autarquia, para em seguida ser transformada em cooperativa e, depois, retroceder à condição originária de autarquia pública. Ainda de acordo com Moura (1947, p. 17):

Passou, então, ao Instituto, o monopólio do negócio, sendo obrigados os 22.000 plantadores de cacau a entregar-lhe toda a produção, sujeitando-se ao financiamento e às condições por ele estipuladas, o que resultou em insucesso, pois quando resolve o govêrno federal intervir diretamente no mercado, fazendo-o, porém, desastradamente, porque afastava, ao mesmo tempo, as firmas exploradoras que especulavam, e as cooperativas que defendiam os interesses económicos dos produtores.

A instabilidade e insatisfação dos produtores de cacau da região sul da Bahia levaram à criação de cooperativas locais e até mesmo a duas centrais de cooperativas, que segundo o autor chegaram a estabelecer relações diretas com consumidores internacionais, em condições extremamente favoráveis. Mas ao que tudo indica, a pressão econômica dos intermediários privados, que agiam como especuladores, não permitiu que esse modelo avançasse:

Operando apenas num exercício, a Cooperativa Central exportou, no regime de quotas, 94.750 sacos (setembro a março), o que lhe permitiu devolver aos associados um montante de 768.000 cruzeiros, ou sejam mais \$ 8,10 por saco, além da cotação corrente. A produção bahiana de cacau, no mesmo período, foi de 2.200.000 sacos. Se tōda a exportação estivesse a cargo da Central, poderia resultar num retōrno de 17 milhões de cruzeiros aos produtores. (MOURA, 1947, p. 17)

Turbulências relacionadas com a queda do consumo internacional de cacau no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945); com a falta de investimentos

federais em infraestrutura nos anos 1950, em decorrência da opção do governo federal em investir na industrialização no Sudeste do país; e, posteriormente, nos anos 1960, com a queda nos preços derivada do crescimento da produção de cacau na África, caracterizaram o setor e a economia cacauzeira ao longo dessas décadas, oportunizando a criação da Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) em 1957. Não obstante, não há maiores indícios de que, a exemplo do que ocorreu em outras regiões do país com *commodities* agrícolas economicamente relevantes, as cooperativas de produtores de cacau tenham buscado, no cooperativismo de crédito e na autonomização em relação ao estado, uma alternativa para construção de seus próprios caminhos.

Outras culturas, como o sisal e o fumo, também se desenvolveram no período, com vocação exportadora. No caso do sisal, a inserção da cultura a partir dos anos 1930 no semiárido Norte da Bahia, veio a configurar, ao longo das décadas de 1940 e 1950, o que se consagrou como região sisaleira, alçando a Bahia à condição de maior produtora brasileira da fibra do sisal a partir dos anos 1960, dando assim significativa contribuição à balança de exportações do estado. (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015) Um traço comum ao papel econômico desempenhado por essas culturas é a importância do estado como agente indutor, como reforça o estudo colaborativo da Sei-Seplan:

Para tanto, no final da década de 1930, ocorreu um processo de estímulo governamental, baseado numa política de premiações e na implantação de núcleos de cultivo. Ficou estabelecido incentivo para plantadores que cumprissem as recomendações técnicas do governo, surgindo lavouras experimentais para distribuição de mudas nas cidades de Feira de Santana e Alagoinhas. A partir daí, o sisal vivenciou várias fases distintas, que se alternaram em períodos de crescimento e de crise da lavoura [...] Na década seguinte, especificamente em 1940, a Secretaria de Agricultura do estado (Seagri) implantou um núcleo colonial em Nova Soure, iniciando, a partir de então, o plantio oficial do *Agave sisalana* na Bahia. Conforme Santos e Silva (2017), o aprofundamento do cultivo do sisal como atividade de natureza privada produtiva se deu em 1940, com a instalação da primeira usina de beneficiamento e comercialização do produto no semiárido baiano, em Valente, cujas terras pertenciam, à época, ao município de Conceição do Coité. (SEI-SEPLAN, 2019)

O Decreto do Poder Legislativo nº 22.239/1932 teve papel decisivo na estruturação das cooperativas brasileiras, incorporando – se não integralmente, pelo

menos em grande parte – os princípios orientativos do cooperativismo europeu que tomavam como base os de Rochdale, preconizados pela Aliança Cooperativista Internacional, fundada em 1895. Como aspecto central, a admissibilidade de que as cooperativas não eram sociedades de capitais, mas de pessoas. Outro marco foi a regulamentação da criação das chamadas Cooperativas Centrais. (BRASIL, 1932) No que diz respeito às cooperativas de crédito, nota-se significativo avanço na tipificação dessas sociedades em quatro categorias e na atribuição de critérios de permissibilidade para cada um desses tipos. (BRASIL, 1932) Os quatro tipos de cooperativas de crédito singulares admitidas foram:

- **Cooperativas de Crédito Agrícola** (modelo Raiffeisen), que deveriam ter em seu quadro social no mínimo 60% de agricultores;
- **Cooperativas de Crédito Mútuo** (modelo Desjardins), que exigia o vínculo entre os associados (profissão, empresa, ou classe);
- **Cooperativas Populares de Crédito Urbano** (modelo Luzzatti), que permitiam a livre admissão de associados (qualquer ramo ou profissão);
- **Cooperativas de Crédito Profissionais, de Classe ou de Empresas**, que não exigiam vínculo entre os associados, desde que tivessem características comuns entre si. (BRASIL, 1932)

A ausência de capital social, a indivisibilidade dos lucros, a responsabilidade ilimitada e a atuação geograficamente restrita a um município ou distrito rural, para as sociedades cooperativas que seguiam o modelo de Raiffesen, além da restrição dos empréstimos ao fomento da produção rural (o crédito para o consumo era vedado), foram aspectos marcantes para essa tipologia de sociedade de crédito. Já as sociedades cooperativas que seguiam o modelo Luzzatti deveriam observar: capital social dividido em quotas-parte de pequeno valor; responsabilidade limitada ao valor da quota-parte do capital; área de operações circunscrita, tanto quanto possível, ao território do município em que tiver a sua sede, só podendo estabelecer área maior, fora desse território, quando municípios próximos abrangessem zonas economicamente tributárias daquele em que estiver; administração constituída por um conselho de administração.<sup>11</sup>

---

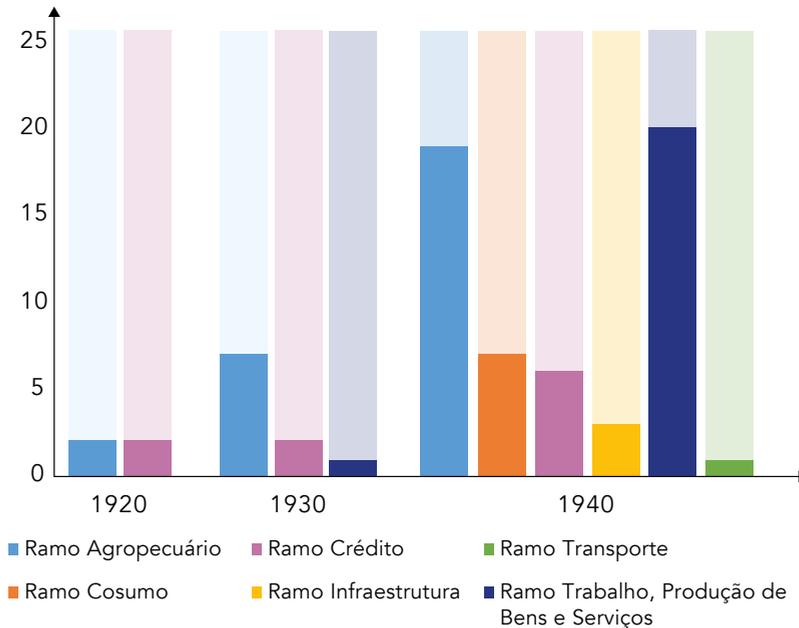
11 Informações disponíveis na própria legislação (BRASIL, 1932) e compiladas e disponibilizadas no site: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/historia-no-brasil/>

Apesar da legislação permitir e incentivar, a partir de 1932, a criação de cooperativas de crédito pelo próprio produtor rural visando financiar sua atividade produtiva (Raifessen), fenômeno que visivelmente se constatou nos estados do Sul do país (MEINEN, 2012), na Bahia esse processo parece ter ocorrido em escala muito menor ou, ainda, de forma tardia. Mais uma vez recorrendo à fotografia dos registros das cooperativas brasileiras no ano de 1943, podemos constatar que das 69 cooperativas baianas com assentamento formal, 30 eram do ramo agropecuário, tendo seus produtos e serviços diversificadas como a produção de leite, gado de corte aves e vegetais (BRASIL, 1943). Outras 10 cooperativas eram de crédito, sendo 8 do tipo Luzzatti, ou seja, cooperativas populares de crédito urbano, que permitiam a livre admissão de associados, de qualquer ramo ou profissão. E apenas duas, supostamente destinadas à atividade rural (tipo Raifessen).

A política de controle estatal sobre as cooperativas, em especial no que diz respeito à legislação que regulamentava a atividade financeira cooperativa, associada a aspectos peculiares da organização do setor agrário na Bahia dos anos 1930 e 1940, parece não ter estimulado a formação de organizações cooperativas do tipo onde o próprio produtor associado provia o seu financiamento (Raifessen), haja vista o crescimento desigual entre os ramos agropecuário e de crédito rural.

Em um esforço interpretativo que permita visualizar esse panorama de cooperativas registradas pelo Ministério da Agricultura em 1943 (portanto, no período pré-Segunda Guerra Mundial), na Bahia, a partir da perspectiva de classificação dos ramos adotada na atualidade pela OCB, é possível indicar a existência de 7 cooperativas baianas relacionadas ao ramo consumo, 3 que seriam incluídas no ramo de infraestrutura e 21 cooperativas ao ramo da produção de bens e serviços. Lembramos que nesta nova classificação, o ramo de produção de bens e serviços agrega os ramos de trabalho, educação, turismo e lazer, mineral, especial e educacional. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2019, p. 5) O destaque parece ser as cooperativas educacionais, conforme se vê na Figura 3.

**Figura 3** – Cooperativas na Bahia de 1924 a 1943, por ramo, de acordo com critério atual da OCB



**Fonte:** Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2020-2021).

A possibilidade de as cooperativas acessarem à compensação de cheques e outros papéis, integrando-se de fato ao sistema financeiro nacional, a partir da criação do BNCC em 1951, se constituiu em estímulo à proliferação de cooperativas de crédito do tipo Luzzatti, em uma época de acesso a bens industriais e intensificação do consumo:

Entre as décadas de 30 e meados da década de 50, calcula-se que foram criadas cerca de 1.200 cooperativas do modelo Luzzatti e alcançaram um bom estágio de desenvolvimento. Seu único grande pecado foi não ter buscado a verticalização e não ter criado um antídoto para uns poucos aventureiros que, particularmente nos grandes centros, buscaram tirar proveito em benefício próprio. (HECKLER, 2021, p. 1)

Conforme já lembrado por Bursztyn (2008) e reforçado por Velloso (2016), a possibilidade de as cooperativas de crédito – bem como, as dos demais ramos – se constituírem em formas de autonomização da sociedade civil, sobretudo em

um contexto de fortes tensões agrárias como a que se via no Nordeste dos anos 1950 entre latifundiários e trabalhadores rurais, refletiu-se na suspensão, no ano de 1962, de toda e qualquer concessão de licenças para abertura de novas cooperativas de crédito ou de seções de crédito, iniciativa tomada pelo gabinete parlamentarista brasileiro. (BRASIL, 1962) Essa suspensão, que conforme estabelece o decreto deveria ser temporária, perdurou por quase 20 anos. (HECKLER, 2021) Com o advento de mais um rompimento da ordem institucional, por meio do golpe militar de 1964, uma série de medidas restritivas impuseram fortes limites ao cooperativismo, como um todo, mas especificamente ao cooperativismo de crédito, que passou à jurisdição do Banco Central do Brasil pela Lei nº 4.595/1964.

**Tabela 8** – Cooperativas na Bahia (1930 a 1969) por ramo do cooperativismo (critério 2019)

Ramos	1930	1940	1950	1960	Total
Ramo agropecuário	7	19		6	32
Ramo consumo		7			7
Ramo crédito	2	7	1	3	13
Ramo infraestrutura		3			3
Ramo trabalho, produção de bens e serviços	1	20	4	7	32
Ramo transporte		1	1		2
<b>Total geral</b>	<b>10</b>	<b>57</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>89</b>

**Fonte:** Elaborada a partir da base de dados da pesquisa (2020-2021).

Ainda assim, parece haver consenso entre economistas e outros estudiosos de que a Bahia enfrentou, no período de 1930 a 1950, um descompasso entre a sua vocação agroexportadora e a política industrial brasileira, denominado comumente de “enigma baiano”, sem conseguir acompanhar o ritmo nacional de crescimento e industrialização:

O fato é que o período de estagnação perdurou até a metade do século XX, e a expressão ‘enigma baiano’ terminou se consagrando, sendo sistematicamente empregada para descrever o comportamento da economia do

estado que antecedeu os movimentos de industrialização. Como resultado, a atividade industrial da Bahia chegou à metade do século XX dominada ainda pelos segmentos de produtos alimentares, minerais não metálicos (que juntos representavam 71% do número de estabelecimentos e 48% do pessoal empregado), têxtil e fumo. (CAVALCANTE, 2003, p. 75)

Somente a partir dos anos 1950, com ênfase na década seguinte, se notam primeiros reflexos da criação da Petrobras (1954) e da entrada em operação da refinaria de petróleo Landulpho Alves, em Mataripe (1956), decorrentes da intervenção estatal e do espírito desenvolvimentista, projetando a proliferação gradativa de cadeias industriais nas cidades do entorno da capital Salvador, o que viria, ao longo das décadas seguintes, ampliar a importância relativa da indústria na economia do estado. (CAVALCANTE, 2008) Não obstante, até meados da década de 1960 a economia da Bahia ainda dependia da riqueza gerada pela produção de *commodities* de base agrícola, como cacau, sisal, fumo e algodão, oriundos do interior e voltados para a exportação. (ALCOFORADO, 2003) E era justamente a força do setor agropecuário a principal alavanca do processo de organização do setor cooperativista, do ponto de vista de sua representação política e institucional, no Brasil e na Bahia.

Em 1956, o movimento político das cooperativas articuladas nacionalmente por meio de lideranças estaduais deu origem à União Nacional das Associações de Cooperativas (Unasco), grande responsável por aglutinar uma elite de lideranças de cooperativas ditas empresariais e estabelecer relações com o estado. (COSTA; STÖBERL, 2016) Em 1965, surge como resultante de dissidência da Unasco a Aliança Brasileira das Cooperativas (ABCOOP), a quem estava ligada a Aliança das Cooperativas do Estado da Bahia (ACB).

Juntas, Unasco e ABCOOP protagonizaram, ao longo dos anos 1960, a efervescência do movimento cooperativista em âmbito nacional; a realização dos congressos brasileiros do cooperativismo, como espaço de integração e debate sobre ideias, projetos e legislação; e a concertação que levou à fundação da OCB, em 1969 (por ocasião do quarto congresso brasileiro do cooperativismo), com a participação efetiva de importantes lideranças cooperativistas baianas, dentre elas Francisco dos Santos Sena e Epaminondas Dourado, eleitos, respectivamente, 5<sup>o</sup> vice-presidente e conselheiro fiscal, na primeira gestão da OCB. (SILVA, 2006)

De acordo com vários estudiosos, a criação de uma entidade de representação única, que centralizasse a interlocução política e institucional do movimento cooperativista brasileiro, foi uma explícita imposição do governo federal, a quem coube não só convocar e dirigir o quarto congresso brasileiro de cooperativismo, na pessoa do então ministro da agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, mas sobretudo pela caracterização textual do papel da OCB como agente de colaboração do estado brasileiro, àquela altura sob o regime ditatorial militar. O que, uma vez atendido, viabilizou a tessitura e aprovação da mais completa, detalhada e sistematizada legislação do cooperativismo brasileiro até então: a Lei nº 5.764, que veio a ser promulgada em 1971.

Como resultado da iniciativa do Estado, através do Ministério da Agricultura, no dia 2 de dezembro de 1969, quinto ano do regime militar, foi realizado o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, tendo como pauta a unificação do sistema e a fundação de uma entidade única de representação das cooperativas. Ao final do evento, estava criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e extintas a ABCOOP e a Unasco. (SERRA, 2013, p. 1)

A partir da integração entre os registros do Ministério da Agricultura (1943) e as bases de dados de registros de cooperativas disponibilizadas pelo Conselho Estadual do Cooperativismo (2012), pela Oceb (2020) e pela Unicafes (2021), foi possível identificar a constituição de 89 cooperativas na Bahia, entre 1930 e 1970. Juntas, elas representavam 2,7% do total de 3.286 cooperativas levantadas na pesquisa, o que se constitui em um indicador da baixa longevidade dos empreendimentos cooperativos no estado.

**Tabela 9** – Constituição de cooperativas na Bahia (1930-1969)

Décadas	Cooperativas criadas
1930	10
1940	57
1950	6
1960	16
<b>Total geral</b>	<b>89</b>

**Fonte:** Elaborada a partir da base de dados da pesquisa (2020-2021).

A proliferação de cooperativas na Bahia em ambientes urbanos a partir dos anos 1940, sem o mesmo impulso correspondente na área rural, pode ser demonstrada pela análise dos registros de cooperativas década a década, por região administrativa, conforme Tabela 10.

**Tabela 10** – Cooperativas registradas na Bahia, por região (1930-1969)

Regiões administrativas	1930	1940	1950	1960	Total
Metropolitana de Salvador	3	25	5	2	35
Centro-sul baiano	2	12	1	7	22
Centro-norte baiano	1	11		2	14
Sul baiano	4	4		2	10
Nordeste baiano		5		1	6
Extremo oeste				1	1
Não identificada				1	1
<b>Total geral</b>	<b>10</b>	<b>57</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>89</b>

**Fonte:** Elaborada a partir da base de dados da pesquisa (2020-2021).

Para efeito do aprofundamento futuro de análises que relacionem o surgimento de cooperativas nesse período com o desenvolvimento econômico e social na Bahia, a partir do critério de regionalização denominado Territórios de Identidade, é possível distribuir as cooperativas conforme Tabela 11.

**Tabela 11** – Cooperativas na Bahia por Território de Identidade (1930 a 1969)

Território de identidade	1930	1940	1950	1960	Total
Metropolitano de Salvador	3	18	5	2	28
Litoral sul	4	4		1	9
Recôncavo		7			7
Sudoeste baiano		4		2	6
Vale do Jiquiriçá		5		1	6
Portal do Sertão	1	3		1	5

Continua

**Tabela 11** – Continuação.

Território de identidade	1930	1940	1950	1960	Total
Sertão produtivo	2	1	1	1	5
Sisal		4			4
Piemonte do Paraguaçu		4			4
Litoral norte e Agreste baiano		2		1	3
Piemonte Norte do Itapicuru		1		1	2
Médio sudoeste da Bahia				2	2
Chapada Diamantina		1		1	2
Piemonte da Diamantina		2			2
Sem endereço				1	1
Extremo sul				1	1
Médio Rio de Contas		1			1
Bacia do Rio Grande				1	1
<b>Total geral</b>	<b>10</b>	<b>57</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>89</b>

**Fonte:** Elaborada a partir da base de dados da pesquisa (2020-2021).



## O COOPERATIVISMO CONTEMPORÂNEO

O contexto sociopolítico e econômico dos primeiros anos da ditadura militar no Brasil, marcado por forte repressão estatal aos movimentos sociais e associativos e aliado a um modelo econômico baseado na substituição de importações, nos incentivos à industrialização concentrados no Sul e Sudeste do país e na manutenção da estrutura agrária concentradora de terra (VELLOSO, 2016), foi determinante para a forma como se deu o desenvolvimento do cooperativismo na Bahia, a partir dos anos 1970, período em que podemos convencionar chamar de cooperativismo contemporâneo. Em outras palavras, o que se nota é que um dos mecanismos perpetrados pelo regime para coibir focos de resistência relacionados aos conflitos agrários, foi o empreendimento de políticas públicas direcionadas ao incentivo de produtores rurais não identificados com a oposição política ao governo militar, em especial aqueles organizados em cooperativas, por intermédio do BNCC, conforme nos mostra Bursztyn (2008) ao analisar a forma como o regime militar enxergava as cooperativas:

[...] as cooperativas representam um mecanismo eficaz para ‘evitar o choque frontal’. O imperativo de uma reforma agrária, que foi uma das causas dos conflitos sociais do início da década de 1960 – os quais, por sua vez, reforçaram as ideias golpistas que triunfaram em 1964 – determinou a aprovação do Estatuto da Terra, em 30.11.1964. Esta Lei, que tinha o objetivo de frear o processo que poderia ter levado a uma radicalização da luta de classes no campo, se apoiava, dentre outros instrumentos, na criação de um sistema cooperativista regido pelo estado. (BURSZTYN, 2008, p. 92)

Nesse ambiente, a década de 1960 se encerrou, na Bahia, com claros indícios de mobilização e fortalecimento de cooperativas do setor agropecuário, como forma de usufruir dos incentivos estatais e do momento propício

ao crescimento de sua participação na atividade econômica do estado. Como já dito antes, esse movimento de cooperativas baianas se evidenciava pela existência da ACB, e sua participação nas articulações nacionais que redundaram na ABCOOP e, posteriormente, na fundação da OCB, sob os auspícios do governo militar, conforme nos informa Ricken e Stöberl (2014). Localmente, essas cooperativas protagonizaram a transformação da ACB na Oceb, fundada oficialmente em 1970, por iniciativa de lideranças representativas das mais diversas regiões da Bahia, conforme apresentamos no Quadro 4:

#### **Quadro 4 – Cooperativas fundadoras da Oceb**

Coop. Mista Agropecuária de Vitória da Conquista
Coop. Agrícola de Ubaíra
Coop. Agrícola Mista de Entre Rios
Coop. Mista Agropecuária Conquistense
Coop. Mista de Itapema
Coop. Agrícola Mista do Médio São Francisco
Coop. Mista de Saúde
Coop. Agrícola Mista de Cícero Dantas
Coop. Agrícola Mista de Livramento de Nossa Senhora
Coop. de Mundo Novo
Coop. Central Agrícola Sul Bahia
Coop. de Euclides da Cunha
Coop. de Conceição da Feira
Coop. Mista de Serrinha
Coop. de Catú
Coop. de Jacobina

**Fonte:** Base de dados OCEB.

Movida pela força do setor agropecuário, a fundação da Oceb foi um grande divisor de águas, na medida em que suas pretensões incluíam reunir e agregar cooperativas de outros ramos como o das cooperativas de trabalho e de crédito, este último em processo de reorganização (a previsão legal para isso estava sendo preparada na Lei nº 5.764/1971, já em processo de gestação, com a participação de lideranças cooperativistas) e robustecer a representação de um segmento que iniciava os anos 1970 com o benefício de uma legislação específica – a Lei nº 5.764/1971 – que viria a obrigar o registro de todas as cooperativas na entidade e também estabelecer um marco legal inédito para o cooperativismo brasileiro, contendo em si a promessa de uma série de avanços.

A Oceb teve como seu primeiro presidente Epaminondas Piauhy Dourado (Cooperativa de Jacobina), e como demais diretores: Ubirajara Andrade Fernandes, Plínio Candido Carneiro, José Elias Ferreira, Amélio Batista Filho. (OCEB, 1970) A hegemonia do agro no comando da Oceb permaneceu ao longo de toda a década de 1970, com Ubirajara Andrade Fernandes, da Coopmac, de Vitória da Conquista, sucedendo Dourado; e na sequência, José Maria de Vasconcelos e José Maria da Costa Vargens, ambos da Coopercacau, de Itabuna.

Com a entrada em vigor da Lei nº 5.764/1971, criava-se oficialmente o Sistema Cooperativista Brasileiro, representado pela entidade única de representação do setor no país, a OCB, com suas representações estaduais, dentre as quais a Oceb, que uma vez institucionalizada, além de absorver o registro das cooperativas no estado da Bahia, se incumbira de sua representação político-institucional.

#### **Quadro 5** – Cooperativas registradas na Oceb na década de 1970

<b>Sigla</b>	<b>Nome da cooperativa</b>	<b>Município</b>	<b>Data de constituição</b>	<b>Ramo de atividade</b>
Coopag	Cooperativa agropecuária de Guanambi resp. Ltda.	Guanambi	10/01/1972	Consumo
Coopirecê	Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê Ltda.	Irecê	27/04/1970	Agropecuário
Sicoob Cooperbom	Cooperativa de crédito dos funcionários do grupo Walmart Ltda.	Salvador	01/12/1977	Crédito
Coofal	Cooperativa de crédito mútuo dos funcionários da Novelis Aratu	Candeias	17/05/1973	Produção de bens e serviços
Coopea	Cooperativa dos estudantes de agronomia da UFBA resp. Ltda.	Cruz das Almas	14/06/1976	Não identificado
Coometas	Cooperativa Metropolitana de Táxis esp. de Salvador resp. Ltda.	Salvador	03/09/1979	Transporte
Comtas	Cooperativa Mista de Motoristas Autônomos de Salvador	Salvador	30/08/1977	Transporte
Coopessulba	Cooperativa Mista dos Pescadores do Sul da Bahia resp. Ltda.	Porto seguro	02/05/1976	Agropecuário

Continua

**Quadro 5** – Continuação.

Sigla	Nome da cooperativa	Município	Data de constituição	Ramo de atividade
Coop. Escolar Alice Brasileiro		Salvador	06/12/1976	Produção de bens e serviços
Cira	Coop. Integral de Reforma Agrária Serra do Ramalho Ltda.	Bom Jesus da Lapa	não identificada	Agropecuário
Comesf	Coop. Mista Agrícola dos Prod. de Irrigação do Médio São Francisco Ltda.	Barreiras	14/08/1976	Agropecuário

**Fonte:** Base de dados OCEB.

## Indústria, agroindústria e cooperativismo: economia da Bahia em transformação

O período entre 1970 e 1980 foi cenário de profundas transformações na composição da estrutura econômica da Bahia. Além da alta inflacionária e das consequências econômicas da crise internacional do petróleo, a instabilidade que marcou a economia do cacau – outrora principal produto de exportação do estado – e de outras culturas como a do sisal, fumo e algodão; em contraposição ao impulso industrializante da criação do Centro Industrial de Aratu (1972) e, posteriormente, do Polo Petroquímico de Camaçari (1978), deram novos contornos à Região Metropolitana de Salvador, instituída formalmente em 1973, estabelecendo um novo eixo de desenvolvimento para a Bahia. (CAVALCANTE, 2008; PESSOTI, 2020) Essas transformações, associadas às novas possibilidades decorrentes da Lei nº 5.764/1971, deram lugar à constituição de novos empreendimentos cooperativos de perfis diversificados, como os de trabalho, transporte e, principalmente, as cooperativas habitacionais,<sup>12</sup> que proliferaram em decorrência de políticas públicas de habitação, como a que instituiu o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado em 1964, viabilizando moradias

<sup>12</sup> As cooperativas habitacionais cumpriram papel de destaque como mecanismo de acesso à moradia no Brasil dos anos 1960, 1970 e 1980, sobretudo por parte das camadas menos assistidas

populares em toda a capital baiana, mas também nas principais cidades do interior. (ABECIP, 2021; MENDONÇA, 1989)

A partir da Tabela 8, formulada de acordo com a nova classificação da OCB (2019), é possível fazer algumas inferências sobre a evolução quantitativa das cooperativas entre as décadas de 1970 e 2010. Pode-se perceber que o ramo Produção de bens e serviços, onde se encontram as cooperativas de trabalho; o ramo transporte e o ramo habitacional, este último dentro do ramo infraestrutura, tiveram números expressivos de cooperativas constituídas, notadamente entre a década de 1990 e os anos 2000.

**Tabela 8** – Cooperativas criadas na Bahia, por ramo de atividade (critério 2019)<sup>13</sup> a partir de 1970

	1970	1980	1990	2000	2010	Total	%
Ramo trabalho, produção de bens e serviços	8	16	265	561	133	983	46,4%
Ramo agropecuário	14	27	97	190	44	372	17,6%
Ramo transporte	2	12	61	171	72	318	15%
Ramo saúde		14	61	66	57	198	9,3%
Ramo crédito	3	13	75	62	13	166	7,8%
Ramo infraestrutura	11	5	17	16	10	59	2,8%
Ramo consumo	1	6	6	4		17	0,8%
Não identificado	1			3	2	6	0,3%
<b>Total geral</b>	<b>40</b>	<b>93</b>	<b>582</b>	<b>1.073</b>	<b>331</b>	<b>2.119</b>	

**Fonte:** Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2020-2021).

O surgimento de alguns projetos agroindustriais de grande porte envolvendo cooperativas, na Bahia dos anos 1980, teve como característica

da população. Para aprofundamentos, recomenda-se ver Vieira e demais autores (2003).

13 De acordo com a OCB (2019), o ramo das cooperativas habitacionais passou a fazer parte do da Infraestrutura na nova classificação. Já o ramo Trabalho, passou a compor o ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, que acaba por se tornar bastante diversificado, pois engloba também os antigos ramos Mineral, Produção e Especial, bem como parte dos ramos Educacional e Turismo e Lazer. O ramo Transporte não sofreu alterações.

a participação de produtores rurais com alguma capacidade de diversificação das suas atividades originais (da agricultura para a pecuária, por exemplo) e que dispunham de mais facilidade de acesso ao crédito estatal. Há, também, elementos que possam sugerir certa influência de um modelo de expansão cooperativista que se verificava nitidamente no Sul e Sudeste do Brasil, onde as cooperativas despontavam como protagonistas do crescimento do setor agropecuário brasileiro, com ganhos de escala significativos e papel destacado no abastecimento nacional e mesmo nas exportações. A Cooperativa Central de Leite da Bahia (CCLB), fundada em Ipirá em 1984 e abrangendo produtores de vários municípios da região; e a Coopercacau, reunindo produtores da região de Ilhéus e Itabuna, são alguns exemplos.

De acordo com Bursztyn (2008), ao analisar o cooperativismo do setor agro no Brasil, com a possibilidade desses empreendimentos transacionarem com terceiros e de se associarem a empresas não cooperativas, assegurada pela Lei nº 5.764/1971, nota-se uma propensão à formação de grandes grupos monopolistas de base cooperativa, envolvendo produtores de grande, médio e pequeno porte, ainda que essa relação entre eles fosse potencialmente desigual. Essa questão parece ocupar lugar central na compreensão do surgimento e desenvolvimento de cooperativas agrícolas na Bahia, sejam elas aglutinadoras de latifúndios ou minifúndios. Segundo o autor:

Num país em que mais da metade dos produtores agrícolas não são proprietários, 80% dos associados de cooperativas o são. Ou seja: os benefícios concedidos pelo estado por via das cooperativas tendem a segregar os não-proprietários, isto considerando a hierarquização dos beneficiários já descrita na seção precedente. O princípio teórico da livre adesão parece estar comprometido, limitado por condicionantes do tipo submissão dos camponeses sem terra ao latifúndio, repetindo-se os mesmos mecanismos – descritos no capítulo anterior – que os impedem de participar do sistema institucional de crédito. (BURSZTYN, 2008, p. 83)

De fato, o que se viu no processo da constituição de um polo agrícola na região do oeste da Bahia e, conseqüentemente, no surgimento e fortalecimento

de cooperativas como eixo dessa atividade, com repercussões na economia de todo o estado da Bahia, remete a três elementos centrais e articulados entre si: o papel do estado como indutor da atividade agrícola de larga escala; o processo migratório que marcou o povoamento da região; e o modelo fundiário, marcado por acumulação, especulação e conflitos. Brandão (2010), em articulação com o pensamento de José Alexandre Diniz, descreve com clareza esse modelo:

Para Diniz, o quadro que se desenhava com o surgimento de uma nova estrutura fundiária no início da década de 1980 era bastante conflituoso e resultava da atuação de três agentes de transformação, quais sejam: os agricultores individuais capitalizados, os agentes econômicos e o Estado. Para o autor, “estas três forças produzem choques profundos em toda a área em que penetram. Conflitos diretos são gerados quando ‘gaúchos’, ‘paranaenses’ e empresas cercam áreas imensas dos Gerais e criam atritos com posseiros e agregados”. E segue afirmando: Mas os conflitos não são apenas aqueles criados com violência física, mortes, incêndios e destruição; o conceito precisa ser ampliado para englobar as desapropriações injustas, a compra de pequenas propriedades e de benfeitorias por preços ínfimos, que desestruturam o camponês e sujeitam-no ao assalariamento, à miséria, à fome e ao subemprego. (DINIZ, 1983, p. 133 apud BRANDÃO, 2010, p. 43)

O papel dos governos federal e estadual no desenvolvimento do polo agrícola do Oeste fica evidente pelos inúmeros programas e ações de incentivo ao que se convencionou chamar de colonização; pelo custeio de pesquisas; pelo financiamento para aquisição da terra; pelo investimento em infraestrutura. De acordo com Brandão (2010, p. 46):

o governo da Bahia protagonizou o lançamento do ‘Programa de Ocupação Econômica do Oeste, um projeto de dotação de infraestrutura que integrava o Plano de Diretrizes e Metas do Governo do Estado’, enquanto se dava a atuação concomitante da CODEVASF, importante na criação de projeto de colonização e irrigação em Barreiras e São Desidério, do PRODECER II, graças ao financiamento de agricultores e da EMBRAPA, pelas pesquisas voltadas ao aproveitamento agrícola do cerrado baiano. Estas iniciativas foram fundamentais na transformação

de espaços antes não aproveitados em localizações estratégicas para a agricultura modernizada de exportação, atraindo populações de investidores individuais e grupos empresariais de Salvador, Nordeste e Centro-Sul do país. (BRANDÃO, 2010, p. 46)

O regime militar, interessado em criar novas fronteiras de assentamento em regiões de baixa atividade econômica, como por exemplo a região do Cerrado, além de financiar a aquisição de terra para grandes produtores e investidores em condições muito favoráveis, realizou experiências como a cessão de terras em Barreiras para a Cooperativa Cotia, de São Paulo, para que ali implantasse sua Estação Experimental Agrícola nas proximidades de Mimoso do Oeste, onde foram plantadas as primeiras mudas do grão de soja, o que foi um passo importante para a disseminação daquela cultura no oeste da Bahia. (BRANDÃO, 2010; MAEBUCHI, 2017)

A partir de toda essa experiência, que ganhou fôlego na segunda metade da década de 1980, foram surgindo cooperativas agrícolas em toda a região do oeste, ligadas às culturas da soja, do milho, do café, do algodão, dentre outras, em perfil distinto do que se via no restante do estado da Bahia, caracterizadas pela pujança, forte investimento em pesquisa e tecnologia e produção em larga escala.

A título de ilustração do cenário descrito anteriormente, apresentamos nas tabelas 9 e 10 o quantitativo de cooperativas criadas na região do extremo oeste do estado da Bahia entre 1970 e 2010. Num primeiro olhar superficial, pode-se pensar que o número de cooperativas não é expressivo, mas nota-se que ele mais do que dobra no decorrer dos anos 1980 e 1990 na região. No segundo quadro, é notória a expressividade dos ramos Agrícola, de Produção de bens e serviços e de Transporte.

**Tabela 9** – Cooperativas criadas na região Extremo Oeste Baiano por TI

Territórios de Identidade (TI)	1970	1980	1990	2000	2010	Total
Bacia do Rio Grande	1	7	14	45	19	86
Bacia do Rio Corrente	1		6	13	2	22
<b>Total Geral</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>58</b>	<b>21</b>	<b>108</b>

**Fonte:** Elaborada a partir da base de dados da pesquisa (2020-2021).

**Tabela 10** – Cooperativas criadas na região do Extremo Oeste baiano, por ramo de atividade (critério 2019)

	1970	1980	1990	2000	2010	Total
Bacia do Rio Grande	1	7	14	45	19	86
Ramo agropecuário	1	2	7	20	7	37
Ramo trabalho, produção de bens e serviços		2	4	18	3	27
Ramo transporte				6	6	12
Ramo crédito		3	1	1	2	7
Ramo saúde			1			1
Ramo consumo			1			1
Ramo infraestrutura					1	1
Bacia do Rio Corrente	1		6	13	2	22
Ramo agropecuário	1		4	8	1	14
Ramo trabalho, produção de bens e serviços			1	2	1	4
Ramo crédito			1	2		3
Ramo transporte				1		1
<b>Total geral</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>58</b>	<b>21</b>	<b>108</b>

**Fonte:** Elaborada a partir da base de dados da pesquisa (2020-2021).

Com o país vivendo o que ficou conhecido como década perdida – anos 1980 –, marcada pela economia estagnada, hiperinflação, dívida externa elevada, serviços públicos em colapso, taxas de desemprego recordes e sucessivos planos econômicos malsucedidos, era gigantesca a pressão da sociedade civil pela redemocratização e por alternativas que reestabelecessem as condições mínimas de dignidade às pessoas, sobretudo às de classe média e economicamente menos favorecidas. Nesse contexto, observou-se na Bahia, já na primeira metade dos anos 1980, um certo crescimento do número e tipologias de empreendimentos cooperativos que se

configurassem como alternativa para o trabalho digno e para a oferta de soluções de serviço mais acessíveis à população. Um bom exemplo foi o surgimento e crescimento das cooperativas de trabalho médico nesse período.

### Quadro 6 – Cooperativas de saúde na Bahia – Base Oceb

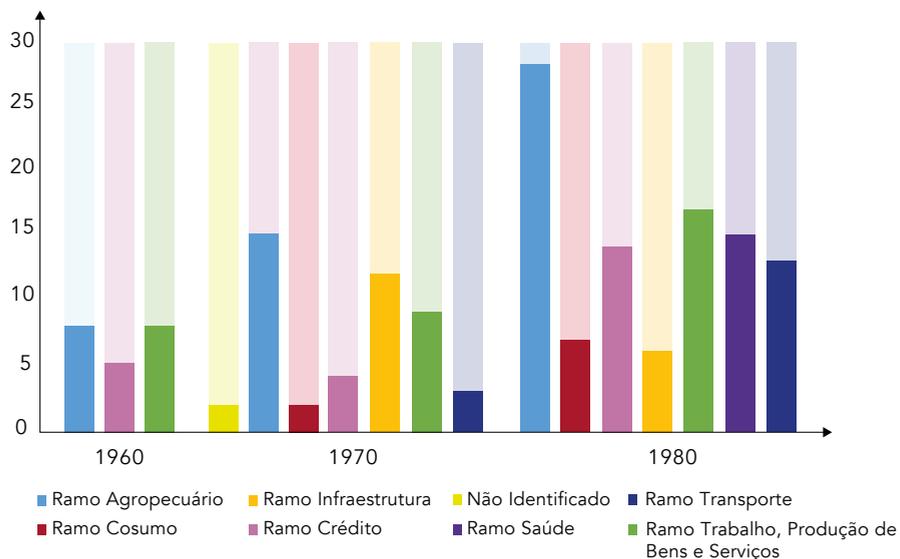
Nome	Fundação
Cooperativa de Trabalho Médico - Unimed de Salvador	28/04/1982
Unimed Itabuna Cooperativa de Trabalho Médico	18/05/1983
Unimed de Jequié Cooperativa de Trabalho Médico	23/10/1984
Federação das Cooperativas Médicas - Unimed do estado da Bahia	24/04/1985
Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas da Bahia - Coopanest – BA	02/07/1985
Unimed do Sudoeste Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	24/05/1989
Coopermed Cooperativa de Trabalho Médico - Coopermed	20/12/1990
Cooperativa do Grupo Particular de Anestesia - GPA	26/10/1992
Cooperativa de Trabalho dos Fisioterapeutas da Bahia - Unifisio	07/12/1994

**Fonte:** Base de dados OCEB.

Na Figura 4 é possível notar a importância dos anos 1980 em termos de constituição de novos empreendimentos cooperativos também em outros ramos do cooperativismo, quando comparamos com as duas décadas anteriores.

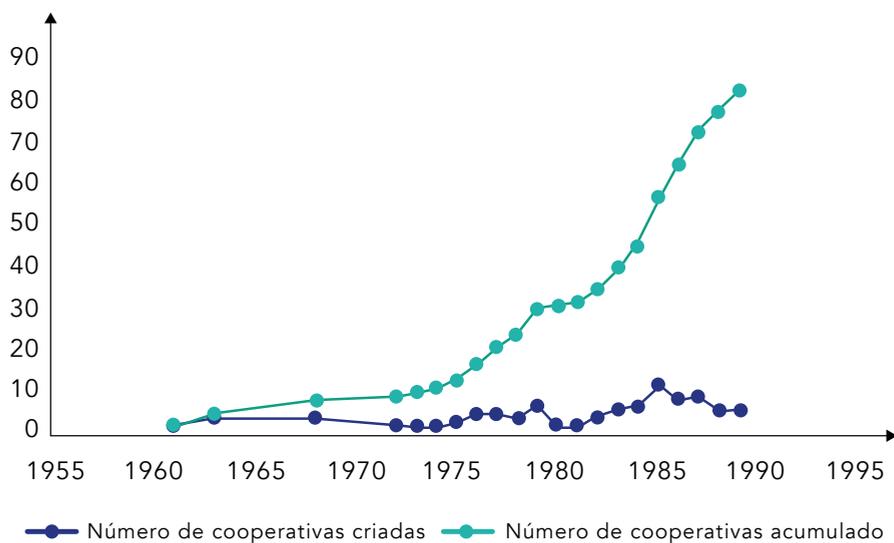
Da mesma forma, quando observamos a tendência do número de cooperativas registradas no mesmo período (1960 a 1980), mas desconsiderando as cooperativas de crédito e agrícolas, pois elas já vinham sendo estimuladas anteriormente, percebemos que a “década perdida” foi importante para que o cooperativismo baiano encontrasse novas oportunidades, se diversificando e se estabelecendo definitivamente na economia do estado.

**Figura 4** – Número de cooperativas registradas na Bahia nos anos 1960, 1970 e 1980



**Fonte:** Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2020-2021).

**Figura 5** – Tendência do número de cooperativas registradas na Bahia nos anos 1960, 1970 e 1980 (exceto ramos crédito e agropecuário)



**Fonte:** Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2020-2021).

## Constituição de 1988 e os impactos no cooperativismo

No conjunto de seus méritos por restabelecer a liberdade e a democracia e promover a equidade e a justiça social como valores amplos e universais, a Constituição Federal de 1988 representou um nítido esforço de superação do longo período histórico em que o país conviveu com regimes ditatoriais e grande instabilidade político-institucional, inclusive para o cooperativismo. A partir da Constituição de 1988, uma série de avanços ampliou a liberdade para o cooperativismo brasileiro, reconhecendo e incluindo nominalmente as cooperativas no espectro das atividades do sistema financeiro, do setor agrícola, da infraestrutura, do meio ambiente, da educação, da saúde. Como exemplo maior, o artigo 5º, que corrige a Lei nº 5.764/1971 nas partes em que condicionava o funcionamento das sociedades cooperativas à autorização do Estado; ou estabelecia uma relação punitiva para com as cooperativas; ou ainda de obrigações compulsórias de se associar, permanecer associado ou se dissociar.

Linhas auxiliares da atividade agrícola (chamadas então de seções de crédito), as cooperativas de crédito rural do sul da Bahia cumpriram papel relevante junto aos produtores da região no enfrentamento dos altos e baixos da produção e comercialização do cacau, vividos desde o final dos anos 1970. Com a iminência da promulgação da Constituição, que garantia a livre associação entre as próprias cooperativas em segundo e terceiro grau, deflagrou-se a arquitetura de uma inédita central de cooperativas no estado:

Em meio a tantas mudanças, eis que surge, no ano de 1988, a Cooperativa Central de Crédito Rural da Bahia. Nascida em Ilhéus, sul do estado, a Central Rural era fruto da associação das cooperativas de créditos locais que visavam ao fortalecimento econômico-financeiro de suas atividades. Em 29 de junho de 1988, uma reunião preliminar instiga o desejo pela união entre cooperativas de crédito singulares. Tratava-se, além da organização financeira, do fomento à produção e produtividade rural e do estímulo à formação educacional para os possíveis associados. (SICOOB CENTRAL BA, 2013, p. 19)

A iniciativa estabeleceu um marco para o cooperativismo baiano. Tomaram parte na criação da Central Rural cinco cooperativas de crédito e uma de produção, a saber: Cooperativa de Crédito Rural de Ilhéus Ltda.;

Cooperativa de Crédito Rural de Ipiaú Ltda. (Credip); Cooperativa de Crédito Rural de Coaraci Ltda. (Credipac); Cooperativa de Crédito Rural de Itabuna Ltda. (Credicofaba); Cooperativa de Crédito Rural de Camacã; Coopercaçua Central. (SICOOB CENTRAL BA, 2013) Fernando Rios Nascimento, importante liderança da região, foi o primeiro presidente da Central.

Movida pelo imperativo de organizar o setor, ampliar a base de cooperativas associadas e fortalecer as relações políticas e institucionais, a Central Rural promove, em 1995, sua mudança de sede para Salvador, adota o nome CREDIBAHIA e dá um salto importante não só para si, mas para o futuro do cooperativismo financeiro no estado:

No dia 26 de julho de 1995, o Conselho de Administração se reúne na sede provisória da CREDIBAHIA, em Itabuna/BA, ficando estabelecido o entendimento sobre o que representa o cooperativismo de crédito. Neste sentido, os associados buscam apoio político para a aprovação do projeto de lei sobre o cooperativismo de crédito e o Sistema Financeiro Nacional, respaldados na Constituição Federal. (SICOOB CENTRAL BA, 2013, p. 23)

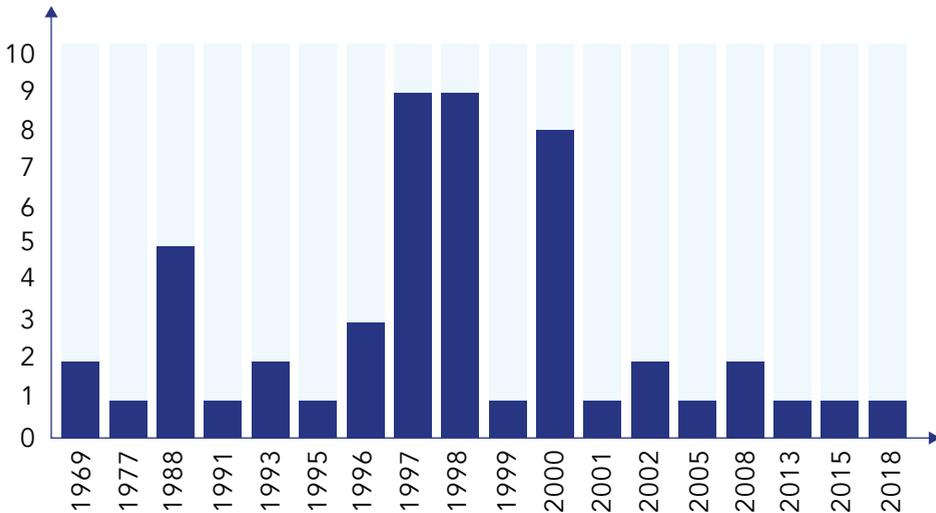
Àquela altura, dirigentes da CREDIBAHIA já participavam de reuniões do Comitê Especializado de Crédito da OCB, tomando parte nos debates sobre a necessidade de criação dos bancos cooperativos e os caminhos políticos para tornar esse projeto uma realidade. Para fazer frente a tudo isso, a CREDIBAHIA contratou um jovem gestor cooperativista que atuava no Mato Grosso – o catarinense Cergio Tecchio – que assumiu a gestão executiva da Central em dezembro de 1995 e conduziu a transferência da sede para Salvador em janeiro de 1996.<sup>14</sup> A CREDIBAHIA se instalou em salas alugadas no prédio da Oceb, no bairro de Nazaré. Estavam em curso simultâneo na CREDIBAHIA quatro importantes missões: a modernização administrativa da Central; o enquadramento e alinhamento das cooperativas associadas dentro das boas práticas do sistema financeiro e visando a padronização estatutária e de processos; a ampliação da base associativa, com a atração de outras cooperativas de crédito; e o

---

14 Cergio Tecchio recebeu título de Cidadão Baiano em 11 de maio de 1988, concedido pela Assembleia Legislativa da Bahia, em reconhecimento pelos serviços prestados ao cooperativismo na Bahia.

fortalecimento da representação política e institucional do ramo crédito. (SICOOB CENTRAL BA, 2013) A Figura 6 oferece uma visão geral do fluxo de surgimento das cooperativas de crédito no estado, de onde se pode destacar os 10 anos que se seguiram à Constituição de 1988 e, ato contínuo, inferir relação com os incentivos governamentais, com o papel da Oceb e com o protagonismo de importantes lideranças daquele ramo.

**Figura 6** – Surgimento de Cooperativas de Crédito - Base Oceb



**Fonte:** Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2020-2021)

Em 31 de agosto de 1995, por meio da Resolução nº 2.193 do Conselho Monetário Nacional, que passa a admitir a constituição de bancos comerciais por parte das cooperativas de crédito, uma demanda e uma bandeira do setor em todo o país (desde a extinção do BNCC pelo governo Collor, em 1990, as cooperativas tinham que contratar e pagar altos valores ao Banco do Brasil e outras instituições, para que executassem a compensação de seus cheques e outras transações).<sup>15</sup> Em 1996, representantes da CREDIBAHIA,

<sup>15</sup> A OCB já havia elaborado um projeto e pleiteado junto ao Banco Central do Brasil a criação do seu banco cooperativo, em 1991. Mas ele foi recusado, em virtude de não haver previsão legal. Iniciavam-se, ali, as tratativas políticas para a conquista da autorização formal, que só veio em 1995. Para maiores detalhamentos, ver Vale (2017).

participaram ativamente das discussões para a criação do Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), cujo pedido foi entregue ao Banco Central em 1996, com o apoio do deputado federal Coriolano Sales. O Bancoob começou a operar em 1997, tendo seu capital formado por onze centrais, dentre as quais a CREDIBAHIA, com 2,78% de participação. (VALE, 2017)

Em 1998 a CREDIBAHIA passa a adotar a denominação Sicoob Central Bahia, em alinhamento com as demais centrais sócias do Bancoob. E iniciou, ali, uma fase desafiadora, com a insolvência da Cooperativa de Crédito Rural de Conquista Ltda. (Credic), à época uma das maiores cooperativas de crédito do país, que perdurou por cerca de cinco anos, com as singulares integrantes do sistema no estado arcando com o rateio de severas perdas financeiras. (SICOOB CENTRAL BA, 2013) Cergio Tecchio, Gerente Geral da CREDIBAHIA e que foi alçado a Diretor Executivo do Sicoob Central Bahia, foi o executivo encarregado da elaboração; condução da aprovação pelo Conselho de Administração; e implementação do plano de reestruturação que soergueu o sistema financeiro cooperativista da Bahia, nos primeiros anos do século XXI.

Cooperativas integrantes de outros sistemas e centrais como a Unicred e Sicredi, assim como singulares isoladas, também vicejaram a partir da década de 1990 na Bahia, conforme se vê no Quadro 7.

### **Quadro 7** – Cooperativas de crédito fundadas na Bahia a partir da década de 1970

Cooperativa de crédito	Fundação
Sicoob Cooperbom	01/12/1977
Sicoob Central BA	20/09/1988
Sicoob Copelba	03/12/1993
Sicoob Coopec	02/05/1988
Sicoob Costa do Descobrimento	25/08/1995
Sicredi Salvador	16/06/1997
Unicred da Bahia	15/08/1996
Unicred Sudoeste da Bahia	25/11/1996

Continua

**Quadro 7** – Continuação.

Cooperativa de crédito	Fundação
Sicoob Coopere	03/03/1993
Sicredi Região Sul da Bahia	03/05/1993
Sicoob Credcoop	28/10/1997
Sicoob Sertão	30/05/1997
Sicoob Extremo Sul	19/11/1997
Sicoob Credconquista	22/08/1997
Sicoob Norte Sul	07/05/1998
Sicoob Cred Executivo	08/10/1999
Crediuesb	20/07/1998
Sicoob Coopemar	27/03/2000
Sicoob Credmed	05/04/2005
Coopsol	22/11/2002
Federalcred	09/01/2008
Sicredi União - Barreiras BA	27/08/2018
Sicredi união - Luis Eduardo Magalhães	11/09/2015

**Fonte:** Base de dados OCEB.

Também é dos anos 1990 a constatação de um fenômeno decisivo para a constituição do caráter peculiar do cooperativismo contemporâneo na Bahia: a eclosão quase simultânea de um número significativo de empreendimentos sociais - dentre os quais, muitas cooperativas, especialmente do ramo agricultura, mas também dos ramos crédito e trabalho - cujas características imprimiram marcas indelévels nos espaços sociais onde se fizeram presentes - sobretudo na economia, na cultura e na política - e se tornaram referência para cooperativas de todo o estado.

De maneira destacada, dois Territórios de Identidade sediaram essa mobilização: o da Bacia do Jacuípe e o do Sisal. Dentro deles, os municípios de Pintadas e Valente, respectivamente, podem ser considerados epicentros deste movimento associacionista, que veio a influenciar de maneira

decisiva a forma como as pessoas, articuladas em organizações sociais baseadas em cooperação e solidariedade, desempenham papel relevante nas lutas e resistências próprias do semiárido e promovem o desenvolvimento microrregional.

No Território da Bacia do Jacuípe, o Centro Comunitário foi o palco onde surgiu um fórum de organizações sociais denominado Rede Pintadas, integrado por entidades sindicais, associações, coletivos e cooperativas que fizeram e ainda fazem a diferença nas lutas pela democratização do acesso à água; pelo enfrentamento da seca; pelo fortalecimento do produtor rural e da agricultura familiar; pela segurança hídrica, alimentar e nutricional para famílias (REDE PINTADAS, 2021). No Território do Sisal, a mobilização de produtores rurais em torno da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), criada em 1980 com sedes nos municípios de Serrinha, Araci, Feira de Santana, Ichu e Valente, foi o ponto de partida e de incentivo para a formação de diversas cooperativas na região na década seguinte, inclusive em articulação com sindicatos rurais, em reação à ausência de políticas públicas de enfrentamento à seca e fomento à produção agropecuária; aos atravessadores da comercialização internacional do sisal; drástica redução dos serviços bancários na região (NETO, FANTINI, 2005; COELHO NETO, 2010; CARIBÉ; CUNHA, 2018).

A rede de organizações baseadas em cooperação e solidariedade que se observa surgir nesse período, nesses dois territórios, expressavam os movimentos sociais de base popular e tinham outras três características em comum: relações históricas estreitas com o movimento eclesial; algum nível de articulação internacional com uma rede de organizações não governamentais de apoio e fomento; e forte influência sobre o cooperativismo que se organiza no estado no fim do século XX, sobretudo por meio de cooperativas de crédito que passaram a ser decisivas para a economia microrregional. Muitas dessas cooperativas vieram a se enquadrar no que se convencionou chamar de Empreendimento da Economia Solidária (EES).

## Cooperativas como empreendimentos da economia solidária

O processo de redemocratização do Brasil, que se tornou perceptível com a saída dos militares do poder em 1985 e que encontrou seu marco

formal na Constituição Federal de 1988, tem como uma das expressões mais contundentes a revisibilização dos movimentos sociais clandestinizados no período da repressão, bem como o surgimento e fortalecimento de novas organizações sociais que se colocam em defesa dos combalidos direitos das populações afetadas pela desigualdade social e econômica, em particular o direito de ter a terra para produzir e subsistir. Nesse contexto, surgem os EES que, segundo França Filho (2011), são formas heterogêneas de auto-organização econômica que compreendem iniciativas associativas de formatos variados, tais como coletivos, associações, bancos populares, bancos comunitários, clubes de troca e cooperativas populares, dentre outras. Sobre a economia solidária, o economista e professor Paul Singer (2002, p. 4) esclarece:

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo.

Somente uma parte dos empreendimentos ditos da economia solidária se identifica com o formato de cooperativas. Contudo, em essência, todos eles guardam profunda relação com os fundamentos teóricos e conceituais do cooperativismo. A partir de Singer (2002) e França Filho (2011) podemos inferir que o que se projeta como traço verdadeiramente distintivo das cooperativas da economia solidária é a admissibilidade desses empreendimentos se inserirem em uma lógica econômica que não se reduz às relações de produção típicas do capitalismo. Para França Filho (2011), trata-se de uma articulação inédita de três concepções de economia simultaneamente presentes: a economia mercantil, fundada no princípio

do mercado autorregulado; a economia não mercantil, fundada no princípio da redistribuição; e uma economia não monetária, fundada no princípio da reciprocidade. (FRANÇA FILHO, 2011, p. 77)

Na Bahia, o cooperativismo da economia solidária começa a se organizar de forma mais visível ao longo dos anos 1990 e se torna quantitativamente expressivo no decorrer dos anos 2000, sobretudo quando o governo do estado foi assumido por partidos políticos de esquerda, que admitiram, pela primeira vez na história da Bahia, a necessidade de compreender essa dinâmica associativa e lógica econômica contra utilitária, como vetores de inclusão social e de desenvolvimento econômico e territorial, posição que veio a se expressar por meio de políticas públicas de fomento e apoio à economia solidária.

O movimento da economia solidária, entretanto, também pode ser interpretado como alternativa a um cooperativismo que, especialmente no Nordeste brasileiro (mas não somente aqui), simplesmente reproduziu um modelo relativamente concentrador, que teve numa estrutura agrária voltada para o latifúndio e para o setor agroexportador a sua base de sustentação.

Esse contexto estimulou, por outro lado, a criação de muitas cooperativas como fonte de poder e influência de uma classe dominante, mantendo em seus quadros dirigentes um grupo de poder local, em detrimento dos interesses da ampla maioria dos cooperados que, em função de um nível sócioeconômico desfavorecido, se reservavam a acatar as determinações do grupo mais forte economicamente. Assim sendo, constata-se que, no caso das cooperativas do Nordeste, a autoridade e o poder foram exercidos historicamente pelos dirigentes e não pelos seus associados nas assembléias. Nesse sentido, grande parte das cooperativas rurais no Nordeste esteve organizada a partir de uma estrutura de classes, na qual os postos de comando sempre estiveram preenchidos pelos grandes proprietários e pelas lideranças políticas locais e regionais, atendendo a benefícios de pessoas e de grupos específicos. Eis a razão pela qual, o cooperativismo nordestino foi identificado como instrumento de controle do que de mudança social, tendo servido, muitas vezes, como instrumento de transferência de recursos financeiros para os produtores. (RIOS, 1987; MCINTYRE, 1997 apud SILVA *et al.*, 2003, p. 82)

Há de se destacar, na Bahia, uma particularidade: a coexistência de modelos organizativos de cooperativas com características bem peculiares. Estamos falando, de um lado, dos empreendimentos cooperativos que lidam com naturalidade com a dinâmica dos mercados e com a lógica imperativa do capitalismo, incluindo por exemplo a utilização de mão de obra assalariada na operação das cooperativas (o que, para Singer, é inadmissível para as cooperativas da economia solidária, por internalizar conflitos de classe), adquirindo nítidos contornos de organização empresarial convencional. E do outro, de cooperativas que expressam a necessidade de se conviver articuladamente com lógicas econômicas diversas ou alternativas à do capitalismo, como as cooperativas ligadas ao movimento da economia solidária. Tal coexistência passou a ser possível a partir de um conjunto de transformações verificadas no âmbito das instituições de representação dessas vertentes de cooperativas e, também, dos organismos de estado, conforme se vê a seguir.

## A Oceb do século XXI

A eleição do médico Orlando Colavolpe para a presidência da Oceb, em 1999, estabeleceu um divisor de águas para a representação do cooperativismo baiano. Não só por encerrar um ciclo de hegemonia dos representantes do setor rural no comando da instituição, mas por dar início a uma fase de modernização administrativa, maior capacidade dialógica, melhor interlocução com o ambiente político e institucional e, também, de qualificação da representação do cooperativismo da Bahia no âmbito nacional. Ao lado dessa mudança, o compartilhamento de espaço físico com a CREDIBAHIA, iniciado em 1996, permitiu uma salutar troca de influência e uma aproximação natural da gestão da Oceb com Cergio Tecchio, executivo à frente daquela organização do ramo crédito, que veio a se transformar na Sicoob Central Bahia em 1998. No Quadro 11 é possível notar o predomínio de lideranças do setor agrícola até 1999, quando os ramos de saúde e em seguida o de crédito elegem suas lideranças para representarem o cooperativismo em todo o estado.

**Quadro 8** – Presidentes da Oceb

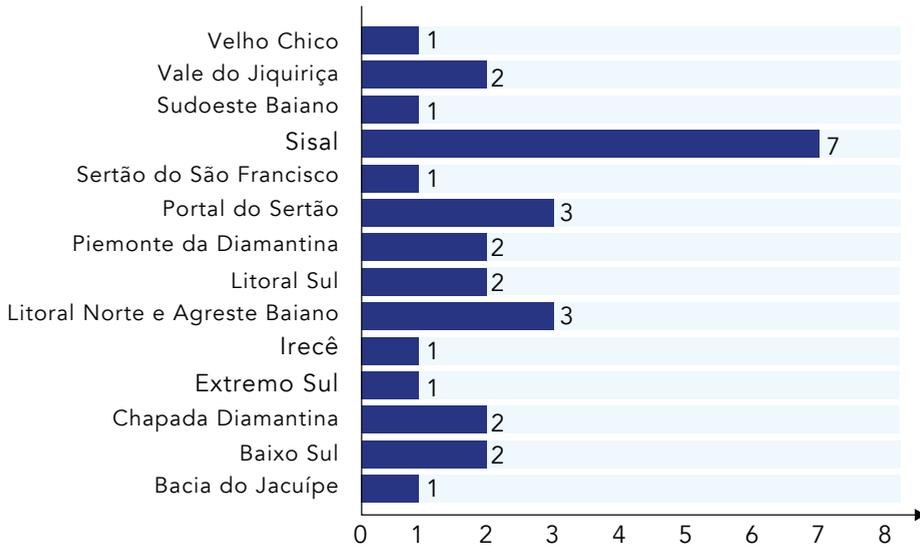
Presidentes OCEB	Eleito em:	Cooperativa de origem
Epaminondas Piauhy Dourado	1970	Cooperativa de Jacobina
Ubirajara Andrade Fernandes	1973	Coopmac – Vitória da Conquista
José Maria de Vasconcelos	1976	COOPERCACAU - Itabuna
José Maria da Costa Vargens	1979	COOPERCACAU - Itabuna
Wagner Mello Santos	1981	Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural dos Estados da Bahia e Sergipe
Almir Miranda Fernandes	1984	Comai (Ipirá) / CCLB
José Leopoldo Valverde	1987	CCLB - Cooperativa Central de Laticínios da Bahia
Fernando Rios do Nascimento	1990	COOPERCACAU - Itabuna
Fernando Rios do Nascimento	1993	COOPERCACAU - Itabuna
Alfredo Jorge Costa Freitas	1996	Cooperativa dos Produtores Rurais de Tucano
Orlando Colavolpe	1999	COOPERMED
Orlando Colavolpe	2002	COOPERMED
Orlando Colavolpe / Cergio Tecchio	2006	COOPERMED / Sicoob Norte Sul
Cergio Tecchio	2010	Sicoob Norte Sul
Cergio Tecchio	2014	Sicoob Norte Sul
Cergio Tecchio	2018	Sicoob Norte Sul

**Fonte:** Base de dados OCEB.

No âmbito da economia solidária, as entidades de apoio e fomento (EAF) aos empreendimentos da economia solidária (EES), como a Cáritas Brasileira, as incubadoras tecnológicas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e diversas outras, além do apoio direto (como assessoria técnica e formação), se constituem em espaços de articulação voltados para o pleiteio de políticas públicas, já que são constituídas de corpos técnicos com alguma expertise nessa área. Uma dessas organizações é a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), fundada em junho de 2005 em Goiás com a intenção de representar o cooperativismo solidário. Ao todo, 21 unidades estaduais da Unicafes congregam aproximadamente

700 cooperativas, em dados de 2021. Na Bahia, a Unicafe conta com 53 cooperativas associadas e distribuídas em 17 territórios de identidade, sendo que os territórios baianos com maior presença de cooperativas são o do sisal, sudoeste baiano e portal do Sertão, como demonstra o gráfico da Figura 7.

**Figura 7 – Distribuição das cooperativas associadas à Unicafe/BA**



**Fonte:** Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2020-2021).

A participação gradativamente mais efetiva de Cergio Tecchio na gestão da Oceb (primeiro como conselheiro fiscal e depois como vice-presidente), bem como a formação de toda uma geração de novas lideranças cooperativistas, oriundas dos ramos que foram aos poucos ampliando a participação no debate político ao longo dos anos 2000 e 2010 – como Saúde, Transporte, Trabalho e Crédito – culminou no amadurecimento de uma dinâmica representativa mais democrática e participativa na Oceb, que resultou em três consequências práticas: a ampliação da contribuição efetiva das cooperativas na formulação de políticas públicas de defesa, promoção e incentivo ao cooperativismo na Bahia; a construção de uma via de interação dialógica com o movimento da economia solidária, admitindo as características peculiares dos diversos cooperativismos presente na Bahia; a modernização da entidade e o aumento significativo de sua eficiência, enquanto provedora de apoio técnico e formal às cooperativas.

**Tabela 11** – Número de cooperativas registradas na Oceb

<b>Territórios de Identidade</b>	<b>Número de cooperativas registradas</b>
Metropolitano de Salvador	396
Sudoeste Baiano	57
Portal do Sertão	50
Sem endereço	48
Bacia do Rio Grande	44
Litoral Sul	43
Litoral Norte e Agreste Baiano	31
Recôncavo	31
Sertão Produtivo	26
Baixo Sul	25
Sisal	24
Sertão do São Francisco	23
Bacia do Jacuípe	21
Irecê	20
Extremo Sul	18
Costa do Descobrimento	17
Médio Rio de Contas	15
Piemonte Norte do Itapicuru	15
Piemonte do Paraguaçu	14
Médio Sudoeste da Bahia	11
Itaparica	10
Velho Chico	10
Chapada Diamantina	9
Bacia do Rio Corrente	8
Piemonte da Diamantina	7
Semiárido Nordeste II	7
Vale do Jiquiriçá	5
Bacia do Paramirim	4
<b>Total Geral</b>	<b>989</b>

**Fonte:** Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2020-2021).

A constituição jurídica do Sescoop, em 1998,<sup>16</sup> e a consequente implantação da unidade estadual da Bahia ao nascer do século XXI, estabeleceu um novo marco na história do cooperativismo da Bahia, pela enorme contribuição que veio a dar ao processo de formação e capacitação de trabalhadores e lideranças cooperativistas e de desenvolvimento progressivo da gestão de cooperativas no estado. Ao longo dos anos 2000 e 2010, como dito anteriormente, o Sescoop/BA foi o responsável pela alavancagem de programas decisivos para o desenvolvimento do cooperativismo no estado da Bahia, nas áreas de promoção social (com destaque para o incentivo às iniciativas das cooperativas junto às suas comunidades e programas institucionais, como o “Dia C” e “Coopere com a Vida”); de monitoramento e desenvolvimento da gestão de cooperativas (como o Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista – PAGC; e Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas – PDGC), além de significativos investimentos em ações de educação, treinamento e qualificação de funcionários de cooperativas, associados e dirigentes.

Em 2006 a Oceb dá outro importante salto: conquista a carta sindical, que incorpora a atribuição de sindicato patronal representante das cooperativas da Bahia e assume, conseqüentemente, as negociações de acordos coletivos de trabalho com o sindicato dos trabalhadores.

Como fruto da dimensão política e institucional que a Oceb conquistava, gradativamente, a partir das gestões de Orlando Colavolpe e, na sequência, de Cergio Tecchio, a entidade passou a interagir com as autoridades do poder executivo, mobilizar representantes do poder legislativo historicamente ligados ao cooperativismo e aos movimentos sociais, e se articular com lideranças cooperativistas vinculadas ou não à própria Oceb, como forma de contribuir de maneira efetiva com o debate que resultaria na Lei Estadual nº 11.362/2009, que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, decretada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Jaques Wagner, em 26 de janeiro de 2009. Essa conquista, que contou com forte engajamento do então secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Nilton Vasconcelos; da deputada estadual Neusa Cadore; da secretária da Casa Civil Eva Schiavon;

---

16 O Sescoop é integrante do Sistema Cooperativista Nacional. Foi criado pela Medida Provisória nº 1.715/1998 e suas reedições, e regulamentado pelo Decreto nº 3.017/1999.

e do próprio governador da Bahia, Jaques Wagner, dentre outras autoridades, se consagra com a promulgação do Decreto nº 13.148/2011, que regulamenta a Lei Estadual nº 11.362/2009 e define com clareza as atribuições das diversas secretarias de estado, no cumprimento do apoio e impulsionamento do cooperativismo na Bahia.

A criação do Conselho Estadual do Cooperativismo (Cecoop), prevista na Lei nº 11.362/2009, estabelece um ponto de inflexão sobre a articulação do cooperativismo baiano junto às entidades da sociedade civil e também das diversas instâncias do poder público estadual, oportunizando aprofundar a participação das cooperativas em diversos outros conselhos, fóruns, grupos de trabalho e afins, viabilizando contribuições efetivas em políticas públicas, garantia de direitos, monitoramento do cumprimento da Lei Estadual, dentre outras responsabilidades.



## RETRATOS DE UM OLHAR: CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES FINAIS

O olhar histórico que se lançou sobre o fenômeno social do cooperativismo na Bahia, corporificado nos capítulos anteriores, se baseou numa dupla premissa: reconhecer a natureza singular do cooperativismo enquanto objeto de estudos sobre as organizações e admitir sua profundidade histórica. Esse olhar se declarou, desde o início, comprometido *a priori* com três aspectos analíticos: de que a história do cooperativismo é parte importante da história da relação entre solidariedade e organizações; de que esse fenômeno é indissociável da história do associativismo ou das formas de organizações coletivas baseadas em variados mecanismos de associação humana; e de que esse cooperativismo baiano adquire contornos próprios, cujas raízes residem na nossa constituição enquanto sociedade e estão vinculadas à compreensão das formas mais antigas de organização dos nossos povos ancestrais.

Naturalmente, dadas as suas próprias características metodológicas, a pesquisa que nos trouxe até aqui jamais se pretendeu conclusiva, nem em termos factuais, nem analiticamente. Mas a coleção de elementos, resgatados com todo o cuidado que foi possível nesse percurso, proporciona indícios e constatações preliminares que são, aqui e agora, apreciados a partir dessas premissas e compreensões analíticas expostas acima resulta em um esforço de contemplação e de síntese, mas também de proposição de uma agenda de interesses a orientar pesquisas futuras e a geração progressiva de conhecimentos sobre cooperativismo na Bahia.

## O que o olhar revela

Indubitavelmente, a antiguidade cronológica do cooperativismo na Bahia nos surpreende, mas não tanto quanto a antiguidade da experiência da cooperação e da solidariedade, em organizações sociais originalmente constitutivas de nosso território, de nossa identidade e de nossa sociedade. Nos pareceu valioso observar antecedentes históricos do cooperativismo baiano contemporâneo, enraizados no legado dos povos ancestrais – falamos aqui dos povos indígenas, assim como dos povos negros que aqui aportaram à força, escravizados pelos colonizadores europeus. Esses antecedentes estão presentes nas inúmeras experiências de cooperação e solidariedade inventadas por tais grupos sociais na luta contra a opressão e pela sua emancipação. E também nos ideários que acompanham tais práticas e que se traduzem nas chamadas cosmovisões.

Ao nos depararmos com essas experiências de cooperação e solidariedade, vivas em nossa ancestralidade e na formação de nossa sociedade, ficamos mais próximos de compreender a história de práticas cooperativistas como uma história da relação entre solidariedade e organizações. E torna-se possível, de um lado, estabelecer novos paralelos com as experiências históricas de auto-organização no trabalho, que aconteceram na Europa desde a primeira metade do século XIX; e de outro, revigorar as compreensões sobre o papel das lutas de resistência e emancipatórias na conformação do que se conhece como cooperativismo, associativismo, mutualismo e outros que formam os ideários da economia social e/ou do solidarismo econômico.

Um outro importante aspecto que se viu revelado nessa pesquisa foi a profundidade e a complexidade da relação entre organizações cooperativas e o Estado, nas diversas configurações que tomaram lugar ao longo da trajetória histórica e de formação geopolítica, do Brasil e da Bahia: a que é representada pela monarquia colonizadora presente a partir do século XVI; pelo império independente; e pela nossa experiência republicana, marcada por diversas revoltas, guerras, golpes de estado, constituições e alternâncias e descon continuidades abruptas. Em todas essas passagens históricas e configurações políticas e institucionais, os indícios concretos de tutela, controle, repressão, determinação, impulso e regulação se mostram como traços indelévels da

relação entre Estado e cooperativismo, como ela se deu historicamente, no Brasil, e na Bahia, em particular.

Há de se registrar também, como destaque desta pesquisa, o que seriam os primeiros contornos da formação de um cooperativismo à baiana, a partir das experiências organizativas que por aqui se registraram desde o século XIX, observadas em suas singularidades – sociedades, associações, irmandades, fundos mútuos, caixas beneficentes e mesmo cooperativas – e constitutivas de um associativismo comunitário que se perpetua nos dias de hoje, como se vê no cooperativismo popular e solidário. Afinal de contas, é difícil se conceber a história de um movimento denominado cooperativismo, sem a história das experiências singulares que lhe deram vida. Da mesma forma que o surgimento das instâncias de representação, dos coletivos de segundo e terceiro nível e das entidades de defesa e promoção das cooperativas na Bahia, se mostram peça fundamental na composição desse grande mosaico. Em síntese, resta evidente que o escopo que delimitou a presente pesquisa precisará, em algum momento e de algum modo, se expandir para dar conta da compreensão dessas células organizativas, da forma como se espraiaram pelo território e suas relações (certamente complexas e profundas) com o tecido social, com a economia, com a política e, certamente com a cultura.

Por fim, podemos declarar haver sido constatada, nesta pesquisa, a presença de sinais da existência de múltiplos perfis do cooperativismo baiano. Se é da tradição dizer que, na Bahia, “todo mundo é parente”, não se poderá negar as proximidades – quase parentescos – entre as cooperativas baianas e uma série de outros formatos organizacionais conhecidos, tais como os sindicatos, as empresas privadas e as associações, para ficarmos nos mais destacados. Essa familiaridade se caracteriza, em muitos casos, pelo resvalar da lógica cooperativa com a lógica empresarial; ou da lógica cooperativa com a do movimento anticapitalista; ou ainda, de um fazer cooperativo baseado em compreensões distorcidas do papel do Estado. Tudo isso constitui o cenário diverso, miscigenado, heterodoxo e peculiar de um cooperativismo onde convivem, por exemplo, cooperativas populares e megacooperativas agro-exportadoras; cooperativas socialmente engajadas e comprometidas com o desenvolvimento local e, de outro lado, empresas privadas juridicamente travestidas de cooperativas.

## Por uma agenda de pesquisa sobre cooperativismo na Bahia

Se, por um lado, essa pesquisa exploratória se dedicou a capturar narrativas entranhadas nos dados e informações históricas que foi possível alcançar, e as empregou na tessitura de uma nova narrativa, ao mesmo tempo propositiva e provocativa, o fez muito mais com o propósito de formular questões do que de, propriamente, oferecer respostas concretas ou acabadas. E são elas – as novas questões – que poderão fomentar o incremento incessante do conhecimento sobre o cooperativismo na Bahia enquanto experiência social, fenômeno e objeto de estudo das ciências, em especial da administração.

Sendo assim, cabe-nos apontar para algumas direções que, sem prejuízo do surgimento de outras, se destacaram das demais ao longo dessa jornada investigativa enquanto possíveis questões de pesquisa, a nortear estudos futuros e complementares e incentivar instituições – especialmente cooperativas, entidades de representação e universidades – a investir suas energias na descoberta, no debate, no fazer científico e na construção de novos caminhos para o cooperativismo baiano. São, em suma, sete tópicos de pesquisa, a saber:

1. Contribuição da cosmovisão indígena à organização social solidária e cooperativa na Bahia;
2. Diáspora africana: contribuições da cosmovisão do povo negro à organização social solidária e cooperativa na Bahia;
3. Associativismo, mutualismo, sindicalismo, coronelismo e movimentos sociais de resistência: contribuições à formação do cooperativismo na Bahia;
4. Estado republicano e cooperativismo: reflexões sobre políticas públicas, surgimento e desenvolvimento de cooperativas na Bahia;
5. Concepções de economia, organizações e solidariedade: visões subjacentes aos modelos de cooperativismo na Bahia contemporânea;
6. Cooperativismo e desenvolvimento local: uma comparação entre os casos do Recôncavo, região cacaujeira, oeste e semiárido da Bahia;
7. Contribuição das cooperativas à economia da Bahia e à distribuição de renda aos cooperados.

Ao admitirmos a necessidade de nos libertarmos de uma visão colonialista que molda nossa forma de conhecer o mundo e reconhecermos a importância de uma nova perspectiva compreensiva sobre o existir e o agir coletivo, como a que nos trazem os povos ancestrais conhecidos como primeiros habitantes

de nosso país, fica evidente a pertinência dos estudos sobre a *contribuição da cosmovisão indígena à organização social solidária e cooperativa na Bahia*. Da mesma forma – e por que não dizer, por equivalência –, uma outra herança virtuosa também configura um norte para estudos avançados decorrente da presente pesquisa: *Diáspora africana: contribuições da cosmovisão do povo negro à organização social solidária e cooperativa na Bahia*.

Ao longo do percurso de investigação histórica, foram detectados cinco temas amplamente estudados – em sua unicidade – pelos diversos ângulos da sociologia, antropologia e da ciência política, mas cuja integração e relação com o cooperativismo se nos parece inédita e de mais alta relevância: *Associativismo, mutualismo, sindicalismo, coronelismo e movimentos sociais de resistência: contribuições à formação do cooperativismo na Bahia*.

Os caminhos tortuosos da formação do Estado moderno brasileiro parecem delinear o *specifica modus* do cooperativismo no estado da Bahia, em especial no período após o golpe militar que pôs fim ao Império. Nesse sentido, é substancial investigar o *Estado republicano e cooperativismo: reflexões sobre políticas públicas, surgimento e desenvolvimento de cooperativas na Bahia*.

Se fica evidente – ao olharmos para o passado, mas também para o presente – que não há um só cooperativismo, mas cooperativismos a conviverem em nosso tempo histórico, também salta aos olhos a necessidade de repensarmos alguns dos pilares conceituais que subjagam a compreensão profunda da experiência da cooperação e invisibilizam o papel da solidariedade na constituição de nossa sociedade, de hoje e de amanhã. Diante disso, torna-se inadiável o aprofundamento do debate sobre o tema das *Concepções de economia, organizações e solidariedade: visões subjacentes aos modelos de cooperativismo na Bahia contemporânea*.

Do ponto de vista empírico, as “bahias” dentro da Bahia são reveladoras de um complexo social, cultural, político, econômico e simbólico diverso e cujas fronteiras do desenvolvimento – seja lá o que isso venha a significar – escreveram histórias peculiares para o cooperativismo que se experienciou nos inúmeros territórios, ao longo dos últimos 150 anos. E é por esse motivo que se torna importante a investigação sobre *Cooperativismo e desenvolvimento local: uma comparação entre os casos do Recôncavo, região cacaueteira, oeste e semiárido da Bahia*, com o intuito de revelar e contrapor as realidades cooperativas nessas “bahias”.

Por fim, em reconhecimento ao mérito dos estudos econométricos enquanto potentes ferramentas de análise da realidade, faz-se necessário pesquisar a *Contribuição das cooperativas à economia da Bahia e à distribuição de renda aos cooperados*, sobretudo como abertura do diálogo produtivo com as fronteiras da análise econômica clássica em nosso estado que, invariavelmente, ignoram o papel das cooperativas como elemento agregador e transformador da realidade em que se inserem. Além disso, estudos dessa natureza podem contribuir para análise da efetividade das cooperativas como instrumento de bem-estar e qualidade de vida dos seus cooperados, ao menos em sua dimensão econômica.

Esse conjunto de sete questões provocativas que emergem deste primeiro esforço de pesquisa exploratória (pelo menos nesse porte, abrangência e complexidade), certamente se ampliará com a formulação de novas perguntas instigantes, na medida em que *Cooperativismo na Bahia: um olhar histórico* venha a ser lido e debatido, tanto no ambiente acadêmico quanto no das próprias cooperativas e entidades de representação. Pois sempre é preciso avançar rumo ao “querer saber, querer melhorar”. Assim, espera-se ter sido acionado o gatilho de novas pesquisas, seja para preencher as inúmeras brechas de informação aqui compiladas, seja para corrigi-las ou ainda para estimular a interposição de novas narrativas que venham acrescentar e incrementar a produção de conhecimento, visando, como finalidade maior, estimular cada vez mais a prática da solidariedade e da cooperação e fortalecer o cooperativismo na Bahia.

## REFERÊNCIAS

ABECIP. *Origem do SFHeSFI*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3keqHkG>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ABIMBOLA, W. *A concepção iorubá da personalidade humana*. Tradução Luiz L. Marins. Paris: Centre National de la recherche scientifique, 2012.

AGUIAR, P. C. B.; PIRES, M. M. A região cacauzeira do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. *Cuadernos de Geografía*, Bogotá, v. 28, n. 1, p. 192-208, 1 jan. 2019.

ALARCON, D. Vivos, mortos e encantados em tempos de retomadas de terras. Considerações sobre o caso dos tupinambá da Serra do Padeiro (Bahia, Brasil). In: CONGRESSO MUNDIAL DA INTERNATIONAL UNION OF ANTHROPOLOGICAL AND ETHNOLOGICAL SCIENCES, 18., 2018, Florianópolis. *Anais [...]*. [S. l.]: IUAES, 2018.

ALCOFORADO, F. A. G. *Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia*. 2003. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) - Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3ovzSy7>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARRUDA, J. J. A. História moderna e contemporânea. 17ª. Ed. São Paulo, Ática, 1984

BALEEIRO, A. *Constituições Brasileiras: 1891*. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. 2 v. Disponível em: <https://bit.ly/3kDNIDb>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, 2013.

BRANDÃO, P. R. B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). *GeoTextos*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 35-50, jul. 2010.

BRASIL. Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503, de 12 de Novembro de 1962. Suspende concessões de autorização de funcionamento ou o registro de novas Cooperativas de Crédito. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 11787, 13 nov. 1962. Disponível em: <https://bit.ly/3ozY1nv>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932. Reforma as disposições do decreto legislativo n.º 1.637. de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 23386, 23 dez. 1932. Disponível em: <https://bit.ly/3orwtjV>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 6.186 - de 26 de abril de 1876*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1876a. Disponível em: <https://bit.ly/3Cpia4o>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 6.447 - de 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1876b. Disponível em: <https://bit.ly/3FmYLTE>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 6.661 - de 14 de agosto de 1877*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1877. Disponível em: <https://bit.ly/3HuRu6g>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 60.443, de 13 de março de 1967. Regulamenta o Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3243, 17 mar. 1967. Disponível em: <https://bit.ly/3nh1szK>. Acesso em: 30 jun. 2021

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.893, de 19 de outubro de 1943. Dispõe sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 15905, 19 out. 1943. Disponível em: <https://bit.ly/3Cf8euq>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 1.412, de 13 de agosto de 1951. Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo. *Diário Oficial da União*:

seção 1, Brasília, DF, p. 12329, 13 ago. 1951. Disponível em: <https://bit.ly/30pGk1z>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Evolução do cooperativismo no Brasil*: DENACOOB em ação. Brasília, DF: MAPA, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2YLVCNv>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL. Seção de Registro e Fiscalização de Sociedades Cooperativas. Serviço de Economia Rural (org.). *Boletim do Serviço de Economia Rural*: registro de sociedades cooperativas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1943. Disponível em: <https://bit.ly/3Di7wOj>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BRAZIL. *Cartas, Provisões e Alvarás nº 439, de 05 de janeiro de 1785*. Fábricas e manufaturas no Brazil. Alvará. Lisboa: Arquivo Nacional, 1785. p. 27-28. Disponível em: <https://bit.ly/3Cs1A42>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAMPOS, L. R. *Sociedade protetora dos desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CARIBÉ, R.; CUNHA, R. *Coopere: uma recomendação à experiência da cooperação*. Salvador: EDUFBA, 2018.

CARNEIRO, E. Singularidade dos quilombos. In: MOURA, C. (org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001. p. 11-20.

CASTELLUCCI, A. A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 40-77, 2010.

CAVALCANTE, L. R. M. T. *A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX*. Salvador: FIEB, 2008.

CHIMAMANDA ADICHIE: o perigo de uma história única. [S. l.: s. n.], 2009. 1 vídeo (19 min.). Publicado por TED. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CIÊNCIA 19H | O pensamento indígena amazônico, por Eduardo Viveiros de Castro. [S. l.: s. n.], 2009. 1 vídeo (2h25 min.). Publicado por Canal USP. Disponível em: <https://bit.ly/3Cqz9n0>. Acesso em: 1 set. 2020.

COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. *Geografia dos movimentos sociais*. Feira de Santana: UEFS, 2010.

CONFERÊNCIA COM Eduardo Viveiros de Castro [Variações do corpo selvagem]. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1h40 min.). Publicado por Sesc São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3cnZQ0w>. Acesso em: setembro de 2020.

COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C. A pesquisa histórica em Administração: uma proposta para práticas de pesquisa. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 90-121, 2019.

COSTA, P. R. N.; STÖBERL, P. R. Cooperativas e representação política empresarial no Brasil: o caso do cooperativismo rural no Paraná. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 258-281, 1 abr. 2016. DOI: 10.5007/2175-7984.

CUMMINGS, S.; BRIDGMAN, T.; HASSARD, J.; ROWLINSON, M. *A new history of management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

DANTAS, B. G.; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. R. G. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 431-456.

DIAS, A. A. A malandragem da mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910-1925). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FALCÓN, G. A. O. *Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus (1890 – 1930)*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

FAUSTO, B. A Revolução de 1930. In: MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva: corpo e alma do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 227-255.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 422-444, 2017.

FLEURI, R. M. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. *Série-Estudos*, Campo Grande, n. 37, p. 89-106, 2014.

FRANÇA FILHO, G. Economia solidária – fundamentos e contexto. In: BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. *Economia solidária*. Salvador: SETRE, 2011.

FRANÇA FILHO, G.; EYNAUD, P. *Solidariedade e organizações – pensar uma outra gestão*. Salvador: EDUFBA/Ateliê de Humanidades, 2020.

FU-KIAU, K. *A visão bantu congo da sacralidade do mundo natural*. Tradução Valdina O. Pinto. Nova York: Vantage Press, 1991.

GOMES, A. C.; FERREIRA, M. M. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, L. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. v. 1.

GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações – uma reconceituação da riqueza das nações*. São Paulo: FGV, 1989.

HECKLER, L. M. (ed.). História do cooperativismo de crédito no Brasil. *Portal do Cooperativismo Financeiro*, Porto Alegre, 2 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3FoTbjB>. Acesso em: 20 jun. 2021.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ICKES, S. Era das batucadas: o carnaval baiano das décadas 1930 e 1940. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 47, p. 199-238, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3wV5JfC>. Acesso em: 28 abr. 2021.

JOMINI, R. C. M. *Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAVILLE, J.-L. Economie et solidarité: esquisse d'une problématique. In: LAVILLE, J.-L. (org.). *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LAVILLE, J.-L. *Politique de l'association*. Paris: Le Seuil, 2010.

LINS, M. S. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MAEBUCHI, T. A Cooperativa de Cotia e seu importante papel na expansão agrícola no Brasil. *Jornal Cotia Agora*, Cotia, 11 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3qGNR7c>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDONÇA, F. A. R. A estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da URBIS em Salvador, entre 1964 e 1984. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 61-83, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/30BI3IK>. Acesso em: 1 jul. 2021.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, v. 34, p. 287-324, 2008.

MOURA, V. *Bibliografia Brasileira do Cooperativismo: pequeno ensaio de sistematização*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

MOURA, V. *Notícia sobre o cooperativismo brasileiro*. Washington, DC: União Pan-Americana, Seção de Informações Sociais e Trabalhistas, jul. 1947.

NEGRO, A. L.; BRITO, J. Mãe parálitica do teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 863-887, 2013.

NETO, J. E. C.; FANTINI, L. G. *APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira*. Valente: FGV, 2005. (Projeto Conexão Local, ano I).

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Ramos do Cooperativismo*. Brasília, DF: OCB, 2019.

OLIVEIRA, E.; MACHADO, A. Filosofia Africana-Brasil: breve introdução. In: KAMINEK, A. M. V.; VANALI, A. C. (org.). *Roteiros temáticos da Diáspora – caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 307-335.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, M. I. Viver e morrer no meio dos seus - nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo, v. 28, p. 174-193, 1996.

PARAÍSO, M. H. B. Repensando a política indigenista para os botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia (São Paulo)*, São Paulo, v. 35, p. 75-90, 1992.

PESSOTI, G. C. (org.). *Memórias da economia baiana*. Salvador: SEI, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/30xi1yw>. Acesso em: 15 nov. 2021.

REIS, F. T. *Política mandonista no estado da Bahia: o fenômeno político do carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3Fudqwt>. Acesso em: 15 nov. 2021.

REIS, J. J. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1996.

RICKEN, F. A. G.; STÖBERL, P. R. O estado e a ação política organizada: cooperativismo agropecuário no estado do Paraná (1907-1988). *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, v. 5, n. 2, 2014.

RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

SAMPAIO, C. N. *Os partidos políticos na Bahia na Primeira República*. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1973.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S.; SILVA, O. A. De região sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no semiárido baiano. *GeoTextos*, Salvador, v. 11, n. 2, dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3oBEW4c>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SCHWARTZ, S. B. Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistencia escrava no Brasil Colonial. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 9 esp., p. 61-88, 1987.

SERPA, A. Ponto convergente de utopias e culturas: o Parque de São Bartolomeu. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 177-190, 1996.

SERRA, E. A participação do estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 8, n. 16, 6 out. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3Dq8V5i>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SICOOB CENTRAL BA. *Memória, relatos e expectativas: sobre a cooperativa central de crédito da Bahia*. Salvador: Sicoob Central BA, 2013.

SILVA, E. F. *A organização das cooperativas brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3nqVkoO>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. *uniRcoop*, Pernambuco, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3kHgehG>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SIMÃO, A. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3FtcwA3>. Acesso em: 15 nov. 2021.

TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

URBAN, G. et al. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 2, p. 87-102.

VALE, J. M. *Bancoob*. A história de sua constituição por seu primeiro presidente. Belo Horizonte: Bancoob, 2017.

VASCONCELOS, N. Cooperativismo na Bahia: uma perspectiva histórica. *Laborare*, Salvador, v. 4. n. 6, p. 90-105, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/30EMZFI>. Acesso em: 30 jun. 2021.

VELLOSO, T. R. A trajetória do movimento cooperativista: da vertente do controle estatal para instrumento de promoção do desenvolvimento territorial. In: CRUZ, D. U. (org.). *O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades*. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016. p. 400.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. *História do Brasil*. São Paulo, Scipione, 1997

VIEIRA, M. M. F. Introdução à pesquisa qualitativa em administração: questões teóricas e epistemológicas. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (org.). *Pesquisa Qualitativa em Administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 13-28.

VIEIRA, N.; BRAGA, M.; RIGO, A.; CARVALHO, D.; CETTO, V. Análise da importância das cooperativas habitacionais na construção de moradias para população de baixa renda do Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 7, n. 146(098), 1 ago. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3x9Mj73>. Acesso em: 17 nov. 2021.

VIENNEY, C. *L'économie sociale*. Paris: La Découverte, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 35, p. 21-74, 1992.

VOZES DA FLORESTA | Ailton Krenak. [S. l.; s. n.], 2020. 1 vídeo (59 min.). Publicado pelo canal Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3CjYdMs>. Acesso em: 1 jun. 2020.

WAKULICZ, G.; OLIVEIRA FILHO, J. T. *Legislação cooperativista*. Santa Maria: Colégio Politécnico, Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3kLlkJS>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ZANCO, A. M.; ZANCO, R. A. G.; ALVES, A. F. Perfil das cooperativas agropecuárias do sistema Unicafe. *Revista IDeAS*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-35, e018004, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3owSrC4>. Acesso em: 25 abr. 2021.



